



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Thaís Luciana Corrêa Braga

**NEM EU, NEM O OUTRO; QUALQUER COISA DE INTERMÉDIO**  
Estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação  
dos Estados de Carajás e de Tapajós

BELÉM – PARÁ

2015

Thaís Luciana Corrêa Braga

**NEM EU, NEM O OUTRO; QUALQUER COISA DE INTERMÉDIO**

Estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação  
dos Estados de Carajás e de Tapajós

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade  
Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de  
Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Mídia  
e Cultura na Amazônia.

Orientadora: Dra. Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM – PARÁ

2015

B813n

Braga, Thaís Luciana Corrêa, 1986-

Nem eu, nem o outro; qualquer coisa de intermédio: estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós / Thaís Luciana Corrêa Braga. – 2015.

127 f. : il.

Dissertação (Mestre em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Orientadora: Dra. Alda Cristina Silva da Costa

1. Formas Simbólicas. 2. Hermenêutica de profundidade. 3. Plebiscito no Pará. 4. Carajás. 5. Tapajós. I. Título

Thaís Luciana Corrêa Braga

**NEM EU, NEM O OUTRO; QUALQUER COISA DE INTERMÉDIO**

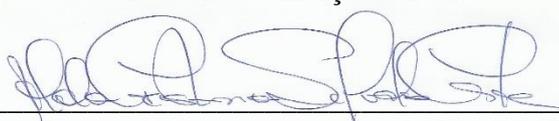
Estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação  
dos Estados de Carajás e de Tapajós

Dissertação apresentada à Universidade Federal do  
Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia,  
Mestrado em Ciências da Comunicação, para a Defesa  
de Dissertação.

Orientadora: Dra. Alda Cristina Silva da Costa

RESULTADO: ( x ) APROVADA ( ) REPROVADA

Data: 26 de março de 2015



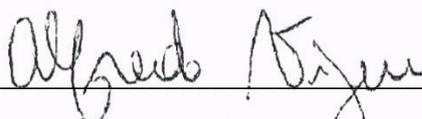
---

Prof. Dra. Alda Cristina Silva da Costa – Orientadora



---

Prof. Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage (PPGCOM/UFPA)



---

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (PPGCOM/UFPE)

BELÉM – PARÁ

2015

*Dedico este trabalho a todos que sofrem de depressão.*

## AGRADECIMENTOS

**“Se eu tivesse mais alma para dar, eu daria. Isso, para mim, é viver!”**

---

De uns tempos para cá, me pego pensando na plenitude das palavras. Amor, Amizade, Felicidade, Paz, Educação, Nação... Grandezas tão absolutas que, diante da minha pequenez, seria eu capaz de contemplá-las; de vivê-las; de me preencher delas? Sinceramente, não sei. Ainda que não tenha resposta para minhas próprias divagações, gostaria de expressar toda a gratidão por quem, talvez sem saber, me ajudou e me acompanhou nessa aventura do mestrado. Faço não somente pelo protocolo, mas também por mim mesma. Porque eu preciso, porque eu quero dizer e porque nada disso faria sentido se vocês não soubessem como me sinto.

Deus, obrigada! Obrigada por me mostrar, várias vezes, que preciso viver. Obrigada por me livrar da morte nas inúmeras vezes em que desejei estar debaixo de sete palmos. Obrigada por me dar forças quando, eu mesma, já havia jogado a toalha. Não sei se Vós estais nas igrejas, nos cultos ou na natureza. Sei que Sua presença é primordial para que eu esteja hoje, de pé, lutando para alcançar a Paz que preciso. Não sei o que planejas para mim, mas quero que seja feita a Vossa vontade e não a minha.

Mãe... Amo-te tanto!! A senhora é a segunda razão para eu estar viva (ou a primeira, se considerarmos que as mães são Deus na terra). Nas vezes em que pensei em desistir de tudo, a única certeza que tinha era que a senhora não suportaria tamanho sofrimento – e eu não me permitiria fazer isso com a pessoa que mais amo na vida. Perdão por toda a mágoa que te causei, não era minha intenção. Mil vezes perdão! Tudo o que tenho e tudo o que sou vem da senhora. Obrigada por cuidar de mim, por zelar pela minha educação, pela minha saúde e pela minha alimentação. A senhora é o melhor de mim.

No nome da senhora, Conceição Corrêa, agradeço toda a nossa família. Houve um tempo em que duvidei do amor de todos por mim, mas hoje não há espaço para dúvidas. Precisei me afastar para ver isso. Perdão por ter estado longe por tanto tempo e obrigada por me aceitarem de volta. Pai, talvez o senhor não tenha sido o herói que eu gostaria; no entanto tenho certeza, também, que estou longe de ser a princesinha tão esperada. Do seu jeito, sei que o senhor só quis o meu bem. Obrigada por isso.

Houve um tempo, em que eu costumava dizer que não tinha amigos. Achava-me só no mundo. A verdade é que era muito injusta. O que eu precisava era só olhar ao redor. Não sei

de onde proliferaram tantas pessoas queridas e que não param de chegar a cada dia. Afinal o dito popular é bem certo: amor, quanto mais se tem, mais se dá.

Queridos companheiros de jornada, “Evy” Aquino – irmã de tema, de orientação e, agora, minha vizinha; Bruno Monte, Dani Barion, Dani Blanco, Dilermando Gadelha e “Thica” Neves. A estrada seria mais difícil sem vocês, galera. Obrigada pela parceria, pela torcida, pelo apoio, pelas sessões de estudo, pelas comilanças no Bolo da Vovó. Não sei para onde o doutorado vai nos levar, contudo sei que a casa da gente é onde o coração está. Portanto vocês estarão para sempre comigo.

Aliar estudo e trabalho é uma das ginásticas mais mirabolantes que eu já fiz na vida. Houve tempo em que eu levava essa jornada anestesiada; passava por cima de mim mesma para dar conta de tudo. Uma hora, a bomba explodiu – e foi difícil segurar. Ainda bem que vocês estavam por perto para recuperar os meus pedaços, “Rúlia” Lopes, Rafaela “Broto” André e Cíntia “Por Fora” Magalhães. A rotina do trabalho é mais doce por eu ter vocês.

A propósito da ginástica, para quem não sabe, o esporte salvou minha vida em vários sentidos – inclusive no literal. Em nome do esporte, devo a amizade dessas pessoas tão queridas: “Shirloca” Gemaque; “Deny” Bittencourt e Nicole Hage. Meninas, meu riso é mais alegre com vocês. Faço questão de registrar porque, mesmo que não falemos de teorias, nem de epistemologias quando estamos juntas, vocês são parte de mim. Obrigada pelo hoje e pela promessa do amanhã. Ao mestre Fábio Menezes, todo o meu respeito e admiração por me ensinar não só a arte suave do jiu-jitsu, mas o equilíbrio de uma vida. Oss!

Amigos que sempre estiveram lá e eu, ingrata, me afastei: Fernanda e Dani Miranda, Welber Aksacki (hoje, pai do lindo Heitor), José “Guto” Costa (em breve, papai também); Raquel Bezerra, Carol Scherer e Hígia Tatiana. Obrigada por sempre estarem ao meu lado, desde os tempos da Engenharia Ambiental; obrigada por aceitarem meu temperamento, quando eu nem sonhava que se tratava de uma doença. Tenho certeza que, mesmo velhinhos, a gente ainda vai lembrar das aventuras por Barra do Corda; vai falar mal do Estado da Fernanda, mas vai adorar ir às festas na casa dela... Amo todos e cada um de vocês. Obrigada por nunca terem partido.

Tem gente que foi embora no meio do caminho. Uma pena! Minha gratidão, por esses, continua a mesma. Desejo que a ajuda que me deram, no momento certo, volte a eles quando precisarem. Mas teve gente que ficou, apesar de todas as probabilidades. Que bom! “Kety” Silva (em muito breve, Silva Azevedo) é um exemplo. Minha amiga afilhada, cuja amizade superou as barreiras do tempo e do espaço. Receba aí em João Pessoa (PB) todo o meu sentimento por ti e pela tua família. “Rosita” Reis é outra irmã de alma. Nossa amizade, que

resistiu às incursões por Santana do Araguaia (PA), continua firme e forte. Amiga linda, obrigada por tudo – e pelas tapiquinhas também. São as melhores que já experimentei.

“Tonga” Carlos, mentor, mestre e amigo. Tudo o que entendo por jornalismo e edição jornalística sei por ti. Obrigada por me acolher como tua família. Obrigada por me confiar o primeiro emprego. Obrigada por nunca ter me abandonado. Obrigada, obrigada, obrigada.

Hamilton Braga, que não é meu parente, porém é um querido. Obrigada pelas fotografias, pela comida maravilhosa, pelo mapa astral e pelo par de ombros que sempre me ofereces. A sensibilidade com que me vêes e com que cuidas de mim, jamais serei capaz de retribuí-las – o que não me impede de passar a vida inteira tentando.

“Flavinha” Mendonça, pra ti, eu queria dizer, pessoalmente, tudo e mais um pouco. Entretanto nem sempre a vida é como a gente deseja. Obrigada pela torcida, principalmente nos piores dias. Esse mestrado é teu também, porque sei o quanto gostarias de estar num processo desses. Obrigada pelos cafés. Sinto falta de ti e da tua casa. Acho que sempre sentirei.

Às profissionais que cuidam de mim, doutoras Maria de Fátima Teixeira e Janey Melo, toda minha gratidão e todo o meu respeito. Quanta barra nós três já seguramos juntas! Confio em vocês duas plenamente. Sei que sairei dessa e que, apropriando-me de ditos do senso comum, “vai ter amor, vai ter fé, vai ter paz”.

Professora Alda Costa, orientadora e madrinha de estudos. Obrigada pela confiança em mim. Obrigada por ver o melhor de mim. Obrigada por não desistir de mim. Perdão, também, por não ter sido a orientanda que a senhora merecia. Desejo que toda a ajuda profissional que me deste, desde a graduação até os dias de hoje, retorne à senhora em forma de paz, amor e felicidade.

Obrigada ao PPGCOM e a todos os professores que lecionaram disciplinas, bem como os que eu conheci pelos corredores da vida. No nome do nosso atual coordenador, professor Fábio Fonseca de Castro, estendo meu abraço sincero e fraterno. Vocês não só abriram o meu horizonte para a comunicação, como para a vida também.

Por fim, mas não menos importante, obrigada à Universidade Federal do Pará, local de trabalho e casa de estudo. Obrigada pela oportunidade e por conferir, à minha existência, “um caminho, um motivo, um lugar para eu poder repousar meu amor”.

*"Embora fosse tão amado por sua mãe, seu pai, suas irmãs e pela Maria Augusta, vivia acompanhado por uma gigante insegurança e aquela constante nostalgia - do que acontecera, do que jamais houvera acontecido e, principalmente, do que podia acontecer. Tinha, sim, uma inclinação para a tristeza, mas adorava se divertir e aprontar das suas.*

*Triste, alegre e enigmático: quem, exatamente, ele era?*

*Uma pessoa que veio meio errada de saída, pois talvez não gostasse de ser uma pessoa, apesar de gostar de um bom livro, uma boa comida, uma boa bebida, coisas das quais as pessoas gostam. Alguém que se sentia estranho à vida, forasteiro dos dias, desmerecedor do oxigênio terrestre, inadequado, alguém que tinha medo de não acertar. Deu pra entender? Nem precisa. O próprio Caio mal se entendia."*

(Adriana Falcão, em "Queria ver você feliz")

## RESUMO

Realizado em 11 de dezembro de 2011, o plebiscito propunha a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós a partir da divisão territorial do Estado do Pará. O total de 66% dos eleitores paraenses que compareceram à consulta pública votou contrário às duas propostas, enquanto que 33% deles votaram favoráveis à criação dos dois Estados. A partir desse acontecimento histórico para a população paraense, a pesquisa objetiva compreender os sentidos produzidos pelos jornais impressos O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito no Pará a partir da definição de formas simbólicas. Utilizo o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP), proposto por J. B. Thompson, aliado às técnicas da análise histórica e da análise de conteúdo. A amostra da pesquisa é composta por 135 edições, 57 de O Liberal e 78 do Diário do Pará. Para a composição da amostra, considere todas as edições dos dois jornais publicadas nos meses de junho, julho, novembro e dezembro de 2011. No entanto selecionei, apenas, aquelas em que havia alguma informação sobre o plebiscito no Pará, independente do gênero jornalístico. O desenvolvimento inicia-se com a caracterização histórico-geográfica dos territórios de Carajás e de Tapajós a fim de situar a proposta de divisão do Pará ao longo do tempo. Em seguida reflito sobre o caráter comunicacional da atividade jornalística: a correlação estabelecida entre o eu e o outro faz com que toda informação seja uma comunicação em potencial. O outro representa tanto aquele a quem o eu se dirige, como o terceiro sobre quem se fala. A comunicação de massa, ainda que de forma mediada, recorre a essa dimensão e, por isso, é capaz de colocar em contato falas distantes. O poder simbólico da comunicação de massa consiste em visibilizar ou silenciar essas falas. As interpretações/re-interpretações do que os jornais impressos produziram sobre o plebiscito no Pará, identificadas na pesquisa, finalizam o estudo exploratório. Algumas delas são: o plebiscito foi tratado como eleição partidária, garantindo vitória ao “Não” e derrota ao “Sim”, quando, na verdade, tratava-se de consulta popular; Carajás e Tapajós uniram-se em oposição à Belém, contudo os dois territórios possuíam razões diferentes para a divisão; a imagem associada à Carajás e a Tapajós são de políticos homens; os dois jornais impressos viram o plebiscito como quebra, divisão, recorte e perda econômica, principalmente.

**Palavras-chave:** Formas Simbólicas; Hermenêutica de profundidade; Plebiscito no Pará; Carajás; Tapajós

## ABSTRACT

In December 11th, 2011, the referendum proposed the creation of the Carajás and Tapajós States from the territorial division of the State of Pará. The total of 66% of Pará voters who attended the public consultation voted contrary to both proposals, while 33% of them voted in favor of the creation of two states. From this historic event for the Pará population, the research aims to understand the meanings produced by the newspapers O Liberal and Diário do Pará about the referendum in Pará from the definition of symbolic forms. I use the methodological framework of depth in hermeneutics (DH), proposed by J. B. Thompson, combined with techniques of historical analysis and content analysis. The survey sample consists of 135 issues, 57 of O Liberal and 78 of Diário do Pará. For the sample, I considered all editions of two newspapers published in June, July, November and December of 2011. However I selected only those containing some information about the referendum, regardless of journalistic genre. The development begins with the historical and geographical characterization of the territories of Carajás and Tapajós to put the proposal of Pará division over time. Then I reflect about the communication character of journalism: the correlation established between the self and the other makes the whole information a potential communication. The other is both whom the self addressed, as the third who are spoken. Mass communication, although in a mediated way, resorts this dimension and that's why is capable of contacting distant lines. The symbolic power of mass communication is to visualize or silence those lines. Interpretations/re-interpretations of what the newspapers produced about the referendum in Pará, identified in the research, finalize the exploratory study. Some of them are: the referendum was treated as party elections, ensuring victory to "No" and defeat the "Yes", when, in fact, it was a popular consultation; Carajás and Tapajós united in opposition to Belém, however the two territories had different reasons for the division; the image associated with the Carajás and Tapajós are the male politicians; both newspapers saw the referendum as breaking, splitting, cropping and economic loss, mainly.

**Keywords:** Symbolic forms; Depth Hermeneutics; Referendum in Pará; Carajás; Tapajós

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b>	Decreto legislativo aprova o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás ....	47
<b>Imagem 2</b>	Decreto legislativo aprova o plebiscito para a criação do Estado de Tapajós .....	47
<b>Imagem 3</b>	Amazônia a partir de diferentes critérios .....	52
<b>Imagem 4</b>	Brasão de Marabá .....	57
<b>Imagem 5</b>	Bandeira de Marabá .....	57
<b>Imagem 6</b>	Manchete de 26 de junho .....	90
<b>Imagem 7</b>	Manchete de 20 de novembro .....	90
<b>Imagem 8</b>	Manchete do caderno <i>Poder</i> , de 5 de junho .....	90
<b>Imagem 9</b>	Manchete de entrevista com sociólogo, publicada em 28 de novembro .....	91
<b>Imagem 10</b>	Manchete de reportagem publicada em 7 de dezembro .....	91
<b>Imagem 11</b>	Único selo utilizado por O Liberal .....	92
<b>Imagem 12</b>	Selo indica o Estado dividido .....	92
<b>Imagem 13</b>	Selo contra a divisão .....	92
<b>Imagem 14</b>	Selo a favor da divisão .....	92
<b>Imagem 15</b>	Selo aparece no dia 2 de novembro .....	92
<b>Imagem 16</b>	Selo utilizado após o plebiscito no Pará .....	92
<b>Imagem 17</b>	Foto-legenda em O Liberal. Edição de 1 de junho .....	93
<b>Imagem 18</b>	Principais representantes das frentes favoráveis e contrárias à divisão do Pará .	94
<b>Imagem 19</b>	Cantora Fafá de Belém, em edição do Diário do Pará de 14 de novembro .....	94
<b>Imagem 20</b>	Única charge publicada por O Liberal .....	95
<b>Imagem 21</b>	Charge de Atorres brinca com o futebol paraense e a divisão do Pará .....	96
<b>Imagem 22</b>	Cartum publicado no caderno Cidades .....	97
<b>Imagem 23</b>	Infográfico mostra a divisão dos times de futebol paraenses com a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós .....	99
<b>Imagem 24</b>	Comentário do leitor publicado no dia 8 de junho de 2011 .....	100
<b>Imagem 25</b>	Resposta ao comentário de João Batista F. Silva .....	100
<b>Imagem 26</b>	Tréplica de João Batista F. Silva em favor da divisão do Pará .....	101

<b>Imagem 27</b> O comentário de João Batista F. Silva provoca mais discussão .....	101
<b>Imagem 28</b> Capa de O Liberal, no dia do plebiscito no Pará .....	104
<b>Imagem 29</b> Capa do Diário do Pará, no dia do plebiscito no Pará .....	105
<b>Imagem 30</b> Contextualização do plebiscito no cenário nacional .....	106
<b>Imagem 31</b> Foto-legenda sobre o plebiscito no Pará .....	108
<b>Imagem 32</b> Mobilização em Santarém na véspera do plebiscito no Pará .....	109
<b>Imagem 33</b> Mobilização em Marabá na véspera do plebiscito no Pará .....	109
<b>Imagem 34</b> Manchete da notícia principal do Diário do Pará .....	110
<b>Imagem 35</b> Manchete de notícia sobre a articulação das frentes Pró-Tapajós .....	110
<b>Imagem 36</b> Sutiã da notícia sobre o posicionamento do governador Simão Jatene .....	111

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Publicações em cada jornal durante os quatro meses de 2011 .....	39
<b>Tabela 2</b> Frequência absoluta dos formatos do gênero informativo na amostra .....	41
<b>Tabela 3</b> Frequência absoluta dos formatos do gênero opinativo na amostra .....	41

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Formas de investigação hermenêutica .....	33
<b>Quadro 2</b> Formatos jornalísticos encontrados na amostra .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de conteúdo
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania
CEM	Centro de Estudos da Metrópole
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
HP	Hermenêutica de profundidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ORM	Organizações Romulo Maiorana
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGC	Programa Grande Carajás
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBA	Rede Brasil Amazônia
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SPVEA	Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Unama	Universidade da Amazônia

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> Linha do tempo – publicação dos jornais nos quatro meses de 2011 .....	39
---	----

## SUMÁRIO

<b>CHEGADAS E PARTIDAS</b> .....	19
<b>METODOLOGIA</b> .....	25
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	43
1.1 PLEBISCITO: UMA HISTÓRIA DO PARÁ .....	44
1.2 A DIVISÃO TERRITORIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO .....	48
1.3 CARAJÁS E A CORRIDA PELO MINÉRIO .....	58
1.3 TAPAJÓS: LONGE DEMAIS DAS CAPITALS .....	62
1.4 DO TERRITÓRIO PARA A COMUNICAÇÃO .....	65
<b>2 POR DENTRO DO OBJETO DE PESQUISA</b> .....	67
2.1 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: RELAÇÕES .....	67
<b>2.1.1 Breve histórico do jornalismo</b> .....	74
<b>2.1.2 De que jornalismo estamos falando: características</b> .....	77
2.2 JORNAL E JORNALISMO: TEORIAS .....	81
<b>2.2.1 Meios de comunicação de massa: natureza simbólica</b> .....	85
2.3 DA COMUNICAÇÃO PARA A VIDA .....	87
<b>3 INTERPRETAÇÃO/RE-INTERPRETAÇÃO</b> .....	88
3.1 CARAJÁS E TAPAJÓS: FORMAS SIMBÓLICAS .....	88
<b>3.1.1 Participação especial: a final entre Paysandu e Independente</b> .....	97
<b>3.2.3 Comentários do leitor</b> .....	99
3.2 11 DE DEZEMBRO DE 2011: O DIA DO PLEBISCITO NO PARÁ .....	104
<b>3.2.1 O dia depois do plebiscito no Pará</b> .....	110
3.3 E EU, O QUE FAÇO COM ESSES NÚMEROS? .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	119
<b>ANEXO A</b> .....	124
<b>ANEXO B</b> .....	125
<b>ANEXO C</b> .....	126

<b>ANEXO D</b> .....	<b>127</b>
----------------------	------------

## **CHEGADAS E PARTIDAS**

### **Paralelas que se cruzam em Belém do Pará...**

---

2011, o ano em que ocorreu o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós<sup>1</sup>, foi peculiar na minha trajetória pessoal e profissional. Cursava os semestres finais da segunda graduação, a de Comunicação Social (Jornalismo), na Universidade da Amazônia (Unama). A primeira foi Engenharia Ambiental, na Universidade do Estado do Pará (Uepa). Residia em Belém desde 2008, mas não me sentia (como ainda não me sinto, às vezes) moradora de uma das metrópoles da Amazônia. Nascida em Tucuruí (PA), no sudeste paraense, distante 480 quilômetros de Belém, havia morado por mais de 20 anos em Marabá (PA). As pessoas, as relações, os processos, a geografia, a sociedade... Todo e cada único detalhe da vida na capital paraense era diferente para mim. Da mesma forma, desde que parti do interior do Estado, retornei em pouquíssimas oportunidades – e, quando estava lá, não era a mesma de antes; já estava marcada pela experiência de um outro lugar.

Quando a discussão em torno do plebiscito no Pará começou a ganhar força, especificamente, a partir de julho de 2011, com a publicação dos decretos legislativos autorizando a consulta pública e com a definição do calendário eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não fui tomada pela surpresa. As diferentes características do Pará, de certa forma, sempre o dividiram. O Estado, a segunda maior unidade federativa do Brasil, passou por diferentes processos de ocupação e abriga uma população superior a 8 milhões de habitantes com origem e interesses os mais diversos.

Resumido na capital Belém, o Pará tem vocação para o conhecimento, para as pesquisas, para o comércio e para os serviços. Para que essas características se sustentem, no entanto, apoia-se, em muito, na mineração explorada em Carajás – território este fortemente ocupado por migrantes de outros Estados, os quais, com o tempo, passaram a não querer mais escoar dinheiro para outro território. Tapajós, por sua vez, parece sofrer de uma crise existencial bem parecida com a minha própria: desde os tempos dos primeiros viajantes europeus pela bacia amazônica, cujos relatos e desenhos influenciaram as primeiras divisões territoriais, Tapajós situou-se no meio termo entre o Pará e o Amazonas. Justamente por isso, forjou uma identidade para diferenciar-se de ambos. O problema é que essa identidade,

---

<sup>1</sup> Ao longo da pesquisa, utilizo a versão reduzida plebiscito ou plebiscito no Pará para me referir ao processo de criação dos Estados de Carajás e de Tapajós.

forjada sob o nome de Oeste do Pará, tenta conjugar pessoas e realidades discrepantes (quicá inconciliáveis).

Em 2011, eu não dispunha de todas essas informações, apenas a vontade de entender melhor o que era proposto. Mais do que divisão territorial, o plebiscito no Pará representava um ponto de cisão na minha própria história de vida. Como iria me manifestar num processo daqueles? Como formar uma opinião plausível, desconhecendo as diferenças na constituição do(s) território(s) paraense(s)<sup>2</sup>? Advogaria em favor de Carajás ou do Pará como um todo? Quais as implicações na vida cotidiana – na minha, na tua, na maioria dos cidadãos comuns – da divisão Estado do Pará? E quanto ao Tapajós, que só conhecia de longe? Esses e vários outros questionamentos me torturavam. No entanto o principal deles era: quem sou eu? O que minha existência representa para esse processo? Fui em busca das respostas nas pesquisas acadêmicas.

Nos meses finais de 2011, havia plantado sementes em dois caminhos diferentes: fui aprovada em primeiro lugar no concurso público edital nº 195/2011 da Universidade Federal do Pará (UFPA), para o cargo de jornalista; e, também, fui aprovada na seleção do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG) para o curso de mestrado, na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. A escolha de um implicava a desistência do outro. Mais tortura, mais desencontro, mais mágoa e mais dor. Optei por assumir a vaga no concurso público e, mais tarde, em 2012, fui aprovada na seleção do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA). Nos dois programas, o objeto de pesquisa era sempre o mesmo: compreender o plebiscito no Pará a partir do viés comunicacional.

O intervalo de um ano longe dos estudos não acalmou meus nervos, pelo contrário. Por motivos alheios à pesquisa, dei de cara com a depressão. Enfrentar a doença, aceitar as limitações impostas por ela, talvez, tenha sido uma das maiores lutas que já travei. Paralelo aos meus processos internos, o plebiscito no Pará desdobrou-se: uns, a exemplo do atual prefeito de Marabá, João Salame Neto (Partido Republicano da Ordem Social – PROS), e do atual prefeito de Belém, Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), conseguiram conquistar novos cargos políticos, em 2013; outros, como o governador Simão Robison Oliveira Jatene (PSDB), colheram o que semearam, um pouco

---

<sup>2</sup> Utilizo a expressão dessa forma porque, oficialmente, o Pará é apenas um. No entanto não posso ignorar as diferentes constituições dos três territórios.

mais tarde: poucos votos no interior do Estado, na reeleição de 2015; o acontecimento, gradualmente, desapareceu dos meios de comunicação de massa.

Ainda busco respostas para meus questionamentos. Contudo sei que uma delas, para a pergunta “quem sou eu?”, está nos versos de Mário de Sá Carneiro: “Eu não sou eu nem sou o outro, / Sou qualquer coisa de intermédio: / Pilar da ponte de tédio / Que vai de mim para o Outro”. Toda pesquisa tem um sujeito e, durante algum tempo, pensei que se tratavam dos meios de comunicação de massa que escolhi abordar – os jornais impressos O Liberal e Diário do Pará. Na verdade, os dois periódicos são importantes por revelar as práticas discursivas e a relação entre os interlocutores, em determinado contexto – caracterizando a chamada natureza comunicativa (FRANÇA, 1998; 2002). Entretanto a principal interlocução foi travada comigo mesma: interpretando a produção do jornalismo impresso feito em Belém sobre o plebiscito no Pará, caminhei em busca da compreensão da minha própria existência – daí o encontro com a hermenêutica, mais especificamente, a hermenêutica de profundidade (HP), desenvolvida por J. B. Thompson.

O referencial metodológico, além de acomodar e aplacar meus anseios, direcionou a compreensão sobre Carajás e sobre Tapajós a partir do conceito de formas simbólicas. De acordo com Thompson (2011), são características das sociedades modernas a circulação e a generalização de formas simbólicas – as quais podem ser expressões linguísticas, gestos, ações, obras de arte, entre outras. Aqui, tomo formas simbólicas por sentidos. Os meios de comunicação de massa produzem e trocam formas simbólicas de forma mediada, uma vez que instituem um corte entre a produção e a recepção. Na pesquisa, os sentidos foram revelados a partir do noticiário de O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito no Pará.

A questão-problema da pesquisa consistiu em saber **quais as formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós, em 2011?** Os dois meios de comunicação de massa em questão tratam-se dos maiores jornais impressos do Estado do Pará. Mais antigo, com 68 anos, O Liberal pertence às Organizações Romulo Maiorana (ORM) e tem ligações estreitas com o PSDB. O Diário do Pará existe há 33 anos e está diretamente relacionado ao senador Jader Fontenelle Barbalho e ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os dois são concorrentes, contudo, apesar de chegarem até o interior paraense, são produzidos em Belém e falam prioritariamente para a população metropolitana. Na pesquisa, busquei

compreender o que O Liberal e o Diário do Pará falaram sobre o outro, isto é, sobre os territórios de Carajás e de Tapajós.

Para responder à pergunta, tracei o seguinte objetivo geral: compreender como Carajás e Tapajós foram abordados a partir das formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito, em 2011. Já os objetivos específicos foram: 1) contextualizar a formação de Carajás e de Tapajós a partir da ocupação da Amazônia; 2) identificar as principais formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e do Diário do Pará sobre Carajás e sobre Tapajós; e 3) interpretar os dados coletados a partir do viés comunicacional.

O trabalho reforça a linha de pesquisa Mídia e Cultura da Amazônia, do PPGCOM/UFPA. Há estudos sobre mídia e memória na Amazônia; tecnicidade, visualidade e visibilidade midiáticas; mídia, imaginário e multiculturalismo; mídia e identidade, entre outros. No entanto a contribuição da presente pesquisa caracteriza-se pelos processos interpretativos dos meios de comunicação de massa. Da mesma forma, o estudo amplia o olhar para o próprio fenômeno social: o plebiscito no Pará foi um acontecimento histórico para a população paraense. Pesquisadores das áreas da política, da economia, da sociologia e da geografia, certamente, já se debruçaram sobre o plebiscito; na área da comunicação, o tema não é inédito, contudo a abordagem apresenta um diferencial<sup>3</sup>.

Na pesquisa, busquei identificar como o outro foi tratado pelo eu – os jornais impressos O Liberal e Diário do Pará representaram o centro do Pará. França (1998) e Wolton (2011), em diferentes perspectivas, afirmam que considerar o outro é imprescindível para a plenitude do processo comunicativo. Aprofundei-me na bibliografia da autora por entender que, em se tratando de meios de comunicação de massa, o outro representa o terceiro elemento: é dele que se fala ou é a partir dele que se fala. Quando o jornalista escuta as fontes para desenvolver a notícia ou reportagem, na verdade, conta o que alguém presenciou – interpreta uma informação já interpretada. Produtor e receptor dessa informação, mais do que sujeitos que falam, tornam-se sujeitos que observam. É essa relação, essa cumplicidade na forma de ver o mundo que coloca os sujeitos em comunicação.

---

<sup>3</sup> Um dos trabalhos pioneiros, na área da comunicação, sobre o plebiscito no Pará trata-se do artigo “Quem pode falar no Facebook? O ‘autocontrole’ em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Estado do Pará”, escrito pelos pesquisadores Ricardo Fabrino Mendonça e Danila Cal, em 2012. O estudo discute a legitimação ou a contestação do direito à fala em um grupo do Facebook. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/30928/23346>>.

Contudo, nas edições dos dois jornais coletadas para análise, os habitantes de Carajás e de Tapajós quase não foram fontes das notícias ou reportagens – caracterizando a segunda situação: o outro foi alguém de quem se falou. A metrópole falava e recebia informações sobre o interior, que conhecia, minimamente, de longe.

O caráter interpretativo da pesquisa é justificado pela escolha da hermenêutica de profundidade (HP) como metodologia de pesquisa, a qual consiste em três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. Essa estrutura tríplex, explicada na seção “Metodologia”, é mantida ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, caracterizo o plebiscito no Pará enquanto processo de consulta popular; apresento informações sócio-históricas sobre os territórios de Carajás e de Tapajós dentro do contexto amazônico; e identifico as principais motivações envolvidas para a divisão territorial de ambos. A partir da contextualização, encaminho as discussões para a área da comunicação. A produção de Becker (1997) e Dutra (1999) são as principais referências no momento inicial.

No capítulo seguinte, caracterizo o jornalismo enquanto ato de palavra social e recupero sua natureza comunicacional – isto é, a dimensão de afetar e ser afetado pelo outro por meio de gestos significantes (FRANÇA, 2006). O outro, a partir do século XX, é utilizado, em geral, para indicar a alteridade. Recorro às origens, nas narrativas míticas, para entender que o outro existe a partir da consciência da diferença. Caso essa diferença não seja administrada, o outro passa a ser tratado como estrangeiro e, no contexto da comunicação de massa, esse estrangeiro vira exótico ou inimigo. Faço uma pequena periodização não com a intenção de explorar todas as transformações pela qual a atividade jornalística passou ao longo do tempo, mas para situar que o jornalismo contemporâneo, sobre o qual falamos, não surgiu do acaso; e sim está inserido numa trajetória de mudanças pelas quais a sociedade e a profissão passaram.

Ao analisar a amostra – composta por 135 edições, 57 de O Liberal e 78 do Diário do Pará –, meu olhar foi direcionado para os formatos jornalísticos, e não para questões de argumentação e do discurso. Nem todos os formatos foram observados de forma igual, pois alguns mostraram-se mais ricos do que outros. Os olhos, por exemplo, que constituem a fisionomia do Diário do Pará, dizem pouco sobre Carajás e sobre Tapajós. O Liberal publicou dois editoriais em todo o período analisado, porém a inexistência deles, no Diário do Pará, revelou-me muito mais.

As formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará, identificadas na amostra, foram interpretadas/re-interpretadas no capítulo final, com destaque para as formas simbólicas produzidas no dia do plebiscito, 11 de dezembro de 2011, e no dia seguinte. A redução de Carajás e Tapajós a “Sim”; a vitória do “Não”; a oposição de Belém ao interior; a ausência de representantes políticos do sexo feminino; e a visão do plebiscito como quebra, como recorte do Pará foram algumas das principais formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará.

As considerações finais encerram a pesquisa no âmbito protocolar, porém apontam caminhos a serem percorridos em novos estudos e, também, na vida. Afinal a escolha da hermenêutica de profundidade (HP), como afirma J. B. Thompson, visa à interpretação da doxa, isto é, a pensar e repensar o dia a dia nas mais diversas situações. Antes de iniciar a jornada da leitura, apresento os caminhos necessários à compreensão do referencial metodológico.

## METODOLOGIA

### Ou “como cheguei à hermenêutica de profundidade (HP), de J. B. Thompson”

---

Entendo que o estudo das formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito trata-se de uma pesquisa exploratória, conforme definição de Selltiz et al. (1974, p. 60), uma vez que objetiva “aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que se deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado”. Esse tipo de pesquisa torna-se importante, pois contribui para o desenvolvimento do que Orozco e González (2011, p. 163) chamam de teoria fundada (*grounded theory*), que consiste em “generar explicaciones congruentes y suficientes para lo que hay allá fuera, no a partir de lo que otros elucubrarón, sino desde aquello que en la realidad y en el terreno encontramos”. Para os autores, esse esforço analítico serve tanto para interpretar o objeto de pesquisa, como faz parte de uma nova teorização.

O caráter da pesquisa é teórico-documental, pois constitui-se da resenha de informações sobre o plebiscito no Pará encontrada em livros e documentos oficiais, bem como da reunião dos jornais impressos O Liberal e Diário do Pará, publicados em 2011 e disponibilizados em acervo digital<sup>4</sup>. Selltiz et al. (1974, p. 63) afirmam que, como um estudo exploratório “se volta para uma área em que ainda não foram formuladas hipóteses (...), a tarefa é resenhar o material disponível, procurando perceber as hipóteses que dele podem ser derivadas”.

Como metodologia, aproprio-me da hermenêutica de profundidade (HP), proposta por Thompson (2011b). A hermenêutica consiste no estudo da compreensão – basicamente, a atividade de compreender textos escritos. Palmer (2011, p. 20) atenta para a diferença entre interpretar e compreender. O autor define a interpretação, um fenômeno complexo e universal, como o ato essencial do pensamento humano; isto é, o próprio fato de existir trata-se de um constante processo de interpretação, uma vez que ultrapassa o mundo linguístico. A compreensão, por sua vez, é, simultaneamente, um fenômeno epistemológico e ontológico; algo como um encontro histórico que recorre à existência pessoal de quem está no mundo.

---

<sup>4</sup> Para a coleta de todos os dados sobre o plebiscito em ambos os jornais, utilizei-me do acervo digital de O Liberal e do Diário do Pará, diante da impossibilidade de procurar pelas edições físicas disponíveis nas bibliotecas públicas do Estado. Disponível em: [http://oliberaldigital.orm.com.br/index\\_login.asp](http://oliberaldigital.orm.com.br/index_login.asp) e <http://digital.diariodopara.com.br/pc>.

A hermenêutica (...) pretende juntar duas áreas da teoria da compreensão: o tema daquilo que está envolvido no fato de compreender um texto e o tema de o que é a própria compreensão, no seu sentido mais fundante e existencial. (...) A hermenêutica, enquanto se define como estudo da compreensão das obras humanas, transcende as formas linguísticas de interpretação (PALMER, 2011, p. 21).

As raízes da palavra hermenêutica estão no vocábulo grego *hermeios*, utilizado para se referir ao sacerdote do oráculo de Delfos. Mais comuns, o verbo *hermeneuein*, traduzido como interpretar, e o substantivo *hermeneia* – interpretação – remetem para o deus-mensageiro-alado Hermes, ao qual se associa à função de transmutação, isto é, de transformar o que ultrapassa os limites da compreensão humana em algo que essa inteligência possa compreender. “Os Gregos atribuíam a Hermes a descoberta da linguagem e da escrita – as ferramentas que a compreensão humana utiliza para chegar ao significado das coisas e para o transmitir aos outros” (PALMER, 2011, p. 24).

O processo de tornar compreensível implica em três vertentes no significado de *hermeneuein* e *hermeneia*, no uso antigo. De maneira explicativa, o autor afirma que os dois vocábulos significam: 1) exprimir em voz alta, ou seja, dizer; 2) explicar, tal como se explica uma situação; e 3) traduzir. Os três sentidos são sinônimos de interpretar, em língua portuguesa, entretanto cada um possui sentido independente e relevante do termo interpretação.

*Hermeneuein* no sentido de dizer remete aos verbos exprimir, afirmar ou dizer. Palmer (2011, p. 25) aponta que, nessa primeira orientação, o simples dizer, afirmar ou proclamar trata-se de um importante ato de interpretação. No entanto, chama a atenção para o fato de que, ainda que mantenha o sentido de dizer, o verbo expressar refere-se a um dizer que, em si próprio, é uma interpretação – como o estilo de uma performance.

Usamos este cambiante da palavra interpretação quando nos referimos à interpretação que um artista fez de uma canção ou que um maestro faz de uma sinfonia. Neste sentido, a interpretação é uma forma de dizer. De igual modo, a dicção oral ou o canto são interpretações (PALMER, 2011, p. 26).

Já na segunda orientação, a de *hermeneuein* no sentido de explicar, a ênfase consiste no aspecto discursivo da compreensão, isto é, aponta para o caráter explicativo da interpretação, mais do que para o caráter expressivo. O autor afirma que as palavras não se resumem a dizer algo (embora também o façam e isso seja importante para o processo interpretativo); elas explicam, racionalizam e clarificam algo. O processo explicativo torna-se

palco para a compreensão, uma vez que o significado está relacionado com o contexto – isto é, um acontecimento torna-se significativo, apenas, dentro de um contexto específico.

A interpretação explicativa torna-nos conscientes de que a explicação é contextual, é horizontal. Deve processar-se dentro de um horizonte de significados e intenções já aceites. Em hermenêutica, esta área de uma compreensão pressuposta é designada por pré-compreensão. Podemos frutiferamente perguntar que pré-compreensão é necessária para podermos conhecer o texto (dado) (PALMER, 2011, p. 34).

A terceira orientação, de *hermeneuein* no sentido de traduzir, indica uma forma especial do processo básico interpretativo de tornar compreensível. Afinal torno compreensível aquilo que é estrangeiro, estranho ou inteligível, utilizando como *medium* a própria língua. O tradutor representa um mediador entre dois mundos diferentes e, por isso, deve atentar para o fato de que a própria língua já contém uma interpretação. “A tradução apenas nos torna mais conscientes do mundo como as palavras na realidade moldam a nossa visão do mundo, mesmo as nossas percepções” (PALMER, 2011, p. 37).

A partir das três orientações significativas do uso antigo da palavra hermenêutica, o autor aponta seis definições modernas. Cada uma dessas abordagens, mais do que produtos do momento histórico, representa um ponto de vista a partir do qual o problema da interpretação é visto. São elas: ênfases bíblica, filológica, científica, *geisteswissenschaftliche*, existencial e cultural. A hermenêutica jurídica, de modo geral, não entra nessa classificação. A ideia não é discutir cada uma das abordagens, apenas apresentá-las com o objetivo de situar a proposta metodológica de Thompson (2011b).

A hermenêutica como teoria da exegese bíblica possui diversas orientações. Palmer (2011, p. 43) afirma que, só no século XVIII, incluía a gramática, a história, o pietismo, entre outras escolas. Nessa abordagem, é interessante discernir a hermenêutica da exegese como metodologia da interpretação. A exegese trata do comentário real, enquanto a hermenêutica, das regras, dos métodos ou das teorias que a orientam. A partir do momento em que essa tradição de estudos alargou-se para além de textos bíblicos, a hermenêutica pareceu dar conta de textos obscuros, que precisavam de métodos especiais para deles extrair um significado oculto.

Já a hermenêutica como metodologia filológica desenvolveu-se, também, no século XVIII, com o racionalismo. A ideia era tornar a Bíblia relevante para o homem racional do Iluminismo, daí que os métodos interpretativos aplicados aos textos bíblicos passaram a ser utilizados em outras obras.

A hermenêutica como ciência da compreensão linguística caracteriza-se pelo esforço de Schleiermacher em conferir uma base universal e sistemática ao processo de interpretação. Palmer (2011, p. 50) afirma que essa abordagem marca o início de uma hermenêutica não disciplinar, cujos princípios servem de base a todos os tipos de interpretação de texto.

A quarta orientação diz respeito à hermenêutica como base metodológica para a *geisteswissenschaften* – ou seja, todas as disciplinas centradas na compreensão da arte, do comportamento e da escrita do homem. Surgiu a partir dos estudos de Wilhelm Dilthey, biógrafo de Schleiermacher.

Dilthey defendia que a interpretação das expressões essenciais da vida humana, seja ela do domínio das leis, da literatura ou das Sagradas Escrituras, implica um ato de compreensão histórica, uma operação fundamentalmente diferente da quantificação, do domínio científico do mundo natural; porque nesse ato de compreensão histórica está em causa um conhecimento pessoal do que significa sermos humanos. Acreditava ser necessário nas ciências humanas uma outra crítica da razão (...) – uma crítica da razão histórica (PALMER, 2011, p. 50).

A quinta abordagem encara a hermenêutica como fenomenologia do *Dasein* e da compreensão existencial. Martin Heidegger, ao tratar da questão ontológica, voltou-se para o método fenomenológico do mentor Edmund Husserl. Dessa forma empreendeu um estudo fenomenológico da presença quotidiana do homem no mundo. Na obra *Ser e Tempo* (1927), chamada de hermenêutica do *Dasein*, Heidegger indicou que a compreensão e a interpretação são modos fundantes da existência humana.

Ainda em relação a essa abordagem, o professor Hans-Georg Gadamer desenvolveu as implicações do contributo de Heidegger para a hermenêutica num trabalho sistemático sobre a hermenêutica filosófica. Em *Wahrheit und Methode* (1960), Gadamer traça, em detalhes, o desenvolvimento da hermenêutica, “de Schleiermacher até Dilthey e Heidegger, fornecendo o primeiro relato histórico adequado da hermenêutica englobando a perspectiva do contributo revolucionário de Heidegger e refletindo sobre ele” (PALMER, 2011, p. 51).

Gadamer também contribuiu para a abordagem linguística da hermenêutica, ao afirmar: um ser que pode ser compreendido é linguagem. Para o filósofo, a hermenêutica trata-se de um encontro do Ser por meio da linguagem. Por isso, defende o caráter linguístico da própria realidade humana. Gadamer entende que a hermenêutica mergulha nas questões puramente filosóficas da relação da linguagem com o Ser, com a compreensão, com a história, com a existência e com a realidade.

A sexta abordagem, também chamada de abordagem cultural, trata a hermenêutica como um sistema de interpretação. Paul Ricoeur, em *De l'Interprétation* (1965), centra a discussão na exegese textual, considerando-a o elemento distinto e central na hermenêutica. O filósofo entende, por hermenêutica,

a teoria das regras que governam uma exegese, quer dizer, a interpretação de um determinado texto ou conjunto de sinais suscetíveis de serem considerados como textos. (...) A hermenêutica é o processo de decifração que vai de um conteúdo e de um significado manifestos para um significado latente ou escondido. O objeto de interpretação, isto é, o texto no seu sentido mais lato, pode ser constituído pelos símbolos de um sonho ou mesmo por mitos e símbolos sociais ou literários (PALMER, 2011, p. 52).

Paul Ricoeur distingue símbolos unívocos de equívocos. Símbolos unívocos representam signos de sentido único, ao passo que símbolos equívocos são o centro da hermenêutica – uma vez que a interpretação tem a ver com textos simbólicos de múltiplos significados, ou seja, polissêmicos; os quais podem “construir uma unidade semântica que tem (como os mitos) um significado superficial totalmente coerente, tendo ao mesmo tempo um significado mais fundo” (PALMER, 2011, p. 53). A tarefa da hermenêutica, portanto, consiste em revelar o sentido mais fundo do texto, para além do conteúdo manifesto; consiste em “reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum” (RICOEUR, 2011, p. 25).

A hermenêutica de profundidade, proposta por Thompson (2011b), emerge da ênfase cultural. Antes de apresentar a própria definição de cultura, chamada de concepção estrutural, o autor elenca três sentidos diferentes para o termo. O primeiro deles, chamado de concepção clássica, surge entre os filósofos e historiadores europeus, no início da era moderna. Com base na palavra latina *cultura*, os usos iniciais do termo apontavam para o cultivo ou o cuidado de alguma coisa, como grãos ou animais. Do século XVI em diante, o significado da palavra passou da esfera agrícola para o processo do desenvolvimento humano, ou seja, do cultivo de grãos para o cultivo da mente. Somente a partir do século XIX, “cultura” passou a ser usada de forma independente, não mais ligada a um processo geral ou a um produto desse processo. Dependendo da situação, poderia ser tratada como sinônimo ou como contraste à “civilização”.

Na França e na Inglaterra, durante o século XIX, “civilização” referia-se ao processo progressivo de desenvolvimento humano; um deslocamento rumo à ordem e ao refinamento, em oposição à barbárie e à selvageria. Por isso, “cultura” e “civilização” eram utilizadas para

descrever o movimento de tornar-se “culto” ou “civilizado”. No entanto, na Alemanha, as duas palavras contrastavam-se. De caráter negativo, “Zivilization” foi associada com polidez e refinamento das maneiras, ao passo que “Kultur”, com conotação positiva, referia-se a produtos intelectuais, artísticos e espirituais que expressavam a individualidade e a criatividade das pessoas.

Thompson (2011b, p. 170), portanto, define a concepção clássica de cultura a partir da articulação promovida entre os filósofos e historiadores alemães, no final do século XVIII e início do século XIX, segundo a qual “cultura é o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna”. Porém, após o surgimento da Antropologia, no século XIX, o conceito passou das conotações etnocêntricas às tarefas da descrição etnográfica, uma vez que o estudo da cultura estava ligado à elucidação de costumes, práticas e crenças de outras sociedades, que não as europeias.

O autor apresenta duas concepções antropológicas de cultura, que representam dois usos básicos do termo na disciplina: a concepção descritiva e a concepção simbólica. A concepção descritiva da cultura surge, entre 1843 e 1852, com a publicação, em dez volumes, do trabalho de Gustav Klemm – *Allgemeine Cultur-Geschichte der Menschheit*. Na obra, cultura pode ser vista como um conjunto inter-relacionado de crenças, costumes, formas de conhecimento, arte, entre outros; esses elementos são adquiridos pelos indivíduos enquanto integrantes de uma sociedade particular e podem ser estudados cientificamente. E. B. Taylor, com *Primitive Culture*, obra publicada em dois volumes, em 1871, e Bronisław Malinowski, com escritos de 1930 e de 1940, apesar de procederem os estudos enfatizando pontos diferentes, contribuiram para a análise dos fenômenos culturais – a qual envolve, em parte, a comparação, a classificação e a análise científica desses fenômenos.

A concepção simbólica da cultura surge a partir da preocupação com a validade e com a utilidade da concepção descritiva. Afinal, era necessário esclarecer o método de análise dos fenômenos, além de definir quais fenômenos poderiam ser estudados de forma sistemática. Thompson (2011b, p. 174) afirma que o uso de símbolos é um traço distintivo da vida humana, uma vez que os seres não apenas produzem e recebem expressões linguísticas significativas, como também atribuem sentido a construções não linguísticas, tais como ações, obras de arte e objetos materiais de diversos tipos. As origens dessas reflexões estão em L. A. White – com a obra *A Ciência da Cultura*, publicada em 1940 –, para quem “cultura”

representa a ordem ou classe distinta de fenômenos que dependem do exercício da habilidade mental. Clifford Geertz, em *A Interpretação das Culturas*, encaixa esse sentido na pesquisa de natureza antropológica, preocupando-se com o significado, o simbolismo e a interpretação dos fenômenos. Para o antropólogo,

a cultura é uma “hierarquia estratificada de estruturas significativas”; consiste de ações, símbolos e sinais, de “trejeitos, lampejos, falsos lampejos, paródias”, assim como de manifestações verbais, conversações e solilóquios. Ao analisar a cultura, entramos em emaranhadas camadas de significados, descrevendo e redescrivendo ações e expressões que são já significativas para os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações e expressões no curso da vida diária. As análises da cultura (...) são interpretações de interpretações, abordagens de segunda ordem, por assim dizer, sobre um mundo que já é constantemente descrito e interpretado pelos indivíduos que compõem esse mundo (THOMPSON, 2011b, p. 175).

Com base nos escritos de Geertz, a concepção simbólica da cultura consiste no padrão de significados incorporados nas formas simbólicas; estas podem incluir ações, manifestações verbais e objetos significativos diversos. A partir desse padrão de significados, os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças. No entanto, o autor aponta que uma das fragilidades dos trabalhos de Geertz está na atenção insuficiente conferida aos problemas de conflito social e de poder. Afinal, os fenômenos

são sempre produzidos e partilhados em situações sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade; e estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstâncias sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão (THOMPSON, 2011b, p. 180).

Dessa forma, a concepção estrutural da cultura enfatiza, na mesma medida, o caráter simbólico dos fenômenos culturais e o fato de tais fenômenos estarem inseridos em contextos sociais estruturados. Os fenômenos culturais, para o autor, são as formas simbólicas – as quais podem ser conceituadas, de forma mais apropriada, em termos de um marco referencial metodológico: a hermenêutica de profundidade (HP). A metodologia evidencia o fato de que o objeto em análise representa uma construção simbólica significativa e, portanto, exige uma interpretação. Para considerar a contextualização social, bem como as características internas, é preciso empregar outros métodos para analisar as formas simbólicas. Por isso a HP “apresenta um referencial dentro do qual esses vários métodos de análise podem ser

sistematicamente inter-relacionados, suas potencialidades podem ser consideradas e seus limites definidos” (THOMPSON, 2011b, p. 355).

O autor reconhece as contribuições de Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur para o desenvolvimento da hermenêutica, principalmente, por evidenciarem que, na investigação social, o objeto de investigação já se constitui de uma pré-interpretação. Para Thompson (2011b, p. 358), o mundo sócio-histórico não representa apenas um campo-objeto que deve ser observado; representa, da mesma forma, um campo-sujeito que está construído, parcialmente, “por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, em interpretar as ações, falas e acontecimentos que estão ao seu redor”. O trabalho de Heidegger, de maneira especial, contribuiu para clarificar a importância do processo de compreensão como característica fundamental dos seres humanos como tais.

Outro aspecto é que os sujeitos que fazem parte do mundo social estão imersos em tradições históricas – são parte da história, e não meros expectadores. Gadamer, entre outros, sublinhou o aspecto da historicidade da experiência humana, ou seja, os seres humanos são sempre parte de contextos sócio-históricos mais amplos, de forma que a compreensão se torna algo maior que um encontro isolado entre mentes. O autor explica que uma nova experiência será sempre assimilada aos resíduos do que passou; na busca de construir o novo, sempre e necessariamente construo sobre o que já está presente. No entanto Thompson (2011b, p. 361) acrescenta ao pensamento de Gadamer quando trata os resíduos do passado não apenas como a base sobre a qual assimilo novas experiências no presente e no futuro, mas, também, em situações específicas, como instrumento para esconder, obscurecer ou mascarar o presente.

De fato, é no trabalho de Paul Ricoeur<sup>5</sup> que Thompson (2011b) se apoia, visto que o filósofo mostra a hermenêutica como uma reflexão filosófica sobre o ser, e a compreensão como uma reflexão metodológica sobre a natureza e as tarefas da interpretação na pesquisa social. Ricoeur chama de hermenêutica de profundidade o processo de interpretação, tanto na pesquisa social quanto em outros campos, mediado por um leque de métodos explanatórios ou “objetivantes”. Assim explanação e interpretação não devem ser vistas como mutuamente exclusivas ou radicalmente antitéticas, mas sim como complementares.

---

<sup>5</sup> As principais obras de Paul Ricoeur consideradas por Thompson (2011b) são: *Hermeneutics and the Human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation* (1981); *The Conflict of Interpretations, Essays in Hermeneutics* (1974); *Freud and Philosophy, An Essay on Interpretation* (1970); *Interpretation Theory, Discourse and the Surplus of Meaning* (1976).

Thompson (2011b, p. 362) concorda com os termos gerais da obra de Ricoeur, contudo se opõe à ênfase demasiada na autonomia semântica do texto, posta pelo filósofo. O autor considera as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo-sujeito-objeto, por isso não descarta que o objeto de investigação já se trata de um campo previamente interpretado – ou seja, o enfoque da hermenêutica de profundidade (HP), de Thompson (2011b), é a hermenêutica da vida quotidiana, também denominada de interpretação da doxa, das opiniões, das crenças e das compreensões que são partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social.

Para entender como as formas simbólicas são estruturadas, bem como as condições sócio-histórica em que estão inseridas, o autor sugere ir além da interpretação da doxa e engajar-se em tipos de análise que se enquadram dentro do referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP) – compreendida em três fases ou procedimentos principais, as quais “devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (THOMPSON, 2011b, p. 365). O quadro 1 ilustra as fases da hermenêutica de profundidade, proposta pelo autor.

**Quadro 1** Formas de investigação hermenêutica

Hermenêutica da vida quotidiana	Interpretação da doxa	
Referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (HP)	Análise sócio-histórica	Situações espaçotemporais
		Campos de interação
		Instituições sociais
	Análise formal ou discursiva	Estrutura social
		Meios técnicos de transmissão
		Análise semiótica
		Análise da conversação
		Análise sintática
	Interpretação / Re-interpretação	Análise narrativa
		Análise argumentativa

Fonte: THOMPSON (2011b, p. 365)

As três fases do enfoque da hermenêutica de profundidade (HP) são descritas como análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. Etapa inicial, a análise sócio-histórica objetiva reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Thompson (2011b) alerta para quatro aspectos básicos dos contextos sociais – cada um deles requer um nível de análise distinto. O

primeiro aspecto são as situações espaço-temporais onde as formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas que pertencem a um lugar específico, agindo e reagindo a tempo particulares e a locais especiais.

O segundo aspecto são os campos de interação dentro dos quais as formas simbólicas estão situadas. Este aspecto pode ser visto como um espaço de posição e um conjunto de trajetórias, que determinam algumas relações entre pessoas e oportunidades acessíveis a elas. O terceiro aspecto refere-se às instituições sociais, que são vistas como conjunto relativamente estável de regras e recursos, estabelecendo as relações sociais.

Já o quarto nível da análise sócio-histórica refere-se à estrutura social, que destaca as assimetrias e as diferenças relativamente estáveis que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação, ou seja, a finalidade é identificar as assimetrias, as diferenças e as divisões. Há, ainda, outro aspecto que Thompson (2011b) enfatiza na análise sócio-histórica, que são os meios técnicos de construção das mensagens e de transmissão, os quais permitem que as formas simbólicas sejam trocadas entre as pessoas.

A aplicação de cada uma das fases, com suas especificidades, depende de pesquisa a pesquisa. Nesta, para a composição da análise sócio-histórica, apresentada no capítulo 1, contextualizo histórica e geopoliticamente a formação dos territórios de Carajás e de Tapajós. Não separo item a item, conforme os aspectos básicos dos contextos sociais, propostos por Thompson (2011b). No entanto, já aqui, apresento os meios técnicos de construção das mensagens e de transmissão – ou, de forma mais simples, os meios de comunicação de massa escolhidos para o estudo.

A história de um jornal transcorre de forma paralela à história de outros jornais, bem como ao desenvolvimento da imprensa em uma sociedade. Contudo cada jornal é único, dotado de existência e de configuração particulares, as quais conferem-lhe uma lógica própria.

Um jornal adquire sua identidade – sua fisionomia conhecida – através da materialidade de suas páginas, do seu recorte temático e tratamento da informação. O jornal é produto e instância de produção, e a palavra jornalística, elemento fundamental nas relações de identificação entre o jornal e seu público, constrói-se em íntima relação com a palavra social (FRANÇA, 1998, p. 101).

A imprensa inicia suas atividades na capital paraense e na Amazônia brasileira em 22 de maio de 1822, com a publicação do primeiro número do jornal O Paraense, editado por Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente – ou Filippe Patroni, como ficou conhecido posteriormente. Seixas (2011, p. 225) afirma que, nos decênios seguintes, outras publicações

surgiram, mas somente a partir da década de 1851, com o surgimento dos jornais diários, observaram-se mudanças mais significativas nas produções dos jornais – tanto em relação ao tamanho, quanto à diagramação e ao conteúdo.

Atualmente, são produzidos na capital paraense três jornais de grande circulação. São eles: O Liberal e Amazônia<sup>6</sup>, que fazem parte das ORM; e Diário do Pará, ligado à Rede Brasil Amazônia (RBA). De acordo com Castro, A. (2013, p. 53), O Liberal foi fundado em 15 de novembro de 1946 por Luís Geolás de Moura Carvalho e outros políticos locais. O objetivo era fazer do periódico o representante oficial do Partido Social Democrata (PSD) – na época, Partido Liberal –, chefiado por Joaquim Cardoso de Magalhães Barata.

Em sua primeira fase, O Liberal era vespertino e fazia contraposição ao jornal Folha do Norte – periódico pertencente à família de Paulo Maranhão, adversário político Magalhães Barata<sup>7</sup> (MASSARANI et al., 2013, p. 83). Em 1966, O Liberal passou a ser matutino e de propriedade de Romulo Maiorana, que implantou mudanças no projeto gráfico e na apresentação do conteúdo noticioso – fugindo, pelo menos explicitamente, das guerras políticas. Romulo Maiorana faleceu em 1986 e, a partir de então, a presidência do jornal passou a ser do primogênito Romulo Maiorana Júnior – que, também, preside as ORM, corporação jornalística da família Maiorana detentora de emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada da Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias (CASTRO, A., 2013, p. 53). As autoras afirmam que O Liberal possui uma linha editorial que favorece o PSDB.

Já o Diário do Pará foi criado em 22 de agosto de 1982 a fim de combater a campanha feita por O Liberal em favor da candidatura de Oziel Carneiro ao governo do Estado e, também, para subsidiar o candidato de oposição – Jader Barbalho (PMDB) –, que saiu vitorioso do pleito. Pinto (2007) aponta que o principal financiador do Diário do Pará, incluindo o sistema gráfico do jornal, foi o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia – na época, com pretensões em se tornar presidente da República.

---

<sup>6</sup> Para esta pesquisa, não considerei a produção do Amazônia, uma vez que a fisionomia dos outros dois jornais é mais semelhante entre si e passível de comparação. Amazônia possui 48 páginas, de segunda a sábado, e 96, aos domingos, em formato tabloide (28x32 cm). O conteúdo noticioso divide-se entre as seções: gerais, show, esporte e polícia. Aos domingos, são acrescentados cadernos de entretenimento.

<sup>7</sup> Joaquim Cardoso Magalhães Barata foi interventor federal no Pará, de 1930 a 1935. Tinha poderes quase absolutos no Estado. O jornalista Paulo Maranhão, dono do jornal Folha do Norte, fazia oposição direta aos mandos e desmandos de Magalhães Barata. Maranhão chegou a ser agredido, a mando do adversário, com um banho de fezes. Cf.: <http://novoblogdobarata.blogspot.com.br/2012/05/historia-o-banho-de-fezes-em-paulo.html>.

O Diário parecia que duraria pouco tempo. Mas Jader percebeu, como outros coronéis da política no Norte e Nordeste, que não podia mais ficar à mercê dos donos dos principais grupos de comunicação, sobretudo quando o comando passou para as mãos da segunda geração, pouco afeita à história e aos seus compromissos. Tinha que montar sua própria estrutura se quisesse preservar o próprio poder. Passaria a combinar o exercício da política com a atividade empresarial (PINTO, 2007).

Assim que Jader Barbalho elegeu-se governador do Estado, O Liberal tentou oferecer apoio, uma vez que o jornal, tradicionalmente, apoia os governos de situação. No entanto Pinto (2007) afirma que a verdadeira intenção dos Maiorana era dissuadir o político de investir na nova carreira. No primeiro mandato de Jader Barbalho, O Liberal foi bastante favorecido, porém o jornal das ORM parecia não se satisfazer.

Ao invés de descartar seu jornal de campanha, Jader tratou de dar-lhe competitividade, substituindo as velhas máquinas de impressão por rotativas *offset*. Continuou um degrau tecnológico abaixo de O Liberal, mas já não tão abaixo quanto antes. Que capital permitiu esses saltos, é a dúvida, ainda em aberto. Mas ela não é estranha ao começo de muitas das empresas de comunicação do país (PINTO, 2007).

Desde então, o Diário do Pará não só sobreviveu, como continua, até hoje, a competir com O Liberal – tanto em questões políticas quanto em liderança no segmento dos jornais impressos. As divergências são tamanhas que, algumas vezes, editoriais foram publicados nas capas dos jornais com ataques diretos à família Maiorana e a Jader Barbalho (CASTRO, A., 2013). As notícias e as reportagens também não estão imunes: sempre que há oportunidade, os dois entram em conflito explícito. A RBA, grupo do qual o Diário do Pará faz parte, também possui uma emissora de televisão aberta (afiliada à Rede Band), além de emissoras de rádio AM e FM (CASTRO, A., 2013, p. 53).

Hoje, O Liberal e o Diário Pará são impressos no tamanho standard (32x56 cm), em cores, e com diversidade de cadernos. Os principais são: Atualidades, Poder, Esporte, Polícia, Magazine e Classificados, em O Liberal; Cidade, Brasil, Bola, Policial, Você, Tem e a revista Tudo de Bom, no Diário do Pará. Aos domingos, são acrescentados os cadernos: Mercado, Auto & Cia, Liberalzinho e as revistas Troppo, Mulher e Revista da TV, em O Liberal; Negócios, Auto Destaque, Diarinho, Diário dos Concursos e a revista D Semanal, no Diário do Pará. Dependendo dos acontecimentos, são produzidos outros cadernos. Diário do Pará, por exemplo, publica, às vezes, os cadernos Diário de Carajás e Diário de Tapajós, com informações exclusivas dos dois territórios.

A tiragem dos dois periódicos não é conhecida, uma vez que apenas o Diário do Pará é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), todavia nunca publicou a sua tiragem. O Liberal desvinculou-se do IVC, em 2006, por problemas com os números de circulação apresentados ao órgão<sup>8</sup>.

O segundo nível de análise da hermenêutica de profundidade (HP), a análise formal ou discursiva, por definição de Thompson (2011b), resulta dos objetos e das expressões que circulam nos campos sociais, os quais se tratam, também, de construções simbólicas complexas e que apresentam uma estrutura articulada. Este tipo de análise preocupa-se com a organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, seus padrões e relações, servindo para a construção do campo-objetivo.

Há diversas formas de conduzir a análise formal ou discursiva. Nesta, utilizo a análise de conteúdo (AC), definida por Bauer (2002, p. 191) como “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para o contexto social de maneira objetivada”. Para tanto, é necessária a definição de unidades de texto – no caso, as formas simbólicas, representadas pelo noticiário sobre o plebiscito no Pará coletado nos jornais O Liberal e Diário do Pará.

Através de reconstrução de representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte, o texto é um meio de expressão. (...) Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. Textos atribuídos contêm registros de eventos, valores, regras e normas, entretenimento e traços do conflito e do argumento. A AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades (BAUER, 2002, p. 192).

O autor explica que os procedimentos da AC reconstróem representações em duas dimensões principais: a sintática, que enfoca os transmissores de sinais e suas inter-relações, isto é, como algo é dito ou escrito; e a semântica, que se preocupa com a relação entre os sinais e o sentido. Juntas, as duas características permitem ao pesquisador fazer conjecturas fundamentadas.

Na pesquisa em jornalismo, a AC revela-se de grande utilidade para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e

---

<sup>8</sup> O jornal O Liberal manteve-se em primeiro lugar em circulação e vendas, no Pará, durante três décadas, as duas primeiras tendo à frente Romulo Maiorana. Em 2005, uma auditoria do Instituto Verificador de Circulação (IVC), que faz a contagem da tiragem dos jornais impressos no país, constatou a não veracidade nos números divulgados pelo jornal da família Maiorana: O Liberal aumentava artificialmente a tiragem do jornal, de 100% até 140% em relação aos números reais. O incidente levou o jornal à desfiliação do IVC. Cf. <http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=603>

agendamentos; descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos; avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações; identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias; bem como comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2007, p. 123). Para a autora, a AC ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e sobre quem recebe a notícia, além de estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens.

Para a aplicação da AC, foram necessárias fazer algumas escolhas quanto à seleção do material. Chein (1974, p. 572) define população como “a reunião de todos os casos que se conformam a algum conjunto indicado de especificações”. Assim a população desta pesquisa representa todas as edições dos jornais impressos O Liberal e Diário do Pará publicadas nos meses de junho, julho, novembro e dezembro de 2011.

Os quatro meses foram escolhidos em função dos seguintes motivos: o Congresso Nacional publicou os decretos legislativos que autorizaram a consulta pública para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós em 26 de maio e em 2 de junho de 2011, respectivamente<sup>9</sup>; em 30 de junho do mesmo ano, o TSE aprovou a realização do plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós, definindo a data de 11 de dezembro como o dia da consulta pública<sup>10</sup>; e a campanha gratuita das frentes de apoio e contrárias à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós – as campanhas do “Sim” e do “Não”, respectivamente – foi veiculada nas rádios e nas emissoras de televisão de 11 de novembro a 8 de dezembro de 2011.

Dos quatro meses escolhidos, dois são de 30 dias e dois, de 31 dias. Cada jornal publicou, portanto, 122 edições nos quatro meses escolhidos de 2011. A população da pesquisa constituiu-se, dessa forma, de 244 edições dos jornais O Liberal e Diário do Pará. Já a amostra, que se trata da seleção de alguns elementos com o objetivo de descobrir algo sobre a população da qual fazem parte, formou-se a partir do seguinte critério: dentro da população, foram consideradas, apenas, as edições em que havia alguma publicação sobre o plebiscito no Pará. Por isso a amostra da pesquisa é formada por 135 edições – 57 de O Liberal e 78 do Diário do Pará. Os dados são descritos na tabela 1.

---

<sup>9</sup> Para mais informações, conferir: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-decreto-legislativo-no-136-2011-plebiscito-do-carajas/view> e <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-convoca-plebiscito-sobre-a-criacao-do-estado-do-tapajos-decreto-legislativo-137/view>.

<sup>10</sup> O calendário, disponível em [http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23343\\_instrucao\\_116326](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23343_instrucao_116326), também define diversas datas importantes para os envolvidos diretos no plebiscito.

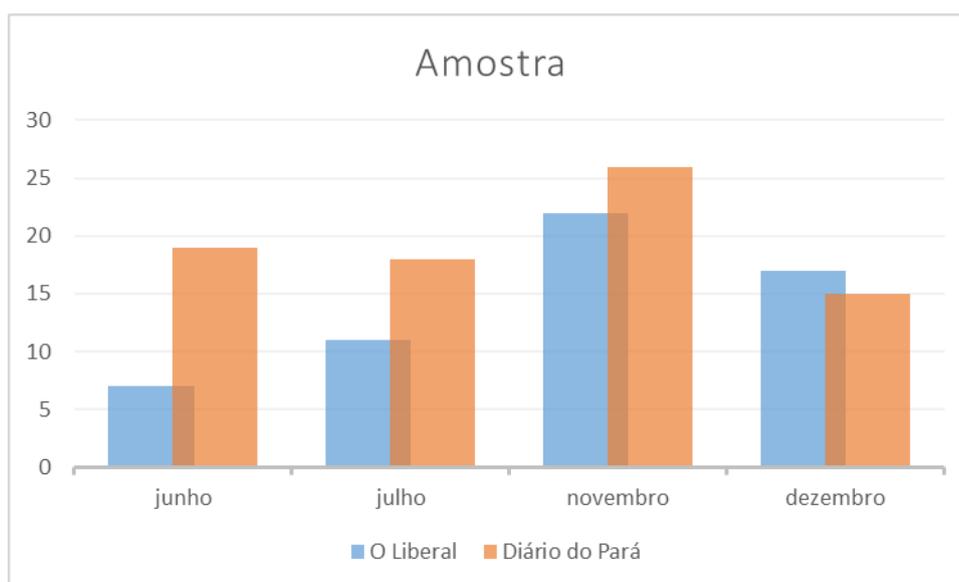
**Tabela 1** Publicações em cada jornal durante os quatro meses de 2011

Amostra		
Meses	O Liberal	Diário do Pará
Junho	7	19
Julho	11	18
Novembro	22	26
Dezembro	17	15
<b>TOTAL</b>	57	78
	135	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

As mesmas informações da tabela 1 estão descritas no gráfico 1 de forma a evidenciar a quantidade de publicações de cada jornal, sobre o plebiscito do Pará, ao longo do tempo. A diferença entre os dois periódicos não influenciou a análise dos dados.

**Gráfico 1** Linha do tempo – publicação dos jornais nos quatro meses de 2011



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Para que a composição da amostra, foram consideradas as edições que apresentaram alguma informação sobre o plebiscito no Pará. Marques de Melo (2009, p. 12) classifica os três principais gêneros jornalísticos: 1) informativo, cujos formatos representantes são as notas, as notícias, as reportagens e as entrevistas; 2) opinativo, constituído por resenhas, colunas, comentários, caricaturas e crônicas; e 3) interpretativo, no qual o dossiê é o grande destaque.

O terceiro gênero, o interpretativo, não foi encontrado em publicação alguma da amostra. A classificação proposta por Marques de Melo (2009) direcionou, inicialmente, a análise das edições. Contudo a amostra apresenta outros formatos, detalhados no quadro 2.

**Quadro 2** Formatos jornalísticos encontrados na amostra

<b>Gêneros informativos</b>	
Chamada de capa	Pequeno título ou resumo do texto jornalístico, geralmente publicado na primeira página do jornal. O objetivo é atrair o leitor e remetê-lo para o texto completo, apresentado nas páginas internas.
Entrevista	Trabalho de apuração jornalística que pressupõe o contato pessoal entre o repórter e a fonte. Quando o texto é apresentado de forma a integrar as informações dadas pelo entrevistado com as perguntas feitas pelo jornalista, diz-se que se trata de uma entrevista pingue-pongue. No entanto, também pode ser apresentado um texto corrido, sem que sejam expressas claramente as perguntas, em que a única fonte é, justamente, o entrevistado.
Fotografia	Imagem obtida a partir do processo de fotografar.
Foto-legenda	Fotografia acompanhada de um texto-legenda.
Infográfico	Criação gráfica que utiliza recursos visuais, como desenho, fotografias e tabelas, conjugados a textos curtos, a fim de apresentar a informação jornalística de forma sucinta e atraente.
Nota	Pequena notícia destinada à informação rápida. Na pesquisa, as notas são encontradas nas colunas institucionais “Repórter 70”, de O Liberal, e “Repórter Diário”, no Diário do Pará.
Notícia	Enunciado sobre acontecimentos recentes, representando uma informação nova, atual ou de interesse do público.
Olho	Intertítulo ou pequeno trecho destacado do texto jornalístico, diagramado em corpo maior e colocado em janelas.
Reportagem	Notícia que ultrapassa o tamanho de dois mil caracteres a fim de informar com profundidade e exaustividade o leitor, contando-lhe uma história.
<b>Gêneros opinativos</b>	
Artigo	Texto jornalístico interpretativo e opinativo, assinado por quem o escreve, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação.
Cartum	Narrativa humorística expressa por meio da caricatura. Pode ser considerada uma anedota gráfica, cujo objetivo é provocar o riso do leitor. Carrega a crítica mordaz, satírica e irônica do comportamento humano. As charges são um tipo de cartum. Na pesquisa, foram encontradas tanto o formato mais específico, de charge, e o cartum em si.
Coluna	Seção especializada de um jornal, publicada com regularidade e geralmente assinada, redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. No plano de amostragem da pesquisa, notas e textos-legendas foram os formatos mais encontrados nas colunas. No plano de amostragem da pesquisa, considero as notas publicadas na coluna TuttiQui, de O Liberal, do Guilherme Augusto, do Chagas Filho e do Mauro Bonna, no Diário do Pará.
Comentários do leitor	Texto sem o rigor de análise característico de uma crítica, sobre qualquer fato, evento ou assunto.
Editorial	Texto jornalístico escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura. O objetivo é expressar o ponto de vista da empresa jornalística a respeito de assuntos de maior relevância.
Selo	Marca que distingue e ilustra um assunto focalizado em edições sucessivas do jornal.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, a partir de Rabaça e Barbosa (2001) e Sousa (2011)

As tabelas 2 e 3 detalham a frequência absoluta com que cada um dos formatos apareceu na amostra. No caso específico do selo, no gênero opinativo, os números não representam diversidade, mas sim a quantidade de vezes que apareceram na amostra. Foram identificados, nos dois periódicos, seis selos.

**Tabela 2** Frequência absoluta dos formatos do gênero informativo na amostra

Formato	O Liberal					Diário do Pará				
	Jun	Jul	Nov	Dez	TOTAL	Jun	Jul	Nov	Dez	TOTAL
Chamada de capa	3	-	2	4	9	4	3	1	2	10
Entrevista	-	1	1	1	3	1	-	6	2	9
Fotografia	3	5	5	24	37	3	8	34	29	74
Foto-legenda	2	1	3	2	8	1	-	-	-	1
Infográfico	1	2	4	14	21	-	4	7	2	13
Nota	1	1	4	6	12	2	3	-	-	5
Notícia	1	5	31	38	75	9	9	80	41	139
Olho	5	9	15	2	31	3	8	31	22	64
Reportagem	7	4	3	-	14	2	4	1	7	14

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

**Tabela 3** Frequência absoluta dos formatos do gênero opinativo na amostra

Formato	O Liberal					Diário do Pará				
	Jun	Jul	Nov	Dez	TOTAL	Jun	Jul	Nov	Dez	TOTAL
Artigo	-	1	1	1	3	-	-	2	-	2
Cartum	-	-	1	-	1	1	-	1	-	2
Coluna	-	-	1	7	8	14	6	9	6	35
Comentários do leitor	-	-	-	-	-	16	11	11	4	42
Editorial	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-
Selo	-	-	7	12	19	2	7	35	9	53

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Conforme pode ser observado, a pesquisa trata de uma amostra não probabilística intencional, uma vez que incluí na amostra elementos considerados relevantes a partir dos objetivos estabelecidos, “supondo que os erros de julgamento na seleção tenderão a contrabalançar-se” (CHEIN, 1974, p. 584). A análise de conteúdo possibilitou a interpretação/re-interpretação das formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito no Pará, empreendida no capítulo final da pesquisa. Assim que a amostra foi constituída, fiz a leitura atenta de cada uma das publicações, procurando

identificar os sentidos produzidas sobre os territórios de Carajás e de Tapajós. Essas percepções foram facilitadas pelo desenvolvimento, no capítulo 2, da natureza comunicativa do jornalismo; pelas teorias do jornalismo, que tentam explicar por que as notícias são como são; pelo caráter simbólico dos meios de comunicação de massa; e pela própria contextualização histórica feita no capítulo 1.

Thompson (2011b) afirma que a terceira fase é facilitada pela fase da análise discursiva ou formal, uma vez que procura revelar os padrões e os sentidos que constituem e que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva. É por meio da análise discursiva e da análise sócio-histórica que se constrói a interpretação/re-interpretação. Para Thompson (2011b, p. 375), “a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados”. A interpretação é, ao mesmo tempo, re-interpretação, pois as formas simbólicas fazem parte de um campo já pré-interpretado pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico e também possuem características estruturais internas.

Sendo uma interpretação da interpretação, constatei formas simbólicas que, talvez, conduzidas de outra forma, não fossem observadas. Da mesma forma, é possível que tenha despercebido detalhes que outro estudioso possa atentar. Penso que nisso reside a riqueza da ciência: a possibilidade de ser contestada e de criar novas possibilidades.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

## Sobre a formação dos territórios de Carajás e de Tapajós

---

“Ó Pará, quanto orgulho ser filho,  
De um colosso, tão belo e tão forte;  
Juncaremos de flores teu trilho,  
Do Brasil, sentinela do Norte.  
E a deixar de manter esse brilho,  
Preferimos, mil vezes, a morte!”

(Hino do Pará)

O plebiscito no Pará não está desconectado do processo contínuo de formação territorial do Brasil e da Amazônia, em particular – território este atravessado por interesses os mais diversos. Logo, as formas simbólicas produzidas sobre a consulta pública pelos jornais O Liberal e Diário do Pará constituem-se como produto de uma historicidade.

Utilizo a expressão território, em vez de espaço ou de região, pois me apoio em Haesbaert (2010, p. 166), para quem o conceito define-se a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza, dentro dessa grandeza espacial, a dimensão, isto é, “as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas”. Souza, Marcelo (2013) corrobora com a ideia ao explicar que os territórios são constituídos sobre os espaços sociais.

Se disséssemos que o espaço social (e, por tabela, o espaço geográfico, em geral) corresponde (...) à superfície terrestre, haveria sempre a possibilidade de se reduzir o espaço à sua expressão material (crosta terrestre e matéria bruta, além das matérias-primas transformadas pelo trabalho em bens móveis ou imóveis). Todavia verificamos, com a ajuda da ideia de território, que a materialidade não esgota o espaço social, e que as próprias relações sociais são, em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, espaço (SOUZA, Marcelo, 2013, p. 35).

Para o autor, território trata-se de um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, Marcelo, 1995, p. 78), uma vez que não são as características geológicas ou os recursos naturais de determinada área que caracterizam o conceito; tampouco as ligações afetivas ou a identidade entre um grupo social e o espaço. A questão principal é identificar quem exerce domínio ou influência sobre quem, em determinado espaço, e de que forma.

Também refuto a expressão “região”, por evitar o endosso à ideia de “recorte do espaço”, conforme explica Haesbaert (2010, p. 23), a respeito da etimologia do vocábulo. Não concebo a vida em sociedade tal como um papel que pode ser recortado em linha reta e dobrado ao bel-prazer. Ademais, Castro, F. (2011) explica que, especificamente no caso de Tapajós, ao se falar em “região do Tapajós” evoca-se uma unicidade que não existe – como se as diferentes realidades que compõem o território de Tapajós fossem parte de um todo.

A fim de compreender as formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará, mergulho na perspectiva sócio-histórica e geopolítica do(s) território(s) paraense(s). Centralizo as discussões do capítulo na formação de Carajás e de Tapajós, de acordo com, principalmente, Becker (1997) e Dutra (1999). Carajás parece se constituir a partir de processos político-econômicos, incentivados desde os anos 1960 com a política governamental de ocupação da Amazônia; Tapajós, por sua vez, surge como uma forma de negação do Pará e do Amazonas, justamente, por estar situada no intermédio dos dois Estados. Por isso as propostas de criação do Estado de Tapajós, por serem mais antigas, aparentam ser melhor consolidadas.

A ideia é que, ao contextualizar a formação dos territórios de Carajás e de Tapajós, me aproxime do que Thompson (2011b) propõe como primeira fase da hermenêutica de profundidade (HP) – a análise sócio-histórica. Antes, porém, conto um pouco da história do plebiscito no Pará – e, por que não dizer, da minha própria história de vida também.

## 1.1 PLEBISCITO: UMA HISTÓRIA DO PARÁ

Domingo, 11 de dezembro de 2011. Paraense, fazia parte do total de 4.848.495 eleitores que tinham de 8 horas às 17 horas para comparecer às urnas a fim de responder a duas questões. “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?”. Sim ou não. “Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado de Tapajós?”. Sim ou não.

A pergunta fundamentou-se na perspectiva constitucional. Afinal a Carta Magna de 1988 aponta que os Estados brasileiros podem se incorporar entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou para formar novos Estados ou Territórios Federais. É necessária, no entanto, a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.

Na explicação de Aquino (2013, p. 7), plebiscito não se trata de uma eleição política, no sentido partidário ou de cargos ou de mandatos representativos; mas sim de um processo eleitoral em que a população deve se manifestar e decidir, por meio do voto, a respeito da situação específica que gerou a realização da consulta. Essa é a forma encontrada pelos poderes públicos para lidar com determinada matéria delicada o bastante para a vida social.

Após a Constituição Federal de 1988, o mapa do Brasil já foi alterado 17 vezes em relação à configuração das unidades político-administrativas. A maioria dessas modificações ocorreu na Amazônia, por meio da criação, da fusão ou da extinção de Estados e de territórios federais (SOUZA, C., 2011, p. 3). Atualmente, segundo o autor, é possível encontrar na pauta do Congresso Nacional mais de 20 projetos de criação de novos Estados brasileiros. Alguns já foram arquivados, contudo pelo menos metade das propostas de divisão territorial dizia respeito à região Norte. No caso do Estado do Pará, há moções para a criação dos Estados do Tapajós, de Carajás, do Xingu, bem como do território federal do Marajó.

Naquele domingo, 11 de dezembro, tratava-se do plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós a partir da divisão do Estado do Pará – a segunda maior unidade federativa do país em extensão territorial, com 1.247.954,320 km<sup>2</sup>; a primeira, o vizinho Amazonas. Com população estimada em 8.073.924 habitantes, o Pará dispõe de 144 municípios. Pinto (1994, p. 7) chama o Estado de terra desolada, uma vez que dispõe de grandes empreendimentos, mas que estão fora do alcance da população, tais como: a hidrelétrica de Tucuruí, a mineração de Carajás, o complexo alumina/alumínio de Barcarena, a mineração de Trombetas e o polo do Jari. “Juridicamente o Pará continua a ser um Estado uno, mas economicamente e socialmente está fracionado, com polos autônomos” (PINTO, 1994, p. 8).

Para o autor, a principal característica do Estado é e será, ainda mais, a mineração. A atividade, no entanto, concentra-se em terras longínquas da capital Belém – que, de qualquer forma, tem vocação para o comércio, para os serviços, para o saber e para a informação. A União, da mesma forma, não a intérprete legítima dos paraenses, nem da Amazônia, pois as parcerias internacionais e intranacionais estabelecidas, até hoje, visaram, exclusivamente, as contas do comércio exterior.

Os paraenses têm se limitado a tentar recuperar os cacos de sua fragmentação, mas o preço dessa busca tem sido a perda da visão macrorregional e universal. O Pará faz parte definitivamente do mundo, mas não dá conta nem do seu próprio mundo. Daí não conseguir conferir às suas profecias de grandeza um sentido mínimo de

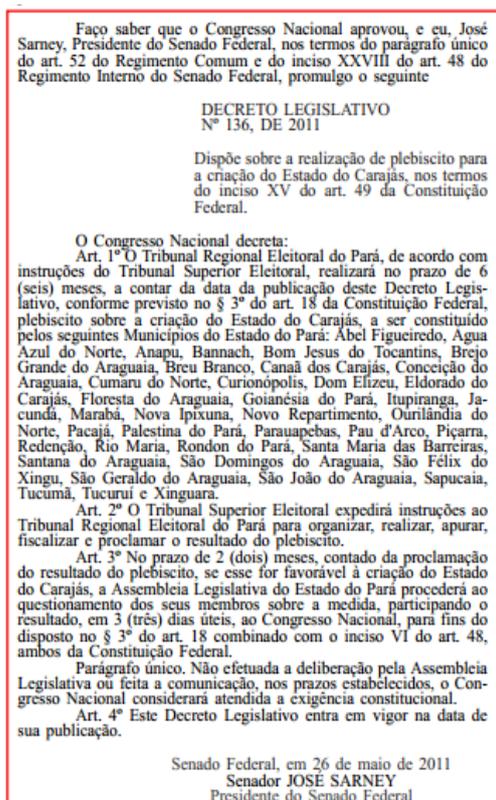
realidade. Participa do banquete de pires na mão. (...) Um dia essa tensão represada haverá de explodir (PINTO, 1994, p. 9).

Já há algum tempo os parlamentares discutem os dois projetos que propõem o rearranjo político-institucional do Estado do Pará. Aquino (2013, p. 14) aponta que, em 1991, o deputado Hilário Miranda Coimbra (na época, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/PA) levou ao Congresso, pela primeira vez, a proposta de criação do Estado de Tapajós. No mesmo ano, o deputado João Teixeira (Partido da Frente Liberal – PFL/MT) recomendou a consulta plebiscitária para a criação do Estado do Tapajós com áreas do Estado do Mato Grosso. Já o argumento para a criação do Estado de Carajás remete ao ano de 1992, com a proposta do deputado Giovanni Corrêa Queiroz (Partido Democrático Trabalhista – PDT/PA).

Essas moções iniciais uniram-se a outras até culminarem, de fato, no plebiscito de 2011. De acordo com Aquino (2013), a proposta do deputado Giovanni Queiroz (PDT/PA) foi apensada ao Projeto de Decreto Legislativo, de 2009, de autoria do ex-senador Leomar de Melo Quintanilha (PMDB/TO), que requeria a realização do plebiscito, em dezembro de 2011, para a criação do Estado de Carajás. Enquanto que o Projeto de Lei do senador Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB/RR), de 1993, foi anexado ao Projeto de Decreto Legislativo de Consulta Plebiscitária sobre a criação do Estado de Tapajós, em 1999. O documento foi aprovado em 10 de agosto de 2000, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal.

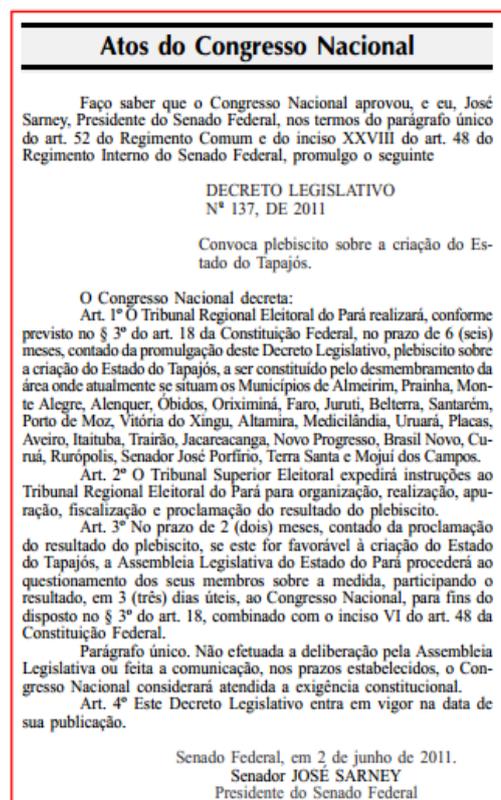
Então presidente do Senado em 2011, José Sarney (PMDB/AP) aprovou a realização do plebiscito no prazo de até seis meses a partir da publicação dos decretos legislativos – 26 de maio de 2011, no caso de Carajás; 2 de junho de 2011, para Tapajós. Carajás seria resultado do desmembramento de 39 municípios do atual sudeste paraense, os quais ocupam 24% do Estado; enquanto Tapajós seria composto por 27 municípios do noroeste e do oeste paraenses, cuja ocupação equivale a 59% das terras estaduais. Ao Pará, remanesceriam 78 municípios – 17% do território (ANDRADE, L., 2011a, p. 7), conforme imagens 1 e 2.

**Imagem 1** Decreto legislativo aprova o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás



Fonte: Diário Oficial da União, versão eletrônica

**Imagem 2** Decreto legislativo aprova o plebiscito para a criação do Estado de Tapajós



Fonte: Diário Oficial da União, versão eletrônica

Nos últimos seis meses de 2011, frentes políticas de apoio e contrárias à criação dos novos Estados articularam-se em campanhas com o objetivo de convencer o maior número de eleitores possível. Elas se tornaram conhecidas como campanhas do “Sim” e do “Não”, respectivamente. Do total de votantes aptos ao plebiscito, o TSE verificou que apenas 3.601.849 (74,29%) compareceram, enquanto que 1.246.646 (25,71%) abstiveram-se. Das pessoas que opinaram, 3.549.107 (98,54%) tiveram os votos válidos para a pergunta sobre a criação do Estado de Carajás; ao passo que 3.548.228 (98,51%) tiveram os votos válidos para a pergunta sobre a criação do Estado de Tapajós. Ao final, a maioria das réplicas a ambas as perguntas foi uma só: não. O total de 2.363.561 (66,6%) não quis a criação do Estado de Carajás, ao passo que 1.185.546 (33,4%) votaram favorável. Os números para o Estado de Tapajós foram similares: 2.344.654 (66,8%) dos eleitores votaram pela permanência do Estado do Pará, enquanto que 1.203.574 (33,92%) deles votaram pela criação do Estado de Tapajós.

Aquino (2013, p. 17) afirma que, ainda que a situação fosse oposta – isto é, que a maioria dos votos indicasse posição favorável à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós –, o resultado das urnas não implicaria na efetiva e imediata divisão territorial. De acordo com o artigo 48 da Constituição Federal, a Justiça Eleitoral deveria encaminhar o resultado da consulta pública para a Assembleia Legislativa e, em seguida, para o Congresso Nacional. Este editaria uma Lei Complementar, que deveria ser aprovada e encaminhada ao presidente da República – o qual poderia vetar ou sancionar a lei. Com o resultado favorável à divisão do Estado do Pará, a autora explica que o Congresso Nacional poderia, até mesmo, aprovar a lei de criação dos novos Estados, ainda que a Assembleia Legislativa se posicionasse contra.

## 1.2 A DIVISÃO TERRITORIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO

As propostas de criação dos Estados de Carajás e de Tapajós, no Congresso Nacional datam de há, pelo menos, 20 anos. No entanto ainda estão inseridas na contemporaneidade, no contexto da democracia republicana instaurada após a queda dos governos militares. Para entender melhor o processo de divisão territorial, é necessário pensar nos anos de 1500, quando da expedição de Pedro Álvares Cabral e da colonização do Brasil pela coroa portuguesa. Naquele período, o território oficial passou a ser delineado pelos espaços administrativos formados para defender a conquista contra a invasão de outros países europeus. Afinal o solo brasileiro detinha riquezas que já estavam extintas nas terras europeias – pau-brasil, açúcar, especiarias, café, ouro, entre outras.

Faoro (2012, p. 128) explica que a ideia era “encolher o espaço da dominação econômica aos tentáculos burocráticos”. Contudo, como logo se observou, as dimensões do Brasil eram muito maiores do que o efetivo que a coroa dispunha para defendê-las. Com o tempo, os governantes evidenciaram a preocupação em, também, reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo para que o povoamento e a colonização estivessem “ao alcance dos instrumentos de controle e de repreensão da metrópole, de seus navios e de suas forças obedientes” (FAORO, 2012, p. 166).

Para dominar as populações dispersas, fixou-se o estatuto do governo local – isto é, criaram-se municípios – os quais, não somente combatiam os excessos da aristocracia como arrecadavam tributos e rendas para a coroa portuguesa. O modelo também servia para povoar com disciplina os povos nativos. Afinal Portugal buscava, na América, “o prolongamento

passivo de suas instituições, armadas de poderes para criar, do alto, por obra da moldura jurídica, a vida política” (FAORO, 2012, p. 170).

A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa complementar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. Quando os colonos isolados e perdidos nas instâncias, ameaçam ruralizar-se e extremar-se no localismo, a fundação da vila serve para lembrar a autoridade da Coroa, empenhada em substituir a força dos patriarcas pela justiça régia. (...) O município, em regra, se constituía por ato da autoridade régia, diretamente ou revalidativo das decisões dos governadores e capitães-mores (FAORO, 2012, p. 170).

Não é objetivo da pesquisa fazer uma investigação histórica sobre a questão da fragmentação territorial ao longo da história do Brasil. Apenas assinalo que a prática de repartir territórios de forma a beneficiar uma parcela da elite política parece intrínseca à formação do país. A história de ocupação da Amazônia, e do Estado do Pará como parte dela, não foi diferente. O excerto seguinte resume e avança a discussão.

Da Colônia à República, uma estrutura político-social resistiu: o capitalismo politicamente orientado. É uma constante o patrimonialismo estatal incentivando a economia com vistas ao lucro ou visando o desenvolvimento econômico para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo. A sociedade é o alvo da exploração. Ao longo da nossa história, o patrimonialismo tem a capacidade de amoldar-se às transições (ROCHA, 2004, p. 114).

Faoro (2012) aponta que, a partir do século XVII, o perfil geográfico do Brasil passou a ser traçado do litoral em direção à bacia do Amazonas<sup>11</sup>. No entanto Pizarro (2012), Godim (2014) e Bueno (2002) mostram que, muito antes da expedição de Pedro Álvares Cabral, há registro de viajantes europeus, no século XIII, em incursões pelo “novo mundo”. O trabalho de Bueno (2002), inclusive, aponta que, quando se fala em Amazônia, as imagens associadas ao termo são, geralmente, os rios e a floresta.

De fato, essas duas referências estão presentes desde a “descoberta” das terras amazônicas, conforme o relato dos primeiros viajantes cronistas europeus. As crônicas desse

---

<sup>11</sup> Localizada na América do sul, a Bacia Amazônica possui extensão que supera seis milhões e 800 mil quilômetros quadrados, bem como atravessa os seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana, Guiana Francesa, Venezuela, Suriname e Equador. O nome Amazônia origina-se de Amazonas, nome do maior rio que corta esses territórios. O sistema de águas fluviais inicia-se a 100 quilômetros do oceano Pacífico e estende-se por cinco mil quilômetros para o leste, até o oceano Atlântico. As florestas cobrem a maior parte da Bacia Amazônica, embora também existam outros nichos ecológicos, a exemplo de savanas. Além de milhares de espécies vegetais e animais, a região também abriga diversos povos (SOUZA, Márcio, 2009).

período ressaltavam o caráter de paraíso e de eldorado do local; abordavam povos estranhos, às vezes, monstruosos; e terras fantásticas nas quais poderiam ser encontradas a fonte da eterna juventude. A autora afirma que o imaginário das expedições iniciais estava permeado de histórias maravilhosas, influenciado pelo pensamento cristão e pelo pensamento pagão. Há registros de textos que comparavam o “novo mundo” ao inferno – em função das condições climáticas serem diferentes das da Europa e, também, pelos costumes dos povos nativos não serem familiares aos europeus.

A expedição de Pedro Teixeira, realizada de 1637 a 1639, até Quito (Equador), figura como marco importante na conquista da bacia amazônica para a coroa portuguesa. De acordo com Bueno (2002), a viagem tinha, entre outros objetivos, a missão de ratificar muitas dessas falácias sobre o “novo mundo” que se espalhavam pela Europa. Em 1743, a viagem de La Condamine pela Amazônia inicia um período de relatos naturalistas sobre a bacia – fauna, flora e rios. No século seguinte, além da natureza, os relatos dos viajantes privilegiaram os povos nativos, de forma naturalista ou etnográfica. Ainda marcados pela natureza, a partir do século XX, os relatos e as interpretações sobre a Amazônia são caracterizados pelos vieses econômico e social.

A partir deste período em questão – da segunda metade do século XX –, identifico as transformações territoriais determinantes que culminaram no plebiscito no Pará. De acordo com Bueno (2002), as preocupações governamentais quanto à divisão territorial do Brasil segundo as características regionais remontam às décadas de 1920 e 1930. No entanto um planejamento estatal embrionário e uma política nacionalista e intervencionista fortaleceram-se, apenas, com o governo de Getúlio Vargas. As discussões tornaram-se ações efetivas a partir da Revolução de 1930. A integração e a unidade nacionais, com base nas “vocações regionais”, passaram a ser competência do Estado brasileiro. A vocação da Amazônia era extrativista e, por isso, era necessário atrair homens para ocupar o território.

Passam a ser encaradas como competência do Estado a integração e a unidade nacionais. Essa integração, no início, é, sobretudo, econômica, com o intuito de sedimentar um mercado interno ativo. Dessa forma, cada região deveria contribuir com sua produção característica, dentro da ideia de “vocação regional”. Na concepção de Vargas, as diversidades regionais deveriam se complementar para o desenvolvimento da Nação Brasileira (BUENO, 2002, p. 69).

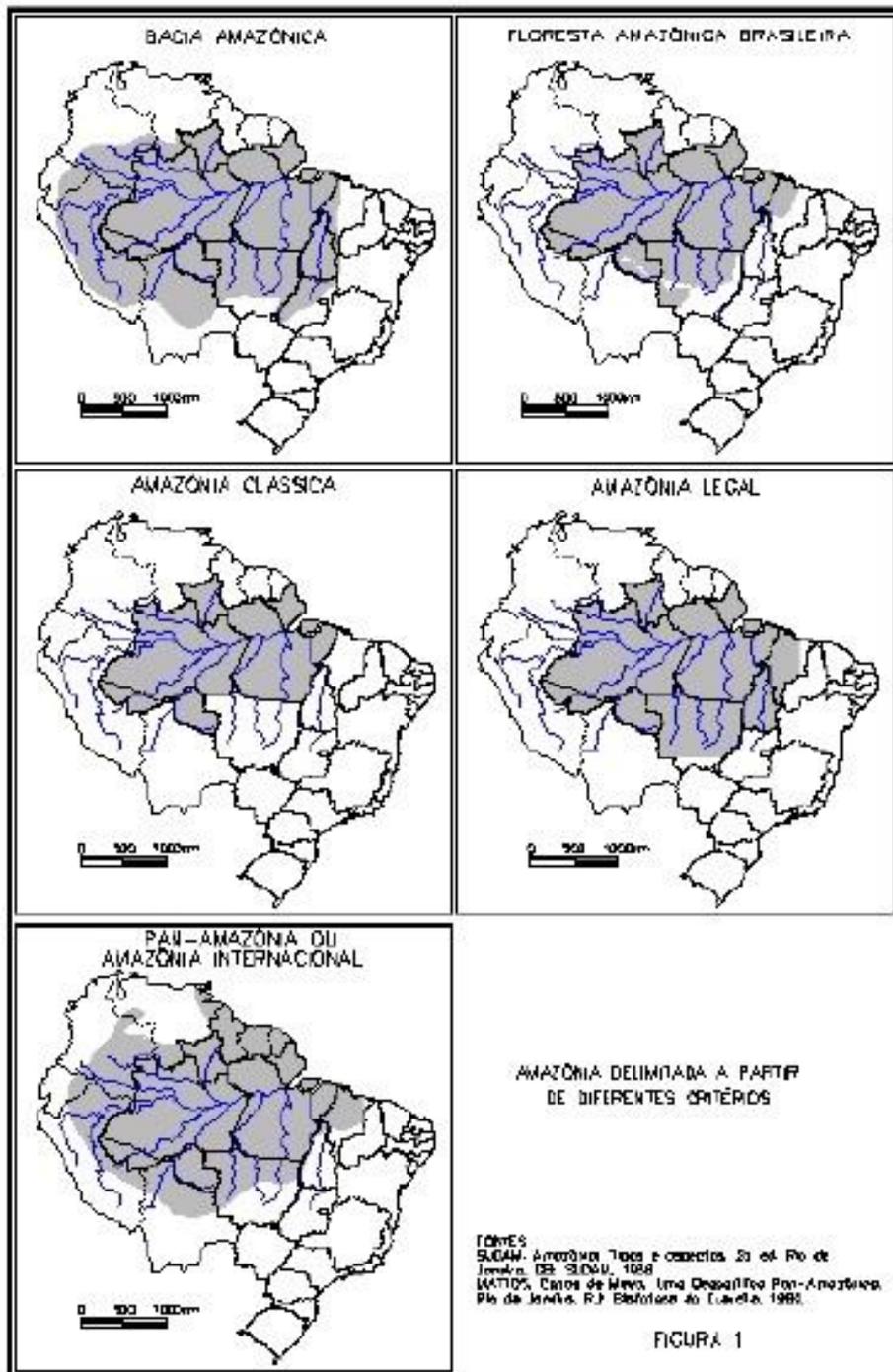
De 1941 a 1943, a Amazônia foi retalhada em áreas estaduais e, também, em territórios federais, como Amapá, Guaporé (posteriormente, Rondônia) e Rio Branco (mais tarde, Roraima), de forma a aumentar o poder exercido pelo governo federal sem que houvesse choque com as oligarquias regionais. Essa divisão obedeceu aos limites político-administrativos, tais como os conhecemos atualmente: regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Bueno (2002, p. 72) afirma que a Amazônia clássica foi definida pelo “recobrimento da floresta equatorial, sendo seus limites acomodados às divisões político-administrativas – composta pelos estados do Amazonas e do Pará e pelo território do Acre – e nomeada de Grande Região Norte”, bem como os territórios federais. O Estado do Tocantins não foi incluído nessa divisão, uma vez que foi criado em 1988 e instalado em 1989.

Em 1953, foi elaborado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criada a Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por meio da lei nº 1.806/53 – hoje, Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A delimitação da Amazônia clássica passou a ser substituída pela delimitação de Amazônia Legal. O artigo 2º da Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, define a Amazônia Legal como

a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Bueno (2002) considera os critérios para essa classificação abstratos e arbitrários, uma vez que levam em conta, apenas, as motivações econômicas, excluindo, por exemplo, os elementos naturais. Na imagem 3, a autora evidencia os diferentes espaços ocupados pela Amazônia, dependendo do critério adotado.

**Imagem 3** Amazônia a partir de diferentes critérios



Fonte: BUENO (2002, p. 78)

Além da superposição de territórios federais sobre os estaduais como estratégia do governo federal para a ocupação e consequente delimitação da Amazônia, Becker (1997, p. 14) enumera duas outras formas de controle sobre o território amazônico. Uma delas é a

implantação de redes de integração espacial, a exemplo da rede rodoviária – grandes eixos transversais, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, e intrarregionais, como a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus. Outros tipos de investimentos públicos são: a rede de telecomunicações comandada por satélite a fim de difundir os aparelhos de televisão e estreitar os contatos por meio da rede telefônica; a rede urbana, com o objetivo de sediar as instituições estatais e organizações privadas que, aqui, começavam a se instalar; e a rede hidroelétrica, para fornecer energia e fomentar a industrialização.

Becker (1997) fala, ainda, de uma terceira estratégia: subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios para a Amazônia – principalmente, da região Sudeste e do exterior do país. As instituições regionais criadas pelo governo de Getúlio Vargas foram modernizadas, em 1966, sob a chancela de “Operação Amazônia” – a qual, “empreendida pelo governo Castello Branco, reorganizou a legislação básica e as normas institucionais para atrair os grandes capitais corporativos, colocando a região na mira dos investidores” (HUERTAS, 2009, p. 90).

A política de ocupação da Amazônia já era incentivada, na verdade, desde o golpe militar de 31 de março 1964, que visava à “implantação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra” (BECKER, 1997, p. 12). A missão era incorporar terras, defender fronteiras e preservar riquezas.

A integração homogeneizadora imposta pela malha programada do governo federal não é de forma alguma absoluta nem total. A Amazônia nunca foi homogênea, e hoje, submetida a um rápido processo de destruição/construção, também se fragmenta em unidades sub-regionais construídas por novas sociedades locais. Essa diferenciação é resultado da ação do Estado e da iniciativa e do confronto dos diferentes grupos sociais, isto é, da prática social (BECKER, 1997, p. 96).

A “Operação Amazônia” assentou-se, basicamente, sobre três leis, aponta Huertas (2009, p. 91): lei nº 5.173/66 – dispondo sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM; lei nº 5.174/66 – concedendo incentivos fiscais em favor da Amazônia; e a lei 5.122/66 – criando o Banco da Amazônia S/A (BASA). Ainda de acordo com o autor, a Amazônia Legal ganhou caráter geopolítico, uma vez que o conceito fora redefinido para fins de planejamento, delimitando a área de atuação da SUDAM. As ações públicas básicas para a Amazônia Legal passaram a ser orientadas, portanto, pelo tripé segurança nacional, ocupação e integração nacional.

A partir de 1968, durante o regime militar, mecanismos fiscais e creditícios, por meio de bancos oficiais, como o BASA, induziram a migração com o objetivo de povoar o “espaço vazio” e formar a mão de obra local. Huertas (2009, p. 99) afirma que, na verdade, tratava-se de uma visão empresarial que objetivava fazer do Brasil uma potência do terceiro mundo. O trabalho dos migrantes sustentou a expansão da fronteira amazônica. Entendo o conceito de fronteira a partir do caráter

social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. A fronteira, é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1997, p. 11).

Assim como região, o conceito de fronteira não goza de unanimidade na Geografia. A visão que adoto nesta pesquisa caminha com o pensamento de Huertas (2009, p. 114), para quem a fronteira mantém implícita a visão capitalista de apropriação e ocupação do espaço.

A fronteira urbana tornou-se a base logística para o projeto governamental de rápida ocupação da Amazônia. Para Becker (1997), a urbanização não é consequência da expansão agrícola, uma vez que a fronteira amazônica já nasceu urbana – isto é, a política de ocupação territorial visou à formação de cidades. Nas décadas de 1950 e 1960, boa parte do fluxo migratório era espontânea, com destino ao norte de Goiás e ao sul do Pará – à área do suposto Estado de Carajás. Os migrantes eram formados por trabalhadores rurais, pequenos ocupantes posseiros e proprietários sem capital vindos da região Nordeste. No entanto, a partir dos anos 1970, a migração passou a ser induzida e orientada pelo governo federal. Os migrantes, por sua vez, constituíam-se de pequenos e médios produtores, bem como de pequenos investidores da região Sul, cujo destino era Rondônia e Mato Grosso.

Por meio da mobilidade do trabalho apoiada na urbanização, os trabalhadores migrantes foram atraídos, mas sem ter acesso à propriedade de terra.

As políticas de terra e de crédito regulam a atração de migrantes e o grau de fixação: os projetos de colonização distribuem a terra, mas só uma parte dos migrantes consegue tomar dela posse, e destes uma parcela expressiva é expropriada por mecanismo burocráticos e creditícios. Por sua vez, a política urbana cria condições para a circulação intrarregional e a transformação social dos migrantes (BECKER, 1997, p. 49).

A autora enumera três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos na expansão da fronteira amazônica: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social. Sobre o primeiro papel, de atração dos fluxos migratórios, Becker (1997) enfatiza que a urbanização não diz respeito, apenas, ao aumento do número e do tamanho das cidades. O conceito concerne a duas esferas: a do espaço social, ou seja, ao “modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir valores e comportamentos da vida moderna” (BECKER, 1997, p. 52); e a do espaço territorial, que está atrelado ao crescimento, à multiplicação e ao arranjo dos núcleos urbanos. A característica dessa última esfera é a vinculação ao padrão geral de circulação do excedente, tanto no planejamento estatal quanto na articulação deste com a sociedade local.

A ideia de expansão da fronteira amazônica sustentou-se, inicialmente, na urbanização para que a população, num segundo momento, realizasse as prospecções e adaptações necessárias à exploração dos recursos naturais. A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967 – como desdobramento da “Operação Amazônia” –, foi o primeiro passo nessa direção. De forma que, por meio da criação de “núcleos planejados e dos investimentos em infraestrutura e equipamento funcional urbano, a política urbana condicionou efetivamente o povoamento e contribuiu para estruturar o mercado de trabalho na região” (BECKER, 1997, p. 53).

Sobre o segundo aspecto destacado pela autora – a organização do mercado de trabalho –, os núcleos urbanos, além de promover a circulação de mercadorias, de capital, de informação, entre outros bens, também foram importantes para expansão da fronteira amazônica por organizar o mercado de trabalho, como pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho. Os núcleos urbanos

são residência e mercado de trabalho alternativo para os trabalhadores agrícolas assalariados; são também residência de pequenos produtores, em sua maioria semiproletários, atraídos pela presença de escola, por oportunidades de emprego e expectativa de acumulação; é ainda neles que residem temporariamente os migrantes que chegam, antes de se redistribuírem em ocupações diversas (BECKER, 1997, p. 54).

Para a autora, quanto menores os núcleos urbanos, mais exclusiva a função de circular mão de obra, ao passo que mais precários os equipamentos e menor o tempo de permanência dos migrantes. Trata-se, portanto, de um espaço de reprodução. Um exemplo desse aspecto

são os povoados e as vilas, que surgem como concentração de mão de obra para a abertura de matas, de garimpos ou como apoio direto à circulação – canteiro de obras, posto de gasolina, entre outros. Esses espaços, frequentemente, desaparecem tão logo se extinguem as frentes de trabalho.

No entanto, caso não desapareçam, pode ocorrer o contrário: o fortalecimento das operações produtivas, de forma que os núcleos urbanos passem a oferecer oportunidades de emprego no terceiro setor, atuando como mercado para o pequeno comércio local e para a organização da produção regional de alimentos – possibilitando novas fontes de acumulação. De acordo com Becker (1997, p. 54), esse crescimento incipiente quebra o caráter dominante do núcleo urbano como espaço de reprodução.

O terceiro papel exercido pelos núcleos urbanos na expansão da fronteira amazônica – o controle social – está ligado à ação política ideológica do Estado. Os núcleos urbanos funcionam como

a sede do aparelho de Estado local, da Igreja e dos grupos hegemônicos da fração não monopolista em formação na nova sociedade local; são também o lugar da “preparação” da população para o seu papel na sociedade, onde se incorporam valores dominantes e técnica. Neles se efetua a ressocialização dos migrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induz a desejar e a consumir bens, serviços e informações. Sustentam também a imagem ideológica da fronteira como espaço onde se tem acesso à terra, oferecendo possibilidade de apropriação de um lote urbano, e assim constituindo verdadeiro regulador das tensões advindas dos movimentos de maior ou menos apropriação da terra pelo grande capital (BECKER, 1997, p. 55).

Dessa forma a urbanização na Amazônia, estimulada pela ação governamental, proporcionou tanto o crescimento explosivo de velhas e novas cidades, assim como a multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis. Becker (1997) explica que as rodovias passaram a ser os eixos da nova circulação, em detrimento das vias fluviais; os núcleos de vale deslocaram-se para a terra firme; cidades que comandavam a economia e a circulação dos grandes vales reviveram.

O crescimento urbano provocou, pelo menos, cinco movimentos. O primeiro deles é a concentração da população nas capitais estaduais. Nesse período, entre 1970 e 1980, a capital do Amazonas cresceu, em função da Zona Franca, do desenvolvimento do setor terciário e da ligação rodoviária com a região Sudeste, via Porto Velho. Manaus emergiu como metrópole regional e passou a competir com a capital do Pará, Belém, pelo domínio da Amazônia Ocidental.

O segundo movimento apontado por Becker (1997, p. 56) é o revigoramento e/ou a consolidação de centros regionais e locais, os quais formam a base de operações produtivas de frentes situadas ao longo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho. A autora afirma que, no que se refere à Transamazônica, os núcleos planejados pela colonização oficial superpuseram-se à velha estrutura urbana, caracterizada pela circulação fluvial, e utilizaram as antigas cidades dotadas de equipamento funcional e localização vantajosa. São exemplos Altamira e Marabá.

A estrutura interna dos núcleos expressa a combinação entre colonização e exploração privada, antiga e nova. É em Marabá que essa combinação se mostra mais complexa. Situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiunas e próxima à rodovia Belém-Brasília, a cidade comanda a antiga economia extrativista da castanha, e localiza-se hoje no contato das frentes pastoris, de mineração e da colonização agrícola. Localizada no contato entre o Nordeste e a Amazônia, é uma das portas de entrada na fronteira e, por sua posição, é desse de importantes instituições federais (BECKER, 1997, p. 56).

A autora explica a complexa interação entre os grupos sociais que atuam em Marabá por meio de uma estrutura urbana tripartite: a Cidade Velha, que sedia a fração regional de classe em declínio e os funcionários públicos; a Nova Marabá, planejada pela SUDAM, para onde se transferiram a sede do governo, bem como as instituições estatais, os bancos e cujo povoamento ocorre menos da venda dos lotes do que da ocupação das áreas verdes; e a Cidade Nova, resultado da ocupação espontânea pela forma de trabalho móvel, que cresce de forma horizontal ao longo da Transamazônica e onde o comércio é mais dinâmico. A geografia de constituição de Marabá pode ser constatada na reprodução do brasão e na bandeira da cidade, conforme imagens 4 e 5.

**Imagem 4** Brasão de Marabá



Fonte: Google

**Imagem 5** Bandeira de Marabá



Fonte: Google

O terceiro movimento é a reprodução de povoados e de vilas dispersos, dependendo da extinção e da abertura de novas frentes. O quarto, a retração de centros tradicionais, vinculados à circulação fluvial nas áreas menos afetadas pela expansão da fronteira amazônica. O último movimento trata-se da implantação de franjas urbanas avançadas, que correspondem às cidades planejadas das companhias, por iniciativa do capital transnacional e do Estado.

### 1.3 CARAJÁS E A CORRIDA PELO MINÉRIO

A partir dos anos 1980, inicia-se a fase industrial de expansão da fronteira amazônica, com a exploração de recursos minerais em larga escala por empresas estatais e/ou estrangeiras, ao lado da busca por ouro nos garimpos. Becker (1997, p. 62) afirma que a “implantação de grandes projetos é parte da construção de uma economia planetária por corporações transnacionais”, mas, também, “uma forma contemporânea de afirmação do Estado nacional: a multinacionalização das empresas estatais”. Nesse contexto, a exploração de recursos naturais na Amazônia tornou-se capital para o Estado.

De forma a controlar o território e a organizar, espacialmente, a produção, surgiram os grandes projetos – também chamados de projetos de impacto. A autora conceitua-os como patrocinados e/ou financiados, em grande parte, pelo Estado e cujo investimento equivale ou supera um bilhão de dólares. Porém entende, da mesma forma, numa perspectiva espacial, caracterizando-os

(1) pela escala gigante da construção, da mobilização de capital e de mão de obra; (2) pelo isolamento, implantado geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; (3) pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; (4) pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificada (BECKER, 1997, p. 63)

Para a autora, a Amazônia constitui-se como espaço geopolítico privilegiado para as corporações transnacionais, pois apresenta, além da possibilidade de apropriação de grandes porções de espaço, riquezas minerais. Afinal, é formada por uma vasta e espessa planície sedimentar, alojada entre dois planaltos cristalinos: o Maciço Guiano, ao norte, e a encosta setentrional do planalto Central Brasileiro, ao sul.

Uma das descobertas minerais mais importantes foi a província metalogênica da Amazônia Oriental, localizada entre os rios Araguaia e Xingu, no sul do Pará. Com mais de 100.000 km<sup>2</sup>, trata-se de uma das maiores “anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de metais do uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de 60 km, a partir da Serra dos Carajás (25 a 30 bilhões de toneladas)” (BECKER, 1997, p. 65).

A partir da descoberta das riquezas minerais<sup>12</sup>, foram desenvolvidos 33 grandes projetos industriais e de infraestrutura, de forma a corroborar a estratégia do governo federal de expansão da fronteira amazônica via urbanização. Seis desses grandes projetos foram implantados na Amazônia: Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), Ferro Carajás, Hidrelétrica de Tucuruí, Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) e Trombetas.

Os grandes projetos datam da década de 1940, porém como iniciativas isoladas. Becker (1997, p. 65) explica que as ações se intensificaram a partir de 1970, mas integraram uma estratégia do Estado, somente, a partir de 1980. Proposto pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje, Vale – e endossado pelo Estado, o Programa Grande Carajás (PGC), ou “Carajazão”, objetivou a construção de um gigantesco corredor de exportação no Norte do país, em função da exaustão e do alto custo da exploração das jazidas de ferro em Minas Gerais, bem como da necessidade de diversificar a produção. Três grandes projetos integram o PGC: a Estrada de Ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, já mencionados, além do Porto Ponta de Madeira, no Maranhão (MATTOS, 1996, p. 61). O território do “Carajazão” corresponde a 10% do território nacional, uma vez que engloba grandes porções dos Estados do Pará, do Tocantins e do Maranhão.

O Projeto Ferro Carajás, exclusivo da CVRD, é o conjunto formado pela extração de minérios; pela Estrada de Ferro Carajás, com 890 km; pelo porto de Itaqui, na Ponta de Madeira em São Luís; pelos vários núcleos urbanos – Vila de Carajás e núcleos ao longo da ferrovia –; assim como pelos projetos industriais (BECKER, 1997, p. 71).

---

<sup>12</sup> De acordo com Becker (1997), por volta dos anos 1960, iniciou-se uma política de prospecção sistemática em nível empresarial. Ainda que somente 20% das reservas sejam conhecidas, a Serra dos Carajás inclui as maiores reservas mundiais de ferro, de alto teor; a terceira maior reserva mundial de bauxita; grandes reservas de manganês, níquel, cobre, entre outros recursos minerais. A proximidade do oceano Atlântico favorece o acesso às jazidas, o que torna a província metalogênica ainda mais valorizada. Os números variam, dependendo da literatura adotada. Para efeitos de comparação, Mattos (1996, p. 59) afirma que, em 1966, a descoberta de manganês na Serra do Sereno, e de ferro, na Serra Norte, proporcionaram o início da chamada Província Mineral de Carajás. Segundo a autora, além de ferro e manganês, a Serra dos Carajás possui reservas de níquel, cobre, bauxita, ouro e estanho. Trata-se da maior reserva de minério de ferro do planeta, com cerca de 18 bilhões de toneladas.

Becker (1997) explica que a CVRD iniciou os trabalhos na área da Serra dos Carajás ainda em 1982, entretanto a exportação do minério passou a ser feita, somente, em 1985. Em 1986, com o fim do regime militar, o Senado federal autorizou o Poder Executivo a conceder à Companhia o “direito real de uso” de uma gleba de terras da União, adjacentes à Província Mineral de Carajás.

Para subsidiar a exploração na Serra dos Carajás, foram planejados dois núcleos urbanos: de um lado, a vila de Carajás, localizada no topo da serra, cuja função é abrigar os funcionários da Companhia envolvidos, diretamente, na extração do minério; do outro, Parauapebas, localizada no sopé da serra, uma espécie de depósito de mão de obra para a construção de Carajás e das estradas de acesso à vila, ao mesmo tempo em que retém a migração. “Aí, uma guarita com um posto da Polícia Federal, a ‘portaria’ para a CVRD e a ‘barreira’ para a população extramuros, controla pessoas e mercadorias” (BECKER, 1997, p. 73). Essa estratégia, no entanto, não impediu o movimento migratório, de forma que, ao lado da cidade planejada de Parauapebas, cresceu, espontaneamente, Rio Verde.

A expansão da fronteira amazônica, por meio do “Carajazão”, implicou violentos conflitos decorrentes da disputa não apenas pela terra, mas por territórios onde se localizam as jazidas. Os principais autores envolvidos nessa disputa de territorialidade são as empresas, os garimpeiros e os povos indígenas (BECKER, 1997). As maiores explorações de ouro são feitas no Pará – no médio Tapajós, em Cumarú e na Serra Pelada. Esta última caracteriza-se pela grande concentração de garimpeiros num único garimpo e pelo conflito com a CVRD<sup>13</sup>.

Os garimpeiros atuam como rastreadores de minérios, ao passo que o garimpo se constitui como válvula de escape à tensão social como emprego alternativo à população móvel. Juntos, garimpo e garimpeiro cumprem o papel do povoamento, originando ou expandindo cidades. “Se alguns garimpos estagnam ou desaparecem, outros permanecem fazendo crescer o núcleo em que se apoiam, e outros que lhes prestam serviços, como é o caso da serra Pelada, e de Curionópolis e Eldorado” (BECKER, 1997, p. 77). Entretanto a atuação de “rastreadores” de garimpo diminuiu à medida em que se desenvolveu, de forma mecanizada, a mineração empresarial – o que resultou numa guerra social e tecnológica. Um

---

<sup>13</sup> Dois fatores explicam a “corrida” de garimpeiros para a Serra Pelada, conforme Becker (1997, p. 75). O primeiro deles é a mobilidade do trabalho, uma vez que o garimpo surge como estratégia de sobrevivência para uma massa de trabalhadores sem terra e sem emprego estável. O segundo, a expectativa de capitalização da família camponesa, que leva pais e filhos a se deslocarem, de forma sazonal, entre a roça e o garimpo. A maioria dos garimpeiros são braçais da região Nordeste e, também, do próprio local. Eles recebem diárias ou mínima porcentagem do garimpeiro patrão; este, na verdade, trabalha para os donos do garimpo. O valor pago atende, apenas, às necessidades de subsistência.

exemplo dessa disputa foi a corrida pelo ouro que ocorreu entre os garimpeiros da Serra Pelada e a CVRD, na área entre Marabá e a serra dos Carajás, nos anos 1980.

Na disputa pela territorialidade, os povos indígenas, certamente, são a aresta mais frágil. As terras indígenas localizadas na Amazônia estão entre as mais cobiçadas pelas empresas de mineração. As empresas de mineração detêm, legalmente, segundo Becker (1997), as concessões sobre o subsolo; por isso não precisam se submeter aos interesses do proprietário da terra, exceto indenizá-lo. No caso dos povos indígenas, contudo, o território é a única condição de manutenção da vida, da cultura e de reelaboração das relações sociais.

Além das empresas de mineração que tentam ganhar no papel a legalização das áreas de pesquisa e lavra como condição para seus investimentos de capital, os empresários do garimpo fomentam invasões de garimpeiros em várias áreas indígenas, buscando, por meio do fato consumado, antecipar-se às empresas. Entre os dois tipos de invasores estão os índios, apossados e desinformados, sujeitos a manobras de cooptação e forçados a negociar em condições extremamente desiguais. É o que ocorre nas áreas culturais Tapajós-Madeira e Norte Amazônica (BECKER, 1997, p. 80).

As estratégias governamentais de expansão da fronteira amazônica desrespeitam as terras indígenas. Becker (1997, p. 80) toma como exemplo a ferrovia Carajás e a rodovia BR-222, que cortaram as reservas indígenas em duas áreas culturais: Pindaré-Gurupi e Toncantins-Xingu. A própria construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí submergiu parte do território dos Paracanaas.

Na visão da autora, as propostas de reconfiguração e de rompimento das regiões administrativas oficiais resultam do conflito entre a malha programada pelo governo e a malha sociopolítica, a qual é constituída pelo espaço vivido dos grupos sociais que concretamente se instalaram no território. De acordo com o potencial político – isto é, poder de resistência, de grupo de pressão ou, pelo contrário, de objeto de manipulação política –, “a malha vivida é institucionalizada, dando origem a novas unidades da federação, vilas, distritos, municípios e Estados, forjando novas regiões” (BECKER, 1997, p. 98).

A reconfiguração em curso na Amazônia consiste em dois conjuntos homogêneos sub-regionais, por sua vez formados por diferentes sociedades locais: a Amazônia Oriental, cujo núcleo é o sul do Pará, de um lado; a Amazônia Meridional, em torno de Rondônia, do outro. À exceção das cidades, o espaço amazônico permanece pouco alterado por frentes de povoamento irregulares que avançam para o Acre e Roraima, entre outros grandes projetos que se instalam no coração da região, de acordo com Becker (1997).

Com relação à Amazônia Oriental, o eixo de penetração na fronteira é a rodovia Belém-Brasília. Localizada estrategicamente, o território compreende o sul e leste do Pará, o norte de Goiás e o oeste do Maranhão. O suposto Estado de Carajás estaria localizado na Amazônia Oriental. O território sedia os grandes projetos minerais e sua economia agrícola baseia-se na exportação de madeira, de bovinos e de arroz. Fazendeiros médios, pecuaristas do Sul – principalmente, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás – constituem a nova parcela da classe dominante,

substituindo a antiga hegemonia de aviadores de castanhas e fazendeiros tradicionais, e disputando o aparelho do Estado local com os políticos tradicionais ou com eles forjando alianças. Um movimento regionalista no norte de Goiás, comandado pela nova fração dominante, ligada à União Democrática Ruralista (UDR), pressionou o governo central para legitimar sua apropriação, criando o Estado de Tocantins. Da mesma forma, profissionais liberais, em aliança com a CVRD conseguiram criar dois novos municípios – Parauapebas e Curionópolis – escapando assim à jurisdição de Marabá (BECKER, 1997, pp. 102-103).

Assim observo que o desejo de criação do Estado de Carajás partiu de um movimento articulado pelas elites político-econômicas locais, as quais disputam a territorialidade com o Estado – o Estado do Pará. Motivação diferente pode ser constatada nas circunstâncias para a criação do Estado de Tapajós, conforme discussão empreendida no próximo item.

### 1.3 TAPAJÓS: LONGE DEMAIS DAS CAPITALS

Caso fosse aprovada a criação de Tapajós, o Estado limitar-se-ia ao “norte, com o Suriname e a República da Guiana; a leste com o Estado do Amapá e com o que os separatistas chamam de Pará remanescente; ao sul, com o Estado do Mato Grosso, e a oeste, com os Estados do Amazonas e Roraima” (DUTRA, 1999, p. 15).

De acordo com o autor, um dos registros iniciais sobre a região do Tapajós data de 1661, por meio da viagem do padre João Felipe Bettendorf à bacia amazônica. Em 1819, foi a vez de Carl Friedrich Philipp von Martius extasiar-se com a natureza do local. As origens do suposto Estado de Tapajós datam de 1849, com o primeiro estudo de reordenamento territorial e político do país feito pelo Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen. A província do Amazonas, criada em 1850, foi desmembrada da província do Pará. Segundo Dutra (1999), questões de limites entre os dois territórios permaneceram pendentes, com o

objetivo de evitar possíveis conflitos, ou, a ideia era criar uma terceira província, situada entre as duas, que englobaria as comarcas de Óbidos, Parintins e Santarém – esta última, capital.

Em 1877, o militar Augusto Fausto de Souza propôs, novamente, a divisão do Império em 40 províncias. Nessa proposta, Tapajós também aparecia. Desde esse período até a promulgação da Constituição de 1988, várias outras propostas de reordenamento territorial surgiram.

Na maioria dos estudos e projetos referentes à Amazônia encontra-se a região do Tapajós, como dotada de especificidades que a tornam uma frequente candidata a unidade autônoma. Num dado momento histórico, aquelas propostas são sugeridas como que de fora para dentro, verificando-se tênue adesão de grupos locais (DUTRA, 1999, p. 23).

O século XX foi marcado por propostas de divisão territorial da Amazônia, como a do militar Segadas Viana, que, em 1933, propôs, entre as novas unidades, Tapajós e Óbidos. Em 1940, outro militar, Juarez Távora, sugeriu que o Pará fosse dividido em três unidades – uma delas, Tapajós. Em 1960, Antônio Teixeira Guerra apresentou a ideia de criação dos territórios federais de Monte Alegre, Trombetas e Alto Tapajós, dentro de um conjunto de mudanças territoriais. Em 1966, a sugestão de Samuel Benchimol para a reformulação física da Amazônia contemplou os territórios federais do Baixo Amazonas, Tapajós e Trombetas.

Todas essas ideias revelam a preocupação em ordenar o espaço para o capital, “onde a ‘população’ seja disposta de tal forma que sua presença sirva ao ‘esforço produtivo’ do empresariado” (DUTRA, 1999, p. 24). O autor acrescenta que os estudos promovidos pelos militares sugeriam o controle do território, com o estabelecimento de uma ordem territorial – condição para que o Brasil alcançasse o progresso.

O desejo de autonomia do suposto Estado de Tapajós ganhou maior expressividade no século XX. O ponto de partida do movimento pela criação do Estado de Tapajós, bem como à própria construção do conceito de Oeste do Pará<sup>14</sup>, remonta à década de 1950 (DUTRA, 1999, p. 24). Antes da instauração do regime militar, nos anos 1960, o autor destaca três propostas divisionistas – duas delas na Assembleia Legislativa; outra na Câmara Federal. Todas partiam do mesmo pressuposto: que o Pará era grande demais em extensão territorial e, por isso, o

---

<sup>14</sup> Ainda que Dutra (1999) justifique a ideia de Oeste do Pará, Castro, F. (2011) afirma que há, pelo menos, três espaços territoriais diferentes que compõem o projeto do Estado de Tapajós apresentado durante o plebiscito. São eles: 1) o Baixo Amazonas, com dois territórios internos diferenciados e concorrentes – Santarém e Calha Norte; 2) o Xingu, centrado em Altamira e que, também, possui espaços internos diferentes – o próprio polo de Altamira, que faz conexão com a rodovia Transamazônica, e o imenso espaço ao sul do Xingu, cuja densidade demográfica é baixa; por fim, 3) o Tapajós, centralizado em Itaituba.

poder central estava distante do interior; daí a necessidade de um governo mais próximo para que o território se desenvolvesse.

Durante a vigência do regime militar, cinco cidades<sup>15</sup> do Oeste do Pará foram declaradas como áreas de interesse da segurança nacional – motivo que silenciou a ideia divisionista. Porém, na década de 1970, com a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, bem como com a construção do porto de Santarém, novo ânimo passou a alimentar as elites locais, que almejavam a criação de Tapajós por decreto – a exemplo da separação entre Pará e Amapá, que ocorrera durante o governo de Getúlio Vargas, em 1940.

O movimento pela autonomia do território tomou corpo, de fato, em 1985, de maneira informal, quando se formou o Comitê Pró-Criação do Estado de Tapajós.

O nome cristalizou-se em Tapajós e a região começou a ser politicamente conceituada de Oeste do Pará, de vez que o Baixo Amazonas tradicional não englobava os novos núcleos criados ou que sofreram mudanças com a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá. O Oeste passava a apresentar novas realidades sócio-econômicas e culturais, as cidades ribeirinhas diferiam dos núcleos afetados pela política de transportes rodoviários implantada em parte da região pelo governo federal e a imigração exigia adaptações no campo político (DUTRA, 1999, p. 27).

Somente em 1991 o Comitê institucionalizou-se, adquirindo personalidade jurídica. Porém, em função de suposta partidarização, a entidade dividiu-se, no mesmo ano, e alguns integrantes afastaram-se para fundar a Frente Popular Pró-Emancipação do Estado do Tapajós. A partir de então, Dutra (1999) descreve várias iniciativas articuladas pelo movimento divisionista no sentido de conquistar a autonomia do território de Tapajós. Destaco, em 1995, a iniciativa do então deputado Hilário Miranda Coimbra – atualmente, do Partido da República do Pará (PR/PA) – que apresentou dois projetos na Câmara Federal: um que visava à criação do Estado de Tapajós; outro, o Território Federal do Tapajós.

A justificativa para ambos os projetos retoma discursos anteriores, como: os aspectos culturais e da vida econômica do Oeste do Pará, que são particulares em relação a outros locais do Pará; a homogeneidade geo-sócio-econômica do espaço social considerado para a divisão – que difere dos limites político-administrativos determinados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a preservação das fronteiras nacionais, dada a distância do território em relação à capital paraense, Belém.

---

<sup>15</sup> Essas cidades não são citadas pelo autor.

Em 1995, uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Pará promoveu estudos acerca das demandas autonomistas dos territórios de Carajás e de Tapajós, de forma a subsidiar os projetos em andamento no Congresso Nacional. Ainda que audiências públicas tenham sido realizadas no interior do Estado para tratar sobre o tema, os deputados estaduais vetaram as pretensões autonomistas (DUTRA, 1999, p. 33).

Após outras tentativas, em 2011, Andrade, L. (2011b, p. 28) afirma que o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que propunha a criação do Estado de Tapajós. A pauta foi proposta pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) – responsável, também, pela inclusão de outros dois projetos de desmembramento territorial na pauta do Congresso Nacional: a criação do Estado do Araguaia e o Território Federal do Solimões.

#### 1.4 DO TERRITÓRIO PARA A COMUNICAÇÃO

A consolidação dos territórios de Carajás e de Tapajós dentro do contexto amazônico mostra que o processo, na maioria das vezes, ocorreu de cima para baixo. Por meio de uma decisão tomada nas metrópoles, por uma elite distante do dia a dia local, municípios foram criados e iniciou-se o processo de ocupação. Desde os tempos da coroa portuguesa até bem pouco tempo atrás, no século XX, pessoas de outras localidades foram incentivadas a tomar posse do espaço “vazio”, o que, naturalmente, gerou e ainda gera conflito – afinal, os espaços de vazios nada têm.

A motivação econômica parece mais evidente na formação de Carajás. A descoberta de minérios soa como a grande motivação apresentada pelas elites para justificar a divisão territorial. No caso de Tapajós, o processo soa como uma negação aos dois Estados vizinhos – Amazonas e Pará. Como se, forjando o conceito de Oeste do Pará, fosse criada uma unidade que difere das outras duas. No entanto, conforme Castro, F. (2011), é complicado unir, sob a expressão Oeste do Pará, realidades as mais diversas.

Essas questões, quando tratadas sob o prisma da comunicação, revelam um grave problema de convivência no(s) território(s) paraense(s). Os processos que se estabelecem em determinado território não são os mesmos que se estabelecem em outros. A questão não se revela de ordem informacional, uma vez que O Liberal e Diário do Pará também chegam até os leitores de Carajás e de Tapajós; e que o conhecimento a respeito da história e da ocupação

da Amazônia, da mesma forma, está disponível em outras plataformas, como os livros didáticos. O problema revela-se no estabelecimento das

condições necessárias para que milhões de indivíduos se comuniquem, ou melhor, consigam conviver num mundo onde cada um vê tudo e sabe tudo, mas as incontáveis diferenças – linguísticas, filosóficas, políticas, culturais, religiosas – tornam ainda mais difíceis a comunicação e a tolerância. A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa (WOLTON, 2011, p. 12).

As políticas públicas para a região amazônica e para o Estado do Pará não consideram a sociedade como um todo, inclusas suas diferenças – o que, em vez de união, provoca desrespeito. A comunicação torna-se fundamental nesse sentido, pois, de acordo com Wolton (2011), a ideia é que não só se compartilhe o que há em comum, mas também que se administre as diferenças. A tolerância, da mesma forma, revela-se como condição estrutural para o processo comunicativo.

Entender o plebiscito no Pará a partir de dois grandes jornais paraenses consiste em observar além das informações. Os dados coletados revelam o padrão de sociabilidade, os valores cristalizados e as imagens presentes na sociedade. Para França (1998, p. 61), os jornais constituem uma das muitas modulações da palavra social – e a palavra social, por sua vez, retoma a concepção mais estreita de comunicação: como movimento e materialização do simbólico, representa um ato de realização e de inserção particular do homem no mundo.

No próximo capítulo, aprofundo-me nos temas relativos à comunicação e ao jornalismo a fim de identificar as formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre plebiscito no Pará.

## 2 POR DENTRO DO OBJETO DE PESQUISA

### Questões de comunicação e de jornalismo

---

“Comunicação é autorização,  
é permissão, é contato com o diferente,  
o estranho, o incomum. Aquilo que não sou eu,  
isso sim pode provocar em mim transformações,  
alterar meu quadro, permitir que eu me transforme  
e, assim, demonstre que ainda estou vivo.”

(MARCONDES FILHO, 2011)

O plebiscito no Pará, assim como quaisquer fenômenos sociais, pode ser estudado sob os diferentes vieses – antropológico, político, sociológico, entre outros. Nesta pesquisa busco a perspectiva comunicacional, a qual é garantida pela “interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto)” (FRANÇA, 2002, p. 27).

A atividade jornalística revela-se rica em produção de sentidos e em promover a interlocução. Para tanto, não se deve prescindir da co-presença do outro – que me afeta e a quem eu afeto. Não de maneira rápida e direta, como num diálogo face a face, mas num nível simbólico. O outro, da mesma forma, pode ser compreendido tanto como o leitor/receptor, quanto aquele sobre quem se fala. Essas falas produzidas com vistas a um leitorado podem se tornar perigosas, se, em vez de constituir um diferente ponto de vista, tornarem-se semente para o desrespeito ou para o reforço de conotações negativas.

O capítulo inicia a discussão sobre o caráter comunicacional da atividade jornalística, com importância para o reconhecimento do outro. A contextualização da história e das teorias do jornalismo completa as reflexões sobre a atividade como ato de palavra social. As características simbólicas dos meios de comunicação de massa também são consideradas, por entender que eles têm o poder de produzir e transmitir as formas simbólicas nas sociedades contemporâneas.

#### 2.1 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: RELAÇÕES

A etimologia de “comunicação” remete à palavra latina *communicatio*. Martino (2001, p. 12) distingue três elementos no termo: a raiz *munis*, que significa “estar encarregado de”; o

sufixo *co*, que expressa simultaneidade, reunião. Somados, os dois elementos passam a ideia de uma atividade realizada conjuntamente. O sentido é completado pela terminação *tio*, que reforça a ideia de atividade.

A expressão surgiu, pela primeira vez, no universo do cristianismo antigo – marcado pela vida eclesial de contemplação e isolamento, condições para conhecer Deus. Segundo o autor, a prática *communicatio* designava o ato de “tomar a refeição da noite em comum”, uma vez que os anacoretas, que cultivavam a solidão de forma mais radical, viviam praticamente isolados nos mosteiros e, por isso, não conviviam com os cenobitas – que optavam por uma vida em comunidade. A originalidade da prática consiste em romper o isolamento e alimentar-se juntamente com os outros, e não apenas na refeição em si. “Portanto, em sua acepção mais fundamental, o termo ‘comunicação’ refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências” (MARTINO, 2001, p. 14).

Mensagem ou informação não são equivalentes à comunicação. Conforme explica o autor, a escrita de um livro ou de um jornal, por exemplo, trata-se do suporte material. Para que as palavras se transformem em mensagem, isto é, passem do nível meramente escrito, taquigráfico até, para o nível simbólico, é necessário relacionar a atividade do leitor com o produto da atividade do escritor. Já a informação caracteriza-se pela organização dos traços materiais por uma consciência, isto é, pela decodificação ou pela interpretação dos traços materiais de forma a reconstituir a mensagem. A comunicação reside, por sua vez, na totalidade do processo que coloca em relação duas ou mais consciências.

Alguns autores reservam o termo “informação” para designar o conteúdo desse processo, deixando o termo comunicação para expressar a relação (entre pessoas, consciências). O certo é que não temos comunicação sem informação, e, por outro lado, não temos informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação. Enfim, se a identificarmos com o plano material do processo, pode-se dizer que uma informação é uma comunicação em potencial, se levarmos em conta a sua capacidade de ser estocada, armazenada (codificada) e reconvertida num segundo momento (decodificada) (MARTINO, 2011, p. 18).

Para França (1998, p. 41), a informação jornalística é fruto de um “trabalho interessado e influenciado de coleta, seleção, deformação, enformação dos fatos” [grifo do autor]. As palavras são permeadas pela ambiguidade e pela fluidez. Os jornais, por outro lado, mais do que informações, ultrapassam os parâmetros da pretensa objetividade e acabam por

testemunhar o sentimento de uma sociedade, seu padrão de sociabilidade e sua maneira de falar.

Qualquer jornal tem certamente uma existência em si mesmo; mas ele é também um ponto de passagem da vida de uma sociedade – mais do que informar sobre ela, é um dos momentos desse viver. A prática jornalística, se configurada historicamente e marcada por traços de universalidade, é sobretudo o resultado de um processo complexo e singular de inter-relação entre os elementos que a compõem – os interlocutores, a produção discursiva, o contexto (FRANÇA, 1998, p. 17).

O jornalismo representa uma das formas da palavra social – isto é, um dos tantos discursos proferidos na sociedade. Na visão da autora, a totalidade dos enunciados por meio do qual o jornal toma forma, ou seja, sua materialidade sensível, constrói-se como ato de palavra.

O jornal existe enquanto fenômeno de linguagem, discurso construído, palavra dirigida. Mais ainda, pode-se dizer que o jornalismo está enraizado no terreno da palavra humana, aqui compreendida como instância de pulsão expressiva e socializante do homem. O jornalismo nasce da pulsão de falar o mundo, falar o outro, falar ao outro; da atração pela diferença, pela novidade, pelo distante; do enraizamento no mesmo, no próximo e em si que marcam a palavra humana desde sempre. Em síntese, o jornalismo faz parte do “dizer” social (FRANÇA, 1998, p. 26).

A natureza comunicacional do jornalismo não se baseia na reciprocidade evidente e na troca imediata, como se observa num diálogo interpessoal. As relações estabelecidas pelo jornalismo são abertas, cheias de nuances e mais complexas do que um esquema rígido emissor-receptor. Para a autora, são as relações que justificam a existência e que sustentam o jornalismo. Afinal as informações são produzidas com vistas à recepção, à leitura e ao próprio leitorado. A condição de circulação e de recebimento da informação está inserida e deixa marcas no processo produtivo. O caráter “produzido” da informação jamais deve ser esquecido.

A informação torna-se ponto mediador ou de junção do intercâmbio entre os interlocutores e as relações estabelecidas por eles. França (1998, p. 42) afirma que existe um processo de união não apenas circunscrito aos dois polos, mas a partir deles com o mundo: “não existe a circulação de um sentido objetivo, mas um tipo de cumplicidade de alguns na construção simbólica do mundo, no compartilhamento de um ‘saber’ comum sobre seu mundo”.

A natureza comunicacional do jornalismo erige-se em torno da palavra e da co-presença dos interlocutores. A possibilidade de estar com o outro reveste o jornalismo de comunicação: “inscreve a convergência e o conflito entre o interior e o exterior, a partilha e o recolhimento, o eu e o outro (...); conjuga distância e proximidade, diferença e identidade, conflito e cumplicidade” (FRANÇA, 1998, p. 45).

Numa perspectiva diferente, contudo que corrobora, em parte, com as considerações de França (1998), Braga (2006, p. 22) afirma que os processos estabelecidos a partir dos meios de comunicação de massa não se esgotam na emissão e na recepção. A sociedade age e produz não só com os meios de comunicação de massa, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas também sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social. Trata-se da resposta social, cuja característica é a circulação diferida e difusa.

A partir da perspectiva econômica, isto é, de circulação de bens, o autor explica que o sistema de interação social tona mais importante o fato de objetos materiais e/ou serviços serem fornecidos e recebidos. “Importa que várias pessoas, tendo lido o mesmo livro ou ouvido e apreciado um mesmo tipo de música e tendo alguma informação sobre tais materiais, ‘conversem’ sobre tais objetos e interajam com base nesse estímulo” (BRAGA, 2006, p. 27). A circulação, no sentido econômico, encontra-se entre a disponibilização da produção e o acesso ao consumo.

Quando se trata de valores simbólicos, e da produção e recepção de sentidos, o que importa mais é a circulação posterior à recepção, ou seja, uma vez completada a processualidade mais diretamente “econômica” (ou comercial) do processo, do “fazer chegar”, os produtos não são simplesmente “consumidos” (no sentido de “usados e gastos”). Pelo contrário, as proposições “circulam”, evidentemente trabalhadas, tensionadas, manipuladas, reinseridas nos contextos mais diversos. O jornal pode virar papel de embrulho e lixo, no dia seguinte, mas as informações e estímulos continuam a circular. O sistema de circulação interacional é essa movimentação social dos sentidos e dos estímulos produzidos inicialmente pela mídia (BRAGA, 2006, p. 28).

Não é objetivo da pesquisa discorrer sobre os dispositivos que a sociedade desenvolve para interagir com as informações disponibilizadas pelos meios de comunicação de massa. Apenas destaco que Braga (2006), também, rompe com o esquema emissão-recepção ao apontar que a circulação de informações, na sociedade, produz respostas diferidas e difusas. Esse trabalho social dinâmico de escolher e acolher as informações são feitos por sujeitos.

Os sujeitos em comunicação produzem gestos significantes para afetar o outro, sendo antecipadamente afetado pela provável e futura afetação desse outro. “Trata-se de uma situação de co-presença e mútua afetação, vivida através da materialização de formas simbólicas (gestos significantes)” (FRANÇA, 2006, p. 78). Os sujeitos são constituídos na relação e pela presença do outro, a partir da capacidade de construção de gestos significantes e de projeção dos movimentos e expectativas recíprocas.

Gestos significantes são gestos que contêm significados para aqueles a quem são dirigidos e para aqueles que os fazem; mais do que expressão de sentimentos, gestos são ferramentas que fazem parte da organização do ato social. Eles são significantes quando encarnam um sentido para aquele que o fez e provocam sentidos naquele que os recebe; têm, portanto, a natureza de linguagem (FRANÇA, 2006, p. 77).

Relações de comunicação ou de interlocução tratam da reciprocidade entre os sujeitos fundada no simbólico. A autora explica que existe um, o outro e a consciência da co-presença – isto é, a presença mediatizada no contexto da relação. A possibilidade de recepção está na origem do processo comunicativo, pois, à medida que o emissor fala para ser percebido, fala condicionado pela situação comunicativa. A recepção, por sua vez, existe enquanto condição e promessa na instância da emissão, além de ser marcada por um trabalho de acolhimento do discurso do outro.

A recepção, a identificação e a reprodução do sentido não se efetuam em relação apenas à materialidade simbólica, mas são condicionadas pela instância e circunstâncias da produção. O receptor não está orientado apenas para as mensagens, mas, através delas, encontra-se mergulhado num diálogo social. O receptor participa desse diálogo em sua condição de ser social cheio de interesses, desejos, distinções e consciência da alteridade (da presença do outro) (FRANÇA, 1998, p. 52).

Na filosofia do século XX, o outro é usado em acepções diferentes para indicar, entre outros sentidos, a alteridade em geral e a diferença. Prado e Bairon (2007, p. 266) afirmam que o outro compreende a estrutura por meio da qual estabelece-se a relação do estar-com, ou seja, a diferença entre o “thou” (alter-ego) e o alien-I (estar com o outro). Em situações de interlocução provocadas pelos meios de comunicação de massa, frente ao outro, há duas situações possíveis de serem adotadas: na primeira, o eu tende a resguardar-se, qualificando o outro de exótico ao exibi-lo; na segunda, o eu oculta o outro do holofote, deixando-o nas margens para que possa assimilado, admitido ou segregado; em certos casos, o eu chega a inscrever o outro como inimigo, excluindo-o.

A outridade refere-se às figuras do imaginário que pertencem a uma parte do corpo social que não é nossa (leitores), sempre dessemelhantes, sejam menos confiáveis ou mais perigosas, notáveis em suas diferenças, carentes estas de nossa atenção, na medida em que suas atitudes, formas de vida, culturas próprias nos atingem de modos mais ou menos intensos (PRADO e BAIRON, 2007, p. 253).

O que os autores chamam de outridade não diz respeito ao produtor/emissor, tampouco ao leitor/receptor das informações, mas ao terceiro elemento sobre o qual falam e que representa nenhum dos dois. França (2002, p. 30) afirma que nós e o outro são pares indissociáveis; para entender a relação entre os dois, é preciso estar atento às semelhanças e às diferenças. No plano ontológico, iguais e diferentes convivem sem traumas. Contudo, no plano da experiência, o outro assume o lugar do estrangeiro, que acaba por se tornar a diferença que não se pode ou não se sabe como aceitar. De fato, o estrangeiro surge a partir da consciência da própria diferença.

Estrangeiro: raiva estrangulada no fundo de minha garganta, anjo negro turvando a transparência, traço opaco, insondável. Símbolo do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça habitual, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. (...) Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam a espera e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna precisamente o “nós” precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades (KRISTEVA, 1994, p. 9).

As origens dos estrangeiros encontram-se no gênero feminino e nas primeiras narrativas míticas: as danaidas. No século IV a. C., foram mulheres egípcias, de uma descendência bastarda de Zeus, que assassinaram os maridos na noite de núpcias como forma de recusa à imposição do casamento. Elas fogem para Argos, na Grécia, e tornam-se duplamente estrangeiras: porque vieram de fora e porque transgrediram a lei. França (2002, p. 33) explica que, a partir desse mito, a exterioridade e o desafio à norma comum passam a ser traços distintos dos estrangeiros.

Ainda de acordo com a autora, o estrangeirismo é uma das figuras frequentes nas narrativas gregas. Os metecos e os bárbaros são dois exemplos: os primeiros vinham de outras terras e, a eles, era autorizada a atividade econômica, não a cidadania; enquanto que os segundos eram excêntricos ao universo grego pelos costumes, cultura e língua. O século de Péricles (período clássico) desenvolve o princípio da conciliação entre os homens, sob a bandeira da universalidade humana: pelo “cosmopolitismo helênico”, as barreiras territoriais

não podiam e nem deviam separar os homens. Tratava-se de uma universalidade fundada na razão, a partir do qual desenvolveu-se o elitismo do sábio responsável – diferente do resto da humanidade, que não alcança tal virtude e que se revela incapaz de interpretar as leis; portanto não faz parte dessa comunidade da razão.

A exclusão do outro ocultou-se na apologia de um modelo que percebe a alteridade apenas para negá-la. Mais ainda: os critérios de inclusão e de igualdade entre os homens passou a estabelecer os critérios de sua humanidade. O cosmopolitismo grego sofreu variações ao longo dos séculos, mas se consolidou como a fonte primeira de valorização do igual e da exclusão do diferente: os diferentes são os que não pensam como nós. Numa correlação desigual de forças, a tendência de um dos polos é colocar-se como referência e erigir o outro à categoria de acidente, de exceção.

França (2002, p. 34) pergunta-se se é possível viver os outros, viver com os outros, sem nivelamentos e sem ostracismo; sem imposição e sem exclusão. Aponta três desdobramentos para a responder à pergunta: 1) a aniquilação física e cultural do outro, tais como nos processos de colonização; 2) a eclosão do confronto, sob a forma de guerra; 3) ou a convivência conflituosa da diferença. A terceira opção soa como razoável por não aniquilar as tendências distintas, mas caminhar em direção a uma harmonia conflituosa. As práticas discursivas podem se tornar espaço partilhado de construção e intercâmbio de formas simbólicas, bem como de ordenação dos processos identitários e das relações de identidade e diferença – elementos centrais da constituição dos sujeitos.

A comunicação, portanto, carrega o duplo desafio: aceitar o outro e defender a si próprio. Além da própria autonomia, reconhecer a importância do outro e ir ao encontro dele. Isso implica pôr em jogo valores que obrigam os diferentes parceiros a, minimamente, se respeitar. “Comunicar com o outro é reconhecê-lo como sujeito, portanto, estar mais ou menos obrigado a ter-lhe alguma estima. Comunicar-se com alguém é supor que este alguém esteja de boa fé e considerá-lo um alter-ego, o que implica a recíproca desse procedimento” (WOLTON, 2006, p. 111). Confiança e respeito são as bases da laicidade, que é capaz de promover a tolerância e organizar a coabitação.

Comunicar é confiar no outro. (...) Confiar é, finalmente, o que há de mais ingênuo e derrisório, visto que tudo, cotidianamente, convida a nunca confiar... E, no entanto, confiar, como comunicar, é admitir a utopia de uma relação com o outro, o que, definitivamente, fundamenta a humanidade (WOLTON, 2006, p. 226).

As relações estabelecidas pelo jornalismo e a própria atividade jornalística, tal como as concebemos na atualidade, não nasceram nesses moldes. Foram séculos de transformação. A contextualização histórica dessas mudanças faz-se necessária para compreender as características do jornalismo adotadas na pesquisa.

### **2.1.1 Breve histórico do jornalismo**

A impressão do primeiro jornal, de acordo com Marcondes Filho (2002, p. 15) ocorreu na Europa – nas localidades de Antuérpia, Praga, Estrasburgo – pouco mais de um século após o aparecimento dos tipos móveis. Composto por três ou quatro páginas, os jornais levavam os leitores ao espetacular e ao singularmente novo, isto é, traziam notícias sobre desastres, mortes, nascimento de reis e imperadores, seres deformados, cometas, entre outros. As informações continham um caráter disciplinador, pois caracterizavam-se por advertências morais de bom comportamento e devoção dos cidadãos. No entanto, nesse período, não se pode falar em um jornalismo efetivo, pois a atividade atendia, exclusivamente, a alguns núcleos do poder econômico e financeiro da época mercantilista interessados em fechar o circuito informativo sobre os fatos da vida econômica e política.

França (1998, p. 26) recua ainda mais e aponta a recitação dos aedos gregos, as *Actes Diurnes* dos romanos, os *avvisi* venezianos e os trovadores da Idade Média como exemplos de formas artesanais de circulação da informação que precederam a prensa mecânica de Gutemberg – caracterizando, portanto, a fase pré-histórica do jornalismo.

As origens do jornalismo, tal como o concebemos na atualidade, estão relacionadas ao advento da Modernidade, com ênfase para as democracias republicanas e para os direitos sociais e humanos. Marcondes Filho (2002, p. 10) considera o jornalismo como um dos frutos da Revolução Francesa (1789 – 1799) e, também, como um dos resultados da desconstrução do poder instituído em torno da Igreja e da Universidade. O saber, o acesso a documentos e o direito à pesquisa eram próprios da Igreja desde a invenção dos tipos móveis por Gutemberg. Com a multiplicação das publicações dentro do universo cristão, começaram a ruir as bases da unidade religiosa até culminar na Reforma Protestante, como Martinho Lutero.

Já as Universidades, que reservavam o saber para os aristocratas e para questões eminentemente teológicas, precisaram abrir-se para todos os que conquistaram o direito à informação – quaisquer que fossem elas. O jornalismo, ou o primeiro jornalismo – de acordo

com a periodização do autor –, nasceu nesse período: um período de iluminação, difundindo o mito da transparência. O jornalismo político-literário entrou em ebulição e a atividade profissionalizou-se – diretor e editor tornam-se instâncias diferentes dentro da redação.

Gomes (2004, p. 46) explica que a imprensa de opinião nasce burguesa no interior da esfera civil para defender seus próprios interesses. Essa imprensa burguesa caracteriza-se pela hostilidade à esfera política e pela polêmica contra o Estado aristocrático. No entanto, a partir do momento em que a burguesia conquista o Estado e as esferas de decisão política, burguesia e imprensa dividem-se de acordo com a relação que estabelecem com a esfera política estrita – isto é, a classe burguesa e os órgãos de imprensa separam-se em grupos de apoio e de oposição ao governo.

Imprensa de opinião transforma-se em imprensa de partido, o que origina o “esquecimento” da imprensa em servir como instrumento da esfera pública e de representante da sociedade civil. Nesse ínterim estabelecem-se “o discurso e as garantias constitucionais da liberdade de expressão e de imprensa. Trata-se, sobretudo, de liberdade para o confronto partidário, tão grande era a ligação orgânica entre imprensa e partido” (GOMES, 2002, p. 47).

Já a partir de 1800 as discussões político-literárias inflamadas dão lugar à máquina de produção de notícias e de lucros, com os jornais populares e sensacionalistas. Trata-se do segundo jornalismo, em que “o jornal como grande empresa capitalista surge a partir da inovação tecnológica da metade do século XIX nos processos de produção do jornal” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13). A transformação tecnológica exige da empresa jornalística a capacidade financeira de autossustentação e pesados pagamentos periódicos para amortizar a modernização das máquinas. As consequências desse processo refletem em mudança na atividade profissional: o jornalismo, que era praticamente livre de pensamento e instrumento de fazer política, vira uma operação que precisa se vender para se autofinanciar.

A gradual implantação da imprensa como negócio, iniciada após 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, impõe-se plenamente por volta de 1875. A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: seu valor de troca – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13-14).

A imprensa de massa, surgida nesse período, prioriza o entretenimento a liberdade de expressão, já que as funções políticas do jornal também são comprometidas. O autor cita alguns investimentos que as informações passam a receber a fim de melhorar a aparência e a

rentabilidade dos jornais: criação de manchetes, destaques, reportagens; trabalho redobrado na capa, no logotipo e nas chamadas de primeira página; aumento do volume publicitário e enfraquecimento da posição dos editores e redatores.

O desenvolvimento e o crescimento das empresas jornalísticas acabam por constituir, no século XX, o jornalismo de monopólios – o terceiro jornalismo –, cujas características são o processo de desintegração e enfraquecimento da atividade profissional, substituindo-os por processos menos engajados. Segundo Marcondes Filho (2012, p. 15), nesse período, os jornais “já não buscam a ‘verdade’, já não questionam a política ou os políticos, já não apostam numa evolução para uma ‘sociedade mais humana’”.

Nesse estágio do jornalismo, tanto as comunicações publicitárias começaram a estar presentes em parte importante dos jornais, quanto o mundo dos negócios privados passou a intervir no noticiário. Gomes (2002, p. 140) aponta que comunicação de massa, política e economia se relacionam de forma complicada, na forma de sistemas: cada um dos elementos possui um recurso fundamental que é objeto de interesse dos outros dois; cada um deles busca satisfazer suas demandas ao máximo, concedendo o mínimo possível para os outros dois; os três só vão se associar em função de uma conveniência específica e apenas na exata medida em que essa associação vai permitir a satisfação do interesse.

Embora todos os domínios [comunicação de massa, política e economia] procedam por perspectivas de ganhos, a interação entre os domínios não é materialmente simétrica e supõe compensações (ou retaliações) quando se julgar haver desequilíbrios, a depender de quanta força relativa o domínio possuir, além de pressupor um constante esforço, enviado por cada sistema, para conseguir o que se quer do outro sem ter que oferecer contrapartida (GOMES, 2002, p. 141).

O quarto e último jornalismo, iniciado por volta dos anos 1970, caracteriza-se pela tecnologia. Marcondes Filho (2012) destaca dois processos nesse período: a inflação de comunicados e materiais enviados pelas assessorias de imprensa, os quais se misturam e se confundem com a informação jornalística; o outro é a substituição do agente humano pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Para registro, Traquina (2005, p. 33) aponta três vertentes para que se tenha uma visão global da história do jornalismo na democracia: 1) a expansão iniciou-se no século XIX, com o desenvolvimento da imprensa, e explodiu no século XX, com a propagação de novos meios de comunicação social, a exemplo do rádio, da televisão, bem como o jornalismo *on-line*; 2) a comercialização da notícia, no início do século XIX; e 3) concomitante ao item anterior, o polo econômico jornalístico fica em face da emergência do polo intelectual,

### 2.1.2 De que jornalismo estamos falando: características

Diferente da periodização proposta por Marcondes Filho (2012), França (1998, p. 26) afirma que o jornalismo moderno surgiu com os grandes jornais, em meados do século XIX, inaugurando a “imprensa de baixo preço”. A fase político-panfletária do jornalismo foi ultrapassada pela fase em que o jornal se tornou uma empresa comercial regulada pelo mercado.

Não seria a circulação, mas a venda da informação que marcaria o surgimento do jornalismo. A informação jornalística não é uma informação qualquer, mas aquela que, submetida a um tratamento especial, adquire as características necessárias para ser “trocada” (tais como interesse, inteligibilidade etc.). Em outras palavras, o jornalismo seria sinônimo de comercialização da informação (FRANÇA, 1998, p. 27).

A autora explica que o mercado representa um dos fatores determinantes para a caracterização do jornalismo atual, mas não é o único. Afinal a atividade está enraizada no terreno da palavra humana e social – o qual, ao longo dos tempos e das mudanças da sociedade, se construiu como uma maneira específica de dizer. Uma das primeiras distinções entre a prática informal do dizer cotidiano – a palavra banal do senso comum – e o jornalismo reside no fato que o segundo, ao se institucionalizar, passa a tratar de uma prática autônoma e especializada – a qual ocupa um lugar determinado; desenvolve sua própria fisionomia e suporte e, com isso, alcança a legitimidade de discurso autorizado.

A segunda distinção reside no contexto da produção e da transmissão autorizada da informação. Diferente da Igreja ou da Universidade, onde o saber administrado reflete questões de poder e dominação ao revelar o conhecimento privilegiado a pouco iniciados, no jornalismo, o poder não se encontra na reserva, mas sim na divulgação da informação. “Em oposição à monopolização do saber, o jornalismo se realiza através da socialização da informação. Prática democrática<sup>17</sup>, ele vem desfazer o monopólio, esclarecer o mistério” (FRANÇA, 1998, p. 28).

---

com a profissionalização dos jornalistas e uma conseqüente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia.

<sup>17</sup> A relação entre jornalismo e democracia é reforçada por Traquina (2005, p. 22). De acordo com o autor, democracia não pode ser concebida como um sistema de governo sem liberdade; portanto o papel central do jornalismo é de informar o público sem censura. Nesse sentido, para além de promover a troca de ideias e opiniões, o jornalismo acaba tendo a responsabilidade de ser o guardião do governo. No entanto essa perspectiva é inicial. Há diversidade de autores que tratam do tema. No Brasil, Wilson Gomes e Rousiley C. M. Maia são expoentes. Com a obra “Comunicação e democracia: problemas e perspectivas” (2008), traçam o estado da arte,

Por fim, a terceira distinção aponta para o interior do discurso jornalístico, isto é, para o desprendimento das circunstâncias de enunciação. A informação caracteriza-se pela extração do fato de seu contexto de origem e pela alteração das marcas dos locutores. França (1998) explica que, no discurso jornalístico, modifica-se a presença das relações específicas e diretas entre aquele que pronuncia, a audiência a qual se dirige e o assunto do qual está tratando.

O narrador que fala de sua experiência (a narrativa como construção subjetiva do sujeito enunciador) cede seu lugar ao observador atraído pelo outro, o que é externo a ele mesmo e se afirma pelo olhar. (...) O locutor desaparece em seu próprio enunciado, que lhe é totalmente exterior, através de um dizer impessoal. Subtraindo-se da ação contada, o locutor se identifica com um segundo observador – o leitor. Nesse momento, eles não compartilham uma experiência comum, não realizam uma troca ou um investimento pessoal, mas promovem uma convergência no papel de observadores de um terceiro que os atrai, os seduz e os aproxima (FRANÇA, 1998, p. 29).

A palavra jornalística torna-se, assim, uma palavra de mediação. A ação comunicativa, por sua vez, desembaraçada de sujeitos individuais, torna-se a palavra da sociedade dirigida a si própria, a propósito dela mesma. Divorciado da palavra personalizada, o jornalismo cria uma ligação aberta e particular entre os interlocutores e com o seu tempo – os quais, antes de serem sujeitos que falam, acabam por se tornar sujeitos que observam.

Essas três distinções fazem do jornalismo uma forma específica de dizer na sociedade, a qual cria uma dinâmica própria de circulação de informações: os interlocutores reorientam seus papéis e se inscrevem numa rede complexa de relações em torno de um terceiro. Nesse cenário, a informação jornalística precisa ser moldada, adquirindo peculiaridades como objetividade, singularidade e atualidade.

A objetividade aqui mencionada não se trata daquela que se opõe à subjetividade do sujeito, mas sim diz respeito ao “movimento permanente do jornalismo em direção a um real objetivo, externo, cuja existência independe da volição dos sujeitos” (FRANÇA, 1998, p. 30). Em outras palavras, a objetividade da informação jornalística caracteriza-se pelo olhar para um domínio sensível, exterior aos sujeitos que olham; isto é, a relação dos sujeitos com o mundo. A autora afirma que o debate em torno do fato e do acontecimento se revela importante para compreender a palavra jornalística e o discurso da informação.

---

em especial das perspectivas emergentes das teorias republicana e deliberacionista, bem como apontam os principais temas contemporâneos da teoria democrática. Não é objetivo desta pesquisa, contudo, aprofundar a questão.

A existência de uma realidade exterior aos interlocutores, isto é, vivida socialmente no plano da experiência, é a base para o dizer jornalístico. A informação jornalística, por sua vez, representa o meio comum de transmissão da experiência, feita de forma sistemática e operada segundo meios técnicos particulares.

De um lado – do lado que toca o reino da experiência – existe o fato enquanto “paradigma factual”, paradigma esse que permite identificar e descrever o acontecimento: o fato serve de envelope à experiência. De outro, existe o fato contado, a informação (na entrada, os acontecimentos; na saída, as informações). Acontecimento e informação constituem duas modalidades da mesma instância significativa. O acontecimento constitui a matéria-prima que alimenta de fora; a informação se inscreve no domínio da forma (FRANÇA, 1998, p. 31).

Para a autora, existe circularidade entre acontecimento<sup>18</sup> e informação – e não equivalência ou autonomia –, pois a forma não opera fora do fato; a forma é construída pela dinâmica da vida social. Na perspectiva inicial da autora, o acontecimento pressupõe a intervenção dos meios, uma vez que há a distinção e a apreensão do que se passa além e aquém dos meios, no terreno da experiência e do vivido; da mesma forma, resulta de um corte e do jogo entre a impossibilidade e as múltiplas possibilidades contidas na fonte.

Apresentando novas reflexões em torno do tema, a noção de acontecimento sofre atualização por França (2012), com ênfase para o seu poder hermenêutico. Nesta nova visada, o acontecimento já não deve ser olhado, apenas, pelas suas formas discursivas ou ritualísticas.

*Um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, e na organização da vida de uma sociedade ou de um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – ou não – a partir do seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano do seu povo (FRANÇA, 2012, p. 45) [grifo do autor].*

Um acontecimento não passa a existir somente quando e porque os interlocutores o percebem, mas justamente porque se faz perceber e se faz falar; porque tensiona os sentidos existentes e demanda ser compreendido. Entender o acontecimento a partir do ponto de vista hermenêutico implica “perceber os discursos dando forma, configurando, organizando os sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções”

---

<sup>18</sup> França é importante para a compreensão do acontecimento, no entanto não é a única autora a tratar do tema. Entre outras referências, destacam-se Michel Foucault e Luiz Gonzaga Motta. Foucault é comumente mencionado em estudos que utilizam a análise do discurso e Motta, em estudos sobre a análise da narrativa. Não é objetivo da pesquisa tratar o plebiscito como acontecimento, mas sim mostrar que o conceito teve a concepção atualizada por França, bem como a circularidade existente entre a noção de acontecimento e de informação.

(FRANÇA, 2012, p. 46). A criação de fatos apenas se traduz em acontecimentos se conseguirem inscrever, no horizonte de sentidos, possibilidades que não estavam dadas anteriormente.

A autora afirma que os acontecimentos podem ser de duas ordens: naturais ou sociais. Ambos podem ser espontâneos ou provocados. No caso dos acontecimentos sociais, grupos sociais, governo ou meios de comunicação podem ser agentes desencadeadores. Contudo é da natureza do acontecimento escapar ao controle ou à previsibilidade total – do contrário, seria uma intervenção, não um acontecimento. Outra questão é que os acontecimentos não são unilaterais. Uma pessoa não decide sozinha pelo envolvimento do outro; a mobilização envolve a potência do fato e a suscetibilidade dos públicos envolvidos. Da mesma forma, nenhum agente detém o poder de definir completamente a afetação do outro.

Ao desorganizar o presente, o acontecimento instala uma temporalidade estendida; convoca um passado com o qual possa estabelecer ligações; e anuncia futuros possíveis. França (2012, p. 48) afirma que o conceito de acontecimento serve para perceber a ruptura, o alcance e a potencialidade abertos por certos fatos. Portanto

a ocorrência de um acontecimento (um Acontecimento) representa um momento importante no desenrolar da vida de uma sociedade, e potencialmente rico para nossas análises. Ele descortina níveis velados da vida social, aponta possibilidades, suscetibiliza, mobiliza, provoca reações e mudanças. (...) Os acontecimentos são aquilo mesmo que conforma nossa experiência. Acontecimentos revelam o tecido vivo da vida social. Eles não apenas fazem falar; eles colocam questões, revelam aspectos, abrem possibilidades (FRANÇA, 2012, p. 48).

Outra característica da informação jornalística, o singular, contraria a regularidade e aparece como novo e único – diferenciando-se do caráter universal, típico da ciência, e do caráter particular, presente nas conversações comuns do cotidiano. Essa característica leva à terceira, a atualidade, uma vez que o novo e o único só serão experimentados pelo sujeito no tempo presente. “A atualidade das informações se concretiza na sua justaposição nas páginas do jornal e na sua contemporaneidade ao ato de inscrição e de leitura; ela marca a ancoragem de muitos em um só fio temporal” (FRANÇA, 1998, p. 33).

No entanto a atualidade anda em par com a efemeridade, já que a informação dura somente o tempo de ser consumida. O presente marca o nascer e o morrer do jornal a cada dia. Para a autora, a atualidade opõe-se à tradição e à permanência, inscrevendo-se no domínio da sensação.

## 2.2 JORNAL E JORNALISMO: TEORIAS

Enquanto suporte e enquanto instrumento de comunicação, o jornal é um objeto concreto, dotado de existência própria e, em certa medida, autônomo em relação às instâncias de produção e recepção. É o que o caracteriza enquanto instituição<sup>19</sup>. No entanto há uma outra natureza, que só se explica a partir da rede de relações da qual participa: enquanto papel mediador, o jornal existe como elemento que se une a outros para formar um todo. A partir disso, torna-se “instrumento de ligação, ponto de junção. Ele (o jornal) existe enquanto ideia, imagem construída, tanto pelo movimento da relação quanto pelo investimento subjetivo dos sujeitos envolvidos” (FRANÇA, 1998, p. 159).

A materialização do jornal resulta de um trabalho de produção coletiva dos jornalistas. Portanto não exprime uma intenção unitária, mas converge numerosas subjetividades. Quero dizer que a existência objetiva e real – no caso desta pesquisa, dos jornais O Liberal e Diário do Pará – pressupõe um projeto de jornal que passa pela cabeça de cada um dos profissionais que trabalham nas empresas jornalísticas. Esse modelo, mais ou menos homogêneo, orienta a inserção e o trabalho dos jornalistas.

A homogeneidade do trabalho dos jornalistas pode ser explicada por meio das teorias do jornalismo. No Brasil e nos países de língua espanhola, as teorias do jornalismo são equivalentes à teoria da notícia em Portugal e no universo da língua inglesa. Meditsch e Schwaab (2014, p. 283) explicam que se tratam de elucidações científicas e/ou filosóficas sobre como e por que o jornalismo ou a notícia são como são – nas vertentes descritivas – ou deveriam ser – nas vertentes normativas. Habitualmente, há uma mescla das duas vertentes, caracterizando as correntes críticas. Os autores observam a dificuldade dos jornalistas em conceituar a própria experiência, o que revela reveses de institucionalização cognitiva do campo.

---

<sup>19</sup> Inspirado na teoria democrática, Traquina (2005, p. 46) denomina o jornalismo como Quarto Poder. A etiqueta é atribuída à imprensa, quando comparada aos três outros poderes – executivo, legislativo e judiciário. A expressão surgiu em meio à legitimação do jornalismo, dissociando-se do partidarismo e com o reforço ao conceito de opinião pública como instrumento de controle social. Albuquerque (2000, p. 25) afirma que o exercício deste “Quarto Poder” se dá pela publicização dos problemas políticos para o conjunto da sociedade. Mais precisamente, implica no compromisso da imprensa com a objetividade no tratamento das notícias, com a representação do cidadão comum frente ao Estado e com o funcionamento eficiente do sistema de divisão de poderes. Como, no Brasil, essas questões tendem a ser menos dogmáticas que nos Estados Unidos, país onde se originou a expressão, o autor defende a ideia não de um Quarto Poder, mas de um Poder Moderador – uma vez que a imprensa reivindica, hoje, exercer o papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do “bem comum”.

O fato de os esforços desenvolvidos por centenas de acadêmicos de diversos países, debruçados sobre o mesmo tema, não terem resultado num sistema teórico consensuado, ou pelo menos em correntes de pensamento coerentes e reconhecidas, é revelador do acidentado percurso histórico do jornalismo na academia, ainda mais considerando que é o ramo mais antigo das ciências da comunicação, e o que deu origem à institucionalização social de todo o campo (MEDITSCH e SCHWAAB, 2014, p. 284).

No Brasil, a partir de 1960, Danton Jobim e Luiz Beltrão, após visita à Europa e os Estados Unidos, publicaram as obras mais abrangentes e atualizadas da época sobre teorias do jornalismo. Luiz Beltrão, segundo os autores, foi o primeiro pesquisador a utilizar a teoria do jornalismo como disciplina, na Universidade Católica de Pernambuco, no início dos anos 1960. A partir de 1980, começaram a surgir vozes brasileiras que indicavam que o abandono do jornalismo como objeto havia provocado um fosso entre a teoria e a prática na formação profissional. Adelmo Genro Filho, então, propôs uma nova teoria do jornalismo como produção social do conhecimento, e encontra seguidores em várias universidades.

Estudos marginais na área da comunicação, que tinham o jornalismo como objeto, começaram a ser reunidos para dar corpo à disciplina, que voltou, assim, a adquirir identidade a partir dos grupos de interesse que se formaram nas entidades da área nos anos 1990 (MEDITSCH e SCHWAAB, 2014, p. 287).

A partir dos anos 1990, o Brasil passou a romper o isolamento da área por meio de traduções da literatura acadêmica internacional sobre jornalismo; da fundação de sociedade científica de pesquisadores, a exemplo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); e da criação de revistas especializadas, linhas de pesquisa e programas de pós-graduação em jornalismo. Todavia, para Meditsch e Schwaab (2014, p. 287), o trabalho de Nelson Traquina ainda é o expoente, pois apresenta uma série de estudos etnoconstrutivistas sobre a notícia, bem como análises da produção da notícia a partir de interações endógenas e exógenas ao ambiente das redações, “reiterando a necessidade de avançar na compreensão acadêmica das rotinas produtivas, culturas e valores da profissão”.

Traquina (2005, p. 146) afirma que as teorias tentam responder à pergunta: por que as notícias são como são? O termo teoria, na verdade, trata-se de uma explicação interessante e plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições. Nesta pesquisa, discorro, apenas, sobre as teorias que predominaram na produção de formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará: a teoria do *gatekeeper*, a teoria organizacional, teorias de ação política, teoria estruturalista e teoria interacionista.

Na literatura acadêmica sobre o jornalismo, a teoria do *gatekeeper* foi a primeira ser desenvolvida, por volta de 1950, com os estudos de David Manning White – os quais originaram uma das tradições mais persistentes na pesquisa sobre notícias. *Gatekeeper* refere-se a quem toma uma decisão numa sequência de decisões (TRAQUINA, 2005, p. 150). A teoria concebe o processo de produção da informação como uma série de escolhas, onde o fluxo de notícias precisa atravessar diversos *gates*, ou seja, portões – metáfora que representa a escolha feita pelo jornalista, isto é, pelo *gatekeeper*, sobre o que é ou não notícia. Caso a decisão seja positiva, a notícia passa pelo portão; caso não, a progressão é impedida, o que significa a “morte” da notícia, uma vez que ela não será publicada naquele veículo de comunicação.

Na conclusão do estudo, White apontou que o processo de seleção das notícias é subjetivo e arbitrário, o que faz das notícias um produto das pessoas e de suas intenções. No entanto a teoria limita-se ao ponto de vista do jornalista, desconsiderando, por exemplo, os interesses da empresa jornalística. Aplicando a teoria do *gatekeeper* aos jornais O Liberal e Diário do Pará, não se pode afirmar que o plebiscito no Pará foi abordado de acordo com os critérios dos jornalistas. O acontecimento envolvia questões políticas e socioeconômicas muito amplas, de forma que os interesses de cada meio de comunicação de massa acabaram predominando durante a cobertura. O que me faz avançar na literatura sobre as teorias do jornalismo.

A teoria organizacional analisa o processo de seleção das notícias do nível individual para o nível mais amplo, da empresa jornalística. Traquina (2005, p. 152) afirma que Warren Breed, no estudo intitulado *Controle social da redação: uma análise funcional* (1955), destaca a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade social do jornalista. Este, por sua vez, conforma-se com a política editorial adotada pelo veículo de comunicação em detrimento das próprias crenças.

Na teoria organizacional, a ênfase reside no processo de socialização organizacional, na qual se evidencia a importância da cultura organizacional, e não a cultura profissional. As notícias tornam-se resultado do processo de interação social que ocorre na empresa jornalística.

O jornalista sabe que seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que seus superiores hierárquicos e seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as

reprimendas – dos meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha de suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada menos do que sua carreira profissional (TRAQUINA, 2005, p. 158).

De acordo com o autor, na teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios que a organização dispõe. A conclusão do estudo de Breed é que os jornalistas, geralmente, seguem a política editorial da empresa jornalística, a qual nem sempre é expressa, mas aprendida na dinâmica sociocultural da redação. A recompensa para o jornalista não se localiza entre os leitores, e sim entre os colegas e os superiores. O jornalista acaba por aderir aos valores do grupo editorial em vez dos próprios ideais sociais e profissionais.

Nos anos 1960 e 1970, as pesquisas em jornalismo passaram a ser marcadas pelo interesse na ideologia. Os estudos noticiosos alargaram suas perspectivas: do nível do indivíduo, da organização e da comunidade profissional para as implicações políticas e sociais da atividade jornalística; para o papel social das notícias; e para a capacidade do “Quarto Poder” em corresponder às expectativas depositadas pela teoria democrática. Traquina (2005, p. 163) explica que, nas teorias de ação política, os meios de comunicação de massa são vistos de forma instrumentalista, isto é, dobram-se aos interesses políticos: na visão de esquerda, os meios de comunicação de massa ajudam a manter o sistema capitalista; na visão da direita, servem de instrumentos que põem em causa o capitalismo.

Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão de mundo, da sociedade etc. (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Ainda nos anos 1970 surgem outras perspectivas que se opõem às notícias como distorções. As investigações que concebem a notícia como construção defendem que os meios de comunicação de massa estruturam, inevitavelmente, a própria representação dos acontecimentos em função de fatores os mais diversos, como limitações no orçamento, imprevisibilidade dos acontecimentos, entre outros. As teorias estruturalista e interacionista apresentam características próprias, no entanto ambas concebem a notícia como construção social, como o resultado de processos complexos de interação social entre os agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os integrantes da comunidade profissional, dentro e fora da organização (TRAQUINA, 2005, p. 173).

As duas teorias – estruturalista e interacionista – reconhecem a importância dos constrangimentos organizacionais e, também, rejeitam a visão instrumentalista das notícias como conspiração. Destacam o caráter das notícias como narrativas, como “estórias”, “marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração que pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística e (...) o domínio de todo um inventário do discurso” (TRAQUINA, 2005, p. 174).

Contudo a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é livre, e sim orientada pela aparência que a “realidade” assume a partir das convenções que moldam a percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos. Não é objetivo da pesquisa analisar as estórias construídas em torno do plebiscito pelos jornais O Liberal e Diário do Pará, e sim observar a dimensão simbólica dos meios de comunicação de massa na produção, no armazenamento e na circulação de materiais significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem – no caso, as formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará.

### **2.2.1 Meios de comunicação de massa: natureza simbólica**

Para (Thompson, 2011a, p. 37), comunicação é uma forma de ação intencional em contextos sociais estruturados. A vida social é constituída por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados, utilizando-se, para tanto, do poder<sup>20</sup> que possuem. No sentido mais geral, Thompson (2011a, p. 38) conceitua poder como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses; a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis. Recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses. Ao acumular recursos dos mais diversos tipos, os indivíduos podem aumentar o poder.

Os meios de comunicação de massa são dotados de poder simbólico<sup>21</sup>, em função da capacidade de provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em

---

<sup>20</sup> Essa perspectiva é inicial e não será aprofunda, uma vez que não se trata de objetivo da pesquisa. Para fins de registro, Chazel (1995, p. 213) afirma que, na maioria das vezes, a noção de poder serve para designar a capacidade, por parte de um ator, de conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes. O critério distintivo do poder é a correspondência entre os resultados obtidos e os desejos específicos do agente.

<sup>21</sup> O autor apresenta outros três tipos de poder: econômico, político e coercitivo. Os recursos que cada um deles utiliza são, respectivamente: materiais e financeiros; autoridade; e força física e armada.

revolta coletiva<sup>22</sup>. O autor define comunicação de massa pela produção institucionalizada e pela difusão generalizada de bens simbólicos por meio da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico. Dentre os recursos que os meios de comunicação de massa dispõem para exercer o poder simbólico, destaco o distanciamento espaçotemporal, que permite a ação e interação à distância. Da mesma forma, é possível responder às ações e aos eventos que chegam dos lugares mais remotos.

Outra característica da comunicação de massa é a circulação pública das formas simbólicas, uma vez que os produtos se tornam disponíveis para uma pluralidade de destinatários – “mesmo quando, por uma série de razões, estes produtos circulem apenas entre um relativamente pequeno e restrito setor da população” (THOMPSON, 2011a, p. 57).

A apropriação dessa forma de comunicação de massa na vida cotidiana dá-se por um processo hermenêutico de conhecimento e de autoconhecimento: incorpora-se, na compreensão que se tem de si e dos outros, as formas simbólicas produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 2011a, p. 70). Por meio da elaboração discursiva, a compreensão que um indivíduo tem das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação de massa podem sofrer transformações, uma vez que são vistas de um ângulo diferente. Essa compreensão é submetida aos comentários e à crítica dos outros, de forma a, gradualmente, ser impressa no tecido simbólico da vida cotidiana.

Na recepção e na apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos estão envolvidos num processo de formação pessoal e de autoconhecimento – embora em formas nem sempre explícitas e reconhecidas como tais. Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço (THOMPSON, 2011a, p. 71).

A análise das formas simbólicas produzidas pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito tornam-se importantes para que nós, habitantes do Estado do Pará e da Amazônia, compreendamos aquilo que somos e o projeto de vida que queremos.

---

<sup>22</sup> Thompson (2011a) confere demasiado poder ao poder simbólico dos meios de comunicação de massa, possivelmente influenciado pelo pensamento da sociologia da ação.

## 2.2 DA COMUNICAÇÃO PARA A VIDA

A relação com o outro, com a linguagem e com o simbólico constituem o que França (2006) chama de sujeitos em comunicação. A dimensão de afetar e ser afetado pelo outro por meio de materiais significantes faz do jornalismo mais do que informação, e sim comunicação em potencial. Não que o um e outro sintam e percebam os acontecimentos, do mesmo jeito, contudo juntos conseguem partilhar um sentido sobre o mundo e observá-lo em movimento.

A capacidade de armazenamento das informações, por meio de recursos tecnológicos, é que torna possível o estudo sobre o plebiscito no Pará nas páginas de O Liberal e do Diário do Pará, pelo viés comunicacional, mesmo passados mais de três anos da consulta pública. Ainda que seja discutível as formas com que o poder simbólico dos meios de comunicação de massa age na sociedade, não se pode negar que os dois periódicos metropolitanos construíram formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará de acordo com os interesses específicos de cada um.

A dupla compreensão do outro – como leitor e como aquele sobre quem se fala – enriquece a pesquisa no sentido de olhar o terceiro elemento da aresta: jornais e leitores da metrópole Belém falando e observando o outro, os territórios de Carajás e de Tapajós. As formas simbólicas produzidas sobre esse outro, no contexto do plebiscito no Pará, de fato, caminharam para a visão do outro como estrangeiro, como ameaça e como inimigo. O detalhamento das formas simbólicas identificadas, por meio da análise de conteúdo (AC), será apresentado no capítulo 3.

A compreensão não se alicerça nas teorias do jornalismo – as quais, conforme já dito, são apenas explicações para entender por que as notícias são como são. No entanto todas as teorias apresentadas neste capítulo, de alguma forma, orientaram a identificação das formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará. Afinal o material coletado sobre o plebiscito, ainda que represente uma produção coletiva de diferentes subjetividades, está conformado com a linha editorial de cada jornal – os quais possuem interesses político-econômicos próprios. A seleção do que foi publicado em O Liberal e no Diário do Pará revela as construções que são feitas a partir da capital sobre o interior do Estado.

### 3 INTERPRETAÇÃO/RE-INTERPRETAÇÃO

#### Percepções sobre o Pará, sobre a Amazônia e sobre a vida

---

“Toda vez que eu viajar é sinal que estou aqui e, quando estiver por lá, quer dizer: nunca parti. A vontade de voltar não impede a de seguir e, por onde quer que eu vá, estarei vivendo em ti.

(Nilson Chaves)

A partir da amostra, composta pelas edições dos jornais O Liberal e Diário do Pará, procurei entender as formas simbólicas produzidas sobre o plebiscito no Pará. As observações estão sistematizadas no capítulo, com atenção especial para o dia 11 de dezembro de 2011, o dia da consulta pública. A identificação dos formatos, mostrada na seção “Metodologia”, foi uma das primeiras percepções, até pelo uso da técnica da análise de conteúdo (AC). Há publicações que priorizam a informação, enquanto outras, a opinião.

No entanto a diferença entre os formatos pouco acrescentou para a identificação dos sentidos atribuídos ao plebiscito no Pará. Por exemplo, a utilização de olhos é mais presente no Diário do Pará do que em O Liberal, no entanto o conteúdo dos olhos, das duas publicações, pouco diz a respeito de Carajás e de Tapajós. Para avançar, foi necessário privilegiar uns formatos a outros. A discussão empreendida nos capítulos anteriores também é recapitulada para facilitar a interpretação/re-interpretação.

#### 3.1 CARAJÁS E TAPAJÓS: FORMAS SIMBÓLICAS

Entendidas como sentidos, a identificação das formas simbólicas iniciou-se com a coleta do noticiário produzido pelos jornais O Liberal e Diário do Pará sobre o plebiscito. Após a leitura atenta do material, o passo seguinte foi separar os dados a partir dos formatos jornalísticos, conforme apresentado na seção Metodologia. A maior parte das publicações sobre o plebiscito no Pará foi do gênero informativo, com o predomínio das notícias. Rabaça e Barbosa (2011) afirmam que a notícia é a matéria-prima do jornalismo. Sousa (2011), que a notícia passa para reportagem quando ultrapassa os dois mil caracteres. Lage (2005, p. 139), que a diferença entre a notícia e a reportagem consiste na “intensidade, profundidade e autonomia do jornalista no processo de construção da matéria”.

O Liberal e Diário do Pará, com maior frequência no segundo, reuniram várias notícias relacionadas ao plebiscito no Pará e publicaram-nas próximas umas das outras, numa mesma página. Se a observação fosse apenas para o tamanho dos textos, poderia se ter a impressão de que se tratavam de reportagens. No entanto, após a leitura mais atenta, verifiquei que eram diferentes notícias. As formas simbólicas foram identificadas nessa leitura, buscando sentidos nos textos individuais e em conjunto.

Uma das formas simbólicas iniciais sobre o plebiscito no Pará remete à ideia de vitória e de derrota. Embora tenha se tratado de uma consulta popular, a questão foi abordada pelos dois jornais como ganho ou perda, nascimento ou morte. A permanência do Estado uno virou “Não”, enquanto a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós, juntos e não separados, viraram “Sim”<sup>23</sup>. O Pará “venceu” os territórios de Carajás e de Tapajós.

O dinheiro, da mesma forma, foi outra forma simbólica presente na cobertura dos dois periódicos. Quanto a metrópole iria perder em arrecadação com os tributos do interior do Estado; o custo total da consulta pública; os recursos financeiros para que Carajás e Tapajós se sustentassem – essas e outras questões foram tratadas quando se abordou o aspecto econômico da divisão do Pará. Mais do que perder nas urnas, interessou saber o quanto a divisão do Pará iria custar aos cofres públicos estaduais, quiçá federais. As imagens 6, 7 e 8 são exemplos de como o dinheiro foi explorado pelos dois jornais.

---

<sup>23</sup> As práticas discursivas dos jornais O Liberal e Diário do Pará não estiveram dissociadas do tecido social. A polarização entre “Sim” e “Não” foi resultado das estratégias utilizadas pelas campanhas eleitorais. Mendonça e Cal (2012, p. 112) afirmam: “Foram constituídas (...) quatro frentes parlamentares: a contra a criação de Carajás (liderada pelo deputado Zenaldo Coutinho, PSDB); a em favor de Carajás (João Salame, PPS); a contra a criação de Tapajós (Celso Sabino, PR); e a em favor de Tapajós (Lira Maia, DEM). (...) As campanhas das frentes do SIM foram unificadas e o mesmo ocorreu com as do NÃO, gerando uma forte polarização. Quem coordenou a campanha do SIM foi o baiano Duda Mendonça, e a do NÃO foi orquestrada pelo publicitário paraense Orly Bezerra.”

**Imagem 6** Manchete de 26 de junho

TSE já estuda  
o formato da  
consulta: custo  
será de R\$ 5 mi

Fonte: Diário do Pará, versão eletrônica

**Imagem 7** Manchete de 20 de novembro

PLEBISCITO  
Frente pró-divisão  
arrecada R\$ 1,3 mi

Fonte: Diário do Pará, versão eletrônica

**Imagem 8** Manchete do caderno *Poder*, de 5 de junho

**Plebiscito vai custar R\$ 13,5 milhões**

Fonte: O Liberal digital

A desconfiança em relação ao plebiscito no Pará foi uma forma simbólica predominante, principalmente, nos comentários do leitor, publicados, de forma exclusiva, pelo Diário do Pará. Questionou-se quem sairia beneficiado com a divisão ou com a manutenção do Pará; quem ganharia ou quem perderia. Da mesma forma, os divisionistas foram tratados como “não paraenses”, como forasteiros<sup>24</sup> que queriam se beneficiar da divisão, pois os paraenses “de verdade” não advogariam pela divisão do Estado. Na contramão, os divisionistas reduziram o Pará a Belém e a acusaram de oprimir o interior, conforme podem ser constatadas nas manchetes destacadas nas imagens 9 e 10.

---

<sup>24</sup> O embate entre os “forasteiros” e os “paraenses de verdade”, numa perspectiva metodológica diferente da empreendida nesta pesquisa, é abordado por Mendonça e Cal (2012, p. 116). Ao analisar a troca de argumentos em um grupo sobre a divisão do Pará do *Facebook*, os autores observaram que a ideia de ser “paraense de verdade” foi mobilizada para questionar reivindicações de que a divisão do Pará seria boa para toda a população. O foco da discussão dos participantes não estava nos argumentos em si, mas sim na idoneidade dos falantes: os forasteiros não estariam preocupados com a integridade das terras estudais, pois estariam em busca, apenas, de explorar as riquezas do Pará. A própria participação do publicitário Duda Mendonça na Campanha do SIM foi alvo de críticas contundentes pelos participantes do grupo *on-line*. “A ideia dos emancipacionistas como forasteiros, principalmente os de Carajás, foi reforçada pelo fato de ter sido escolhido para coordenador de campanha um profissional baiano, cuja relação com o Pará estaria ligada à propriedade de uma fazenda no sul do estado. Dúvidas sobre a integridade ética do Duda também respingaram na campanha do SIM” (MENDONÇA e CAL, 2012, p. 117). Os autores constataram que prezar pela unidade do Estado era demonstração de paraensidade, ainda que o participante não tivesse, necessariamente, nascido no Estado do Pará.

**Imagem 9** Manchete de entrevista com sociólogo, publicada em 28 de novembro



PLEBISCITO

# Jogo de interesse ou reorganização?

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 10** Manchete de reportagem publicada em 7 de dezembro



DIVIDIR OU NÃO? EIS A QUESTÃO!

# Plebiscito do dia 11 opõe Belém a interior

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

De acordo com revisão da literatura empreendida no capítulo 2, a noção de estrangeiro surge a partir da ideia da diferença que não se pode ou não se sabe como aceitar. Os estrangeiros do plebiscito no Pará são os que advogam em favor, principalmente, do Estado de Carajás – os quais vieram de outros Estados atrás dos minérios da Serra dos Carajás. Diferente da caracterização proposta por Kristeva (1994), esses estrangeiros são majoritariamente homens, e não mulheres.

No gênero opinativo, a incidência maior foi dos selos que acompanhavam todas as publicações sobre o plebiscito no Pará. O selo não estava, necessariamente, interligado com as notícias publicadas pelos jornais, e sim se apresentava como elemento ilustrativo – de forma que o leitor, à primeira vista, pudesse identificar que a notícia relacionada se tratava do plebiscito no Pará. Na amostra, foi identificado apenas um selo de O Liberal, ao passo que o Diário do Pará teve cinco selos diferentes: o Pará dividido; o “Sim” e o “Não”, um em oposição ao outro; um único selo publicado 40 dias antes do plebiscito; e o selo indicando a vitória do “Não” sobre o “Sim”. Imagens 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

**Imagem 11** Único selo utilizado por O Liberal



Fonte: O Liberal digital

**Imagem 12** Selo indica o Estado dividido



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 13** Selo contra a divisão do Pará



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 14** Selo a favor da divisão do Pará



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 15** Selo aparece no dia 2 de novembro



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 16** Selo utilizado após o plebiscito



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

Separação, divisão, quebra e contraste foram as formas simbólicas identificadas nas imagens 11, 12, 14 e 15. As diferenças presentes no(s) território(s) paraense(s) são reforçadas nesses selos. As imagens 13 e 16, por outro lado, indicam a união e a igualdade entre todos os habitantes do Estado. Conforme abordado no capítulo 2, o trato da igualdade e da diferença não ocorre sem conflito. O Diário do Pará, responsável pelos selos em questão, acaba por mascarar essas diferenças.

A ideia de retalhamento das terras estaduais, tais como se faz num papel ou num tecido, também estiveram presentes em outros formatos da amostra. A imagem 17, por exemplo, mostra uma foto-legenda publicada por O Liberal, que reforça as formas simbólicas de separação.

Imagem 17 Foto-legenda em O Liberal. Edição de 1 de junho.

# Senado aprova plebiscito do Tapajós

**NOVO ESTADO**  
Consulta popular terá que acontecer em um prazo de seis meses

**BRÁSILIA**  
THIAGO VILARINS  
Da Soturnal

O plenário do Senado Federal aprovou na noite de ontem a realização do plebiscito sobre a divisão do Estado do Pará, para a criação da nova unidade federativa do Tapajós. O substitutivo prevê a criação do novo Estado a partir da desintegração de 27 municípios paraenses da parte oeste do Pará. A matéria seguirá para promulgação do presidente da Casa.

O plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós deverá ser feito em até seis meses. A

população do Pará deverá opinar, na mesma ocasião, a respeito da criação do Estado de Carajás, originário da divisão da região sul e sudeste do território paraense. O plebiscito a respeito de Carajás foi aprovado no início do mês na Câmara e foi promulgado pelo senador José Sarney (PMDB-AP) na última sexta-feira.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) se posicionou inicialmente contra a divisão do Pará e lembrou que ela é uma das pessoas que foram obrigadas a migrar, ainda criança, da região do Tapajós em busca de melhores condições de vida e estudo. Na opinião de Marinor, a falta de políticas públicas e atenção dos governos resultou na ideia de separação. "Eu tenho a tranquilidade de dizer que, na história do Pará, na trajetória política dos políticos do meu Estado, os governos que

## ESTADO TERIA 27 MUNICÍPIOS



Almeirim	Belterra	Placas	Monte Alegre
Prainha	Santarém	Aveiro	Porto de Moz
Alenquer	Vitória do	Itaituba	Jacareacanga
Óbidos	Xingu	Trairão	Senador José Porfírio
Orizânia	Altamira	Brasil Novo	Terra Santa
Faro	Medicilândia	Curuá	Mojui dos Campos
Juruti	Uruará	Rurópolis	Novo Progresso

se sucederam foram os grandes responsáveis pelo sentimento de separação que uma parcela significativa da população tem naquela região", afirmou a senadora. "Mas eu não vim aqui para mentir, para ser subversivo a ninguém. Eu vim aqui para defender o que eu acredito: para defender melhores condições de vida para o povo do meu Estado, um Estado rico, que, enquanto tiver políticos como Jader Barbalho, que há 25 anos saqueia os cofres públicos do Estado, não vai ter condições de vida, nem dividindo, nem separando, nem juntando o Estado", completou. Apesar disso, Marinor defendeu que se faça o plebiscito por acreditar que a consulta popular é o processo mais democrático para uma decisão como essa.

Para Maria do Carmo, prefeita de Santarém, possível

**"Consulta popular é o processo mais democrático", disse Marinor**

futura capital do Tapajós, os senadores deram um importante sinal de que estão em consonância com a vontade popular. "A democracia está cada vez mais consolidada no País, porque mesmo os que são contra a divisão do Estado, estavam juntos hoje na defesa do plebiscito. Isso quer dizer que todos são favoráveis do povo se manifestar, exercer plenamente o seu direito de cidadania. E eu fico feliz porque o Senado compreendeu o quanto é importante ouvir a população sobre seu próprio destino", comemorou a prefeita, presente no plenário.

Fonte: O Liberal digital

Observei, da mesma forma, que Carajás e Tapajós não tiveram imagens representativas, apesar do número considerável de fotografias na amostra. Quando se falou nos dois territórios, em relação a este formato, em especial, as formas simbólicas remetiam aos representantes políticos das frentes contrárias e favoráveis à divisão – o que no jargão jornalístico se chama de “bonecos”. O Pará foi representado, principalmente, pelo governador Simão Jatene e pelo então deputado federal Zenaldo Coutinho (ambos do PSDB); Carajás, pelo deputado estadual, na época, João Salame Neto (PROS); e Tapajós, pelo deputado estadual Lira Maia (Democratas – DEM). A imagem 18 reúne, de uma só vez, alguns dos principais nomes do plebiscito no Pará.

A maioria das fotografias publicadas por O Liberal e Diário do Pará era de homens, e não de mulheres. Ou seja: Carajás e Tapajós foram representados por políticos do sexo masculino. As únicas imagens de mulheres foram a ex-prefeita de Santarém, Maria do Carmo (PT), a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB); e a cantora Fafá de Belém. Há um boneco de cada uma em diferentes edições do Diário do Pará. O Liberal, por sua vez, limita-se a publicar o recorte da presidente Dilma Rousseff (PT), uma única vez.

**Imagem 18** Principais representantes das frentes favoráveis e contrárias à divisão do Pará



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 19** Cantora Fafá de Belém, em edição do Diário do Pará de 14 de novembro



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

Apesar do elevado número de notícias e reportagens, houve poucas chamadas sobre o plebiscito no Pará na capa dos dois jornais. Os dois únicos editoriais do período são de O Liberal, publicados nos dias 13 e 18 de dezembro, com o ponto de vista do veículo de comunicação a respeito do resultado do plebiscito – apontando para a “vitória” do Estado do Pará, para a “vitória” do “Não”. Isso revela que o jornal das ORM, enquanto instituição, pouco se manifestou de forma oficial sobre a divisão do Pará. O editorial, que deveria revelar o posicionamento do veículo diante de um acontecimento histórico para o Pará, não existiu sequer no Diário do Pará – revelando que o jornal da RBA não quis se posicionar claramente sobre o plebiscito. Entendi que o silenciamento proposital dos periódicos já revelara o posicionamento contrário à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós – já que, ao ignorar o acontecimento, reduz a sua importância social.

O Liberal, tradicionalmente, apoia o governo de situação e, em especial, o PSDB, conforme explanação feita na seção “Metodologia”. Uma vez que o governador Simão Jatene já havia manifestado, claramente, posição contrária à divisão do Pará, o silenciamento do jornal das ORM representa um reforço estratégico para que não houvesse debate social sobre o tema. Em relação ao Diário do Pará, Aquino (2013) mostra que a maioria das prefeituras,

em 2011, pertencia ao PMDB e ao aliado PT. O jornal, cujas ligações são estreitas com a família de Jader Barbalho, não quis se indispor com a própria base, já que o periódico circula em todo o Estado. Da mesma forma que não quis contrariar seus principais leitores: os eleitores de Belém, cuja maioria era contrária à divisão do Pará.

Quanto aos cartuns, a amostra revela a presença de charges. Rabaça e Barbosa (2011, p. 126) classificam-nas como um tipo de cartum, cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. O conhecimento prévio, por parte do leitor, do assunto da charge é fator essencial para a compreensão. A mensagem contida na charge é eminentemente interpretativa e crítica, podendo ter o peso de um editorial.

As charges foram pouco exploradas pelos dois jornais. O Liberal publicou uma única charge no dia 14 de novembro, expressando o ponto de vista a respeito da pesquisa de intenção de votos para o plebiscito, repercutida, no dia anterior. Encomendada pela TV Liberal, o instituto Datafolha verificou que 58% dos eleitores paraenses eram contrários à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós, ao passo que 33% eram favoráveis. A imagem 20 revela o enfraquecimento dos divisionistas, isto é, o pouco poder de “cortar” o Pará. A motosserra nas mãos dos políticos pode ser entendida, ainda, como uma crítica velada aos divisionistas, associando a eles o desmatamento da Amazônia.

**Imagem 20** Única charge publicada por O Liberal



Fonte: O Liberal digital

O Diário do Pará publicou dois cartuns durante o período analisado. O primeiro deles, em 21 de junho, trata-se de uma charge que faz uma brincadeira com o futebol paraense. O Leão, símbolo do clube do Remo, que já há alguns anos disputa a série D do campeonato brasileiro e não participa de outras competições nacionais, vê-se dividido entre o arquirrival Paysandu, o “Papão” – representando o futebol da capital – e o Independente, de Tucuruí, o “Galo Elétrico” – em nome do futebol do interior do Estado. Trata-se da única situação em que o plebiscito no Pará é tratado com humor. A charge foi publicada na capa do jornal.

**Imagem 21** Charge de Atorres brinca com o futebol paraense e a divisão do Pará



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

A outra imagem analisada trata-se de um cartum, publicado em 28 de novembro, que acompanha a entrevista de dois estudiosos sobre a questão territorial: o sociólogo Herbert Toletto Martins, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e o geógrafo Donizete Cazzolato, do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Não classifico a imagem como ilustração, tampouco como foto-legenda, pois ela não utiliza outros elementos gráficos, como a legenda. O cartum mostra-se rico em formas simbólicas, pois, de fato, os habitantes do(s) território(s) paraense(s) desconhecem uns aos outros e podem ter votado sem considerar o processo de forma holística (na imagem representada pela bandeira do Pará, ao fundo).

**Imagem 22** Cartum publicado no caderno *Cidades*



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

Nos próximos itens, algumas particularidades da cobertura serão tratadas de forma separada, como o episódio envolvendo a final do campeonato paraense de futebol de 2011 e a interlocução entre pessoas distantes por intermédio dos comentários do leitor.

### **3.1.1 Participação especial: a final entre Paysandu e Independente**

As notícias sobre o plebiscito, publicadas por O Liberal e Diário do Pará, majoritariamente, estavam nos cadernos Atualidades e Poder, no caso do jornal das ORM; Cidade e Brasil, no jornal da família Barbalho. Em 22 de junho de 2011, no entanto, O Liberal publicou notícia sobre a consulta pública no caderno Esporte. Tratava-se da final do campeonato paraense daquele ano, entre Paysandu e Independente – com vitória do segundo time.

No primeiro jogo, realizado no estádio municipal Antônio Dias, conhecido como “Navegantão”, no dia 19 de junho, em Tucuruí, os jogadores do Paysandu entraram em campo com uma faixa que tinha os dizeres: “Não à divisão do Pará”. Os torcedores que estavam no local vaiaram o time da capital e o time do Independente prometeu entrar em campo, na próxima partida, a ser realizada no domingo seguinte, 26 de junho, no estádio estadual Jornalista Edgar Augusto Proença, o “Mangueirão”, em Belém, com outra faixa com dizeres a favor da criação dos Estados de Carajás e de Tapajós. A imagem 23 mostra o infográfico que compôs a página de O Liberal sobre o assunto.

**Imagem 23** Infográfico mostra como ficaria a divisão dos times de futebol paraenses com a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós



Fonte: O Liberal digital

O esporte sempre esteve associado à cultura, à política e à comunicação, contudo, no contexto da comunicação de massa, as proporções são ampliadas. Moraes (2012, p. 12) afirma que, no decorrer do século XX, os meios de comunicação de massa propiciaram maior exposição do esporte e, conseqüentemente, a construção de um novo Fenômeno que mobiliza milhões de pessoas, cujas atenções voltam-se para um mesmo espaço, como atrativo de manifestações de comunicação e cultura.

A comunicação e o esporte são praticados por pessoas. Essencialmente são práticas humanas. As repetições dos movimentos perfeitos comunicam. São mensagens carregadas de sentidos como quaisquer outras. Do mesmo modo, pressupõe o outro, a presença do outro. O eterno mostrar-se, querer ser visto como pura existência. É nesse sentido que comunicação em uma de suas várias acepções significa interação, agir com o outro, estar e fazer com o outro. O coletivo, o grupo, a equipe participam, comunicam, difundem e constroem comunidades (MORAIS, 2012, pp. 12-13).

Os meios de comunicação de massa são os responsáveis pelas mediações e interações entre as pessoas. Nada mais natural que, inserido nesse contexto, o esporte fosse palco de uma manifestação relacionada ao plebiscito no Pará e isso fosse registrado pelos jornais. O calendário do campeonato paraense encerra-se no final do primeiro semestre. A partir de

então, os times que possuem vagas nos campeonatos nacionais iniciam outras disputas. Como os decretos legislativos aprovando a realização do plebiscito foram publicados há menos de um mês da referida data, a campanha do time do Paysandu contra a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós mostrou-se oportuna.

Mais ainda: a partida final entre Paysandu e Independente revelou a oportunidade para o time de Belém levar sua mensagem aos torcedores do interior, vista por estes como afronta. A discordância com o pensamento do Paysandu evidencia momento oportuno de comunicação, causado por gestos significantes e pela retroatividade de estímulos e reações, registrado pelo jornal O Liberal. O plebiscito no Pará foi um gesto significativo para todos os paraenses, portanto chamou a atenção de todos os presentes no estádio do “Navegantão”, em Tucuruí. O fato de a torcida local ter vaiado os jogadores da capital revelou que o outro, o migrante, o estrangeiro, aquele que vem de fora ainda é visto com maus olhos. A habilidade dos meios de comunicação consiste em gerenciar esses diferentes pontos de vista e de existência ao disponibilizar as informações para públicos distantes, que não presenciaram o acontecimento, de forma a evitar o conflito desrespeitoso.

### **3.1.2 Comentários do leitor**

Na amostra, os comentários do leitor estiveram em maior quantidade dentre os formatos do gênero opinativo. Da mesma forma, estiveram presentes apenas no Diário do Pará, e não em O Liberal. Os comentários do leitor são exemplos do que Braga (2006, p. 22) chama de sistema de resposta social. Diferentes das instâncias de produção e de recepção, por meio desse terceiro sistema, a sociedade pode agir e produzir não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social.

Os comentários dos leitores são “o espaço em que o leitor e o jornalista podem cotejar perspectivas sobre os acontecimentos sociais, em que os leitores falam com o jornal, no jornal e eventualmente sobre o jornal” (BRAGA, 2006, p. 133). Dentre os comentários dos leitores presentes no plano de amostragem, a imagem 24 mostra o início de uma interlocução gerada a partir do comentário de um leitor de Marabá.

Imagem 24 Comentário do leitor publicado no dia 8 de junho de 2011

## Divisão do Pará

**João Batista F. Silva**  
Morador de Marabá

Não tenho nada contra o pessoal de Belém e nem entendo o porquê de muitos relutarem contra a divisão desse monstro, impossível de administrar. O pessoal de Belém devia deixar o conforto da capital e adentrar o Estado, percorrendo estradas como a Transamazônica, aberta em 1972 e nunca asfaltada, porque está justamente na área que deseja a separação.

No Estado do Tocantins, criado em 1988, todo o percurso da Transamazônica, com

exceção de pequena área indígena, está toda pavimentada.

Também, o povo de Belém não precisa se preocupar com os políticos daqui. Certamente não serão piores do que aqueles que povoam a Assembleia Legislativa do Pará, que ora está sob investigação de desvio de verba. Que vergonha, não?

Se o sul e sudeste do Pará são regiões pobres ou ricas, não é da conta do pessoal de Belém. Os impostos gerados aqui é suor de quem os produz. Portanto, deixemo-lo administrar o que lhe pertence.

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

A partir dessa publicação, motivaram-se respostas, conforme imagens 25, 26 e 27 publicadas entre 9 e 12 de junho de 2011.

Imagem 25 Resposta ao comentário de João Batista F. Silva

## Avante, querido Pará!

**Edivaldo da Silva Silva**  
waldik1960@hotmail.com

**B**om dia, amigos paraenses dos 144 municípios! Vou me reportar para esse morador de Marabá, como ele mesmo fala. Bom, para ele é só uma divisão-zinha, para os paraenses de verdade não é, esse moço se diz morador de Marabá, mas fala com se Marabá não fosse Pará.

O fato é que ainda assim somos um povo forte, esses

separatistas não têm a noção do tamanho do estrago que essa divisão vai fazer na vida de todos nós. Sou paraense, gosto do meu estado do jeito que ele é, quem não gosta que procure outro estado para viver, mas deixe o Estado do Pará em paz.

No caso do seu João Batista, com certeza ele não é paraense, pode apostar. Se fosse, ele não falaria "o pessoal de Belém" como se fôssemos diferentes, pois paraense que é paraense não se

reporta assim para os moradores da capital do Estado do Pará, que é Belém. Ele mesmo diz que não tem nada contra, mas como não, se ele é um separatista? Uma coisa é certa: esses que são a favor da divisão do Pará não sabe da luta do povo paraense para manter este Estado como ele é hoje. O povo vai vencer de novo, por um Pará unido e mais forte.

Avante, meu querido Estado do Pará. Nós vamos vencer, vencer e vencer!

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

Imagem 26 Tréplica de João Batista F. Silva em favor da divisão do Pará

## Avante, Pará com Carajás e Tapajós!

João Batista F. Silva  
jbatista0348@hotmail.com

**P**arece que eu, João Batista, e o Edivaldo Silva somos irmãos de sangue e tão paraenses que até utilizamos numerais em nossos endereços de internet e, também, o mesmo serviço eletrônico gratuito. Que maravilhosas coincidências!

Envio a ele este recado para informar que sou paraense, nascido em Marabá, formado pela UFPA

(jornalismo) em Belém, onde vivi por quase 30 anos, dos quais mais de 20 trabalhando no Banpará.

Antes de tudo, sou brasileiro. Qualquer pessoa deste país tem o direito de manifestar-se contra ou a favor da divisão do Pará. Eu sou a favor da divisão e espero contar com a compreensão de toda a população paraense para conungar da mesma ideia, porque aqui, na região que compreende o futuro Estado de Carajás, quase não existe presença do governo deste imenso Pará que ele,

Edivaldo, tanto defende do tamanho que está.

A divisão do Estado é apenas uma nova configuração política. Nós continuaremos irmãos da mesma forma. Ele ou você, caro leitor, não serão impedidos de visitar a futura capital de Carajás e nem eu de ir a Belém quando quiser. No entanto, essa divisão irá fortalecer politicamente a região Norte e melhorar significativamente as administrações estaduais. Territórios menores são melhores de administrar e

Belém, ou melhor, o novo Pará, além de menor será o mais rico da região.

Não leve a sério o estudo do Ipea. Procure ler também "Assimetrias Regionais no Brasil", de Célio Costa, o mesmo que fez o estudo de viabilidade do Estado do Tocantins. A base desse estudo é o IBGE, não é uma invenção. Os dados apontam que somente o Estado de Tapajós, o mais pobre dos três, terá menos condições econômicas, porém é perfeitamente viável.

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

Imagem 27 O comentário de João Batista F. Silva provoca mais discussão

## Um recado direto aos chamados separatistas

Raimundo Cavalcante  
São Miguel do Guamá/PA

Dirijo-me não só ao João Batista, mas a todos os separatistas. Quero dizer que sempre me coloquei a favor da divisão do Estado em dois, mas como está colocado para divisão em três, eu seria tão irresponsável, quantos aos que querem a divisão como está colocada. O Sr. João Batista quer a divisão dizendo que as rodovias BR-230 e BR-163 abertas há mais de 40 anos nunca foram asfaltadas, culpando o governo do Estado, como se essas obras fossem de responsabilidade do Estado do Pará! Prestem atenção, separatistas: ausência que sentimos não só aí, mas em toda região Norte. Não é só o Governo do Estado, mas sim do Governo Federal que não tem o menor interesse em contribuir absolutamente em nada na região Norte.

Quero adiantar que na região não está incluído o Estado do Tocantins que recebe tratamento que recebia antes da separação. Você, João Batista, juntamente com outros separatistas, precisam usar uma coisa que é só dos seres humanos, que é o "raciocínio". Vocês

separatistas, se querem o desenvolvimento não só das duas regiões, mas do Pará como um todo, coloquem para fora das duas regiões as ONGS infiltradas aí que trabalham contra o Pará.

Depois disso cobre do Governo Federal a conclusão de todas as obras de sua responsabilidade. O Sr. João Batista tá falando apenas em duas rodovias, mas tem mais. Eu vou citar só mais uma: a Belo Monte. Vocês já prestaram atenção quem está trabalhando contra esta obra tão importante para o Estado do Pará? Se liguem.

Um conselho aos separatistas. Se vocês querem o desenvolvimento da região de vocês, e eu quero do Norte como um todo, por que não levantamos a bandeira da divisão do Norte do resto do Brasil? Quero dizer a vocês, que com divisão ou sem divisão vocês vão continuar na pindaíba, porque a região Norte não é tratada como Norte do Brasil, e sim como Brasil do Norte. Esta região está para o resto do Brasil, como o Brasil está para os países ricos.

Sigam meu raciocínio: vocês sabem quantas vezes os candidatos à Presidência vieram ao Pará? Por isso vou repetir: se liguem, porque o cego não é o puxado na vara, e sim o que não quer ver.

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

A sequência dos comentários chama a atenção pelo caráter argumentativo: o leitor João Batista F. Silva afirma ser a favor da divisão do Pará pela falta de investimentos no território de Carajás, a exemplo da rodovia Transamazônica, que nunca fora completamente asfaltada. O leitor também associa o Estado do Pará a um “mostro impossível de administrar” e relembra a criação do Estado de Tocantins, por meio da Constituição Federal de 1988, a partir do desmembramento do Estado de Goiás, como experiência bem-sucedida. Além disso, João Batista F. Silva marca a diferença entre ele, que é morador de Marabá, e o “pessoal de Belém”, como representantes do Pará remanescente. Nesse comentário, as formas simbólicas de quebra e de separação são marcadas no discurso do leitor, pois, com a divisão, os problemas de Carajás não seriam de responsabilidade do “pessoal de Belém” – cada um cuidaria do que lhe é próprio.

Edivaldo da Silva Silva contraria o argumento de João Batista F. Silva, ao afirmar que os “paraenses de verdade” são um “povo forte” e são todos os habitantes dos 144 municípios. Ainda que João Batista tenha afirmado ser morador de Marabá, Edivaldo Silva acusa-o de não ser paraense, isto é, classifica-o como estrangeiro, pois os “paraenses de verdade” não fazem diferença entre “o pessoal de Belém” e os demais habitantes do interior do Estado. Com essas afirmações, é possível interpretar que Edivaldo da Silva Silva corrobora a visão de que o plebiscito no Pará, antes de ser consulta popular, trata-se de um embate, do qual alguém precisa sair vitorioso – provavelmente, o Pará inteiro, já que são “um povo forte”. Da mesma forma, a consciência da diferença é negada por Edivaldo Silva, pois prefere afirmar que o Pará não possui diferenças a indicar formas de administrá-las.

A réplica de João Batista adota o tom conciliador, pois inicia a prática discursiva ressaltando as similaridades com Edivaldo Silva: a utilização de numerais nos endereços eletrônicos e o mesmo serviço de *e-mail* gratuito. Na visão de João Batista, os dois leitores são “irmãos de sangue” e igualmente paraenses – dessa forma, também ignora as diferenças entre os territórios paraenses. João Batista tenta inserir o tema do plebiscito no Pará no cenário nacional, uma vez que afirma ser brasileiro e que “qualquer pessoa deste país tem o direito de manifestar-se contra ou a favor da divisão do Pará”. Contudo, de acordo com os decretos legislativos apresentados no capítulo 1, apenas a população diretamente interessada poderia votar no plebiscito no Pará. Ainda que o processo se insira na trajetória de expansão da fronteira amazônica, o governo federal não se envolveu no tema e, portanto, por mais que

todos os brasileiros pudessem formar opiniões sobre o plebiscito no Pará, apenas os paraenses decidiram sobre o futuro do Estado.

João Batista reafirma a ausência de políticas públicas no território de Carajás, no entanto, diferente do isolamento do primeiro comentário, indica a possibilidade de manter relações entre os Estados de Carajás e do Pará remanescente: “nós continuaremos irmãos da mesma forma”. Para João Batista, a divisão do Pará iria fortalecer a gestão pública, uma vez que os territórios seriam menores, porém ainda deixa marcas de ranço quando menciona a diferença entre o território de Carajás e “Belém, ou melhor, o novo Pará”. A experiência de criação do Estado do Tocantins é, novamente, mencionada como exemplo a ser seguido. Somente no final do comentário, João Batista cita o Estado do Tapajós como cenário economicamente viável, contudo não se aprofunda nos argumentos.

A sequência argumentativa é encerrada por Raimundo Cavalcante, de São Miguel do Guamá, que recapitula o comentário inicial de João Batista F. Silva e o insere numa perspectiva mais ampla. Raimundo Cavalcante afirma que preferiria a divisão do Pará em dois Estados, e não em três, como propunham os decretos legislativos. Acusa os divisionistas de irresponsáveis, pois a má administração do Estado do Pará não cabe, somente, aos governantes estaduais, mas também ao governo federal – que, assim como não pavimentara a Transamazônica, também deixou por fazer a BR-230 e a BR-163. Nesse comentário, o plebiscito no Pará é posto, pela primeira vez, como um problema da região Norte. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é citada por Raimundo Cavalcante como questão a ser debatida socialmente, pois se trata de outra intervenção do governo federal em terras estaduais.

A seleção dos quatro comentários do leitor, publicados no Diário do Pará, revela a possibilidade de, a partir desse formato, falar ao jornal e para os públicos mais distantes, por meio dele, a respeito do plebiscito no Pará – ou de qualquer outro tema de interesse público. Na amostra, não observei comentários criticando o tratamento dado pelo jornal a respeito do pleito, mas apenas reações dos leitores contrárias ou favoráveis à divisão do Pará.

Para que a interlocução ocorra não basta que o teor dos comentários seja razoável, mas é preciso ultrapassar a barreira da seleção feita pelo jornal – o que as teorias do jornalismo chamam de *gatekeeper* ou teoria da ação pessoal, explicadas no capítulo 2. A edição pode, por exemplo, inviabilizar críticas ao jornal. Nos comentários do leitor do Diário do Pará, não fica claro qual o critério de seleção utilizado para que um comentário seja publicado. O formato

revela-se em potencial para aprofundar debates e analisar coberturas feitas pelo próprio veículo, no entanto mostra-se aquém das próprias possibilidades. No que se refere ao plebiscito no Pará, de forma geral, os leitores que eram contra a divisão do Estado do Pará se mostraram de forma apaixonada, clamando uma suposta união contra a invasão forasteira. Já os que advogavam a favor da criação de Carajás e de Tapajós, constantemente, alegavam a melhor aplicação dos investimentos em todo(s) o(s) território(s) paraense(s).

### 3.2 11 DE DEZEMBRO DE 2011: O DIA DO PLEBISCITO NO PARÁ

No dia em que foi realizado o plebiscito, o segundo domingo de dezembro de 2011, os dois jornais apresentaram notícias produzidas anteriormente, uma vez que a edição fora finalizada na madrugada do dia 10. As imagens 28 e 29 mostram as manchetes de capa dos jornais O Liberal e Diário do Pará, respectivamente.

**Imagem 30** Capa de O Liberal, no dia do plebiscito



Fonte: O Liberal digital

Imagem 31 Capa do Diário do Pará, no dia do plebiscito



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

A relação com os outros, isto é, com o território de Carajás e de Tapajós, estabelecida pelos dois jornais é de briga, de divisão, de cisão. A ideia recorre desde os selos utilizados pelos dois periódicos, os quais apontam para o retalhamento do Estado do Pará, caso fosse aprovada a criação das duas unidades federativas. O Liberal utiliza o pronome demonstrativo na variável masculina “este” para falar do Estado inteiro, ignorando as particularidades de cada território e as relações estabelecidas entre eles, tratando todo o território pela ideia de igualdade. Contudo, ao falar da possível criação de Carajás e de Tapajós, utiliza o pronome demonstrativo na forma invariável “isto”. Reforça a separação e a divisão territorial, como também expressa a negação e o desprezo por essa decisão.

O Diário do Pará corrobora a briga territorial travada pelas frentes políticas de apoio e contrárias à criação dos estados de Carajás e de Tapajós, por meio das mãos puxando (até rasgar?) a bandeira do Pará. A estrela da bandeira, que é oficialmente azul, está negra, assim como a conjunção alternativa “ou” e o ponto de interrogação. Tradicionalmente, negro lembra morte ou luto – indicando que a decisão tomada naquele dia poderia representar a morte do Pará, mas não o nascimento de Carajás e de Tapajós. “Sim”, indicando o consentimento para a criação dos dois territórios, está em verde para lembrar as cores adotadas ao longo da campanha a favor da divisão – verde e amarela, que são as mesmas cores da bandeira e do

Brasão de Marabá, provável capital do Estado de Carajás. Tapajós apropria-se dessas cores, mas elas não representam, de fato, qualquer aspecto da realidade tapajônica. “Não” está em azul, cor da estrela na bandeira do Pará, e maior que o “Sim”. Nesta argumentação, observo a posição do jornal contrária à divisão do Pará, ainda que de maneira mais sutil que O Liberal.

O Liberal publicou sete notícias, informando os procedimentos para os eleitores; os custos do pleito; a ação do Ministério Público para reprimir crimes eleitorais; os desdobramentos, para o caso de ser aprovada a divisão do Estado; argumentos recorrentes à divisão e à manutenção do Pará; diferenças socioeconômicas entre os territórios do Pará remanescente, de Carajás e de Tapajós; além de uma entrevista com o economista e pesquisador Gilberto de Souza Marques (UFPA), que destaca os ressentimentos que poderiam ficar na população que fosse minoria nas urnas.

O Diário do Pará publicou seis notícias: a principal delas traçou os cenários e apresentou um balanço sobre a campanha a favor da criação dos Estados de Tapajós e de Carajás. As demais foram: a visão de um pesquisador a respeito do processo de divisão do Pará; e a mobilização da véspera do plebiscito em Belém, em Marabá e em Santarém. Das coberturas de ambos os periódicos, destaco aspectos diferentes. Em O Liberal, chamo atenção o fato de, pela primeira vez, um recorte da presidente Dilma Rousseff (PT) ilustrar a informação contida na página 8, do caderno Poder, conforme imagem 30.

**Imagem 30** Contextualização do plebiscito no cenário nacional

**PLEBISCITO**

## Aprovação não assegura divisão imediata

**PROCESSO**  
Caso o "Sim" vença, resultado terá ainda que passar por voto do Parlamento

**BRÁSIA**  
**THIAGO VILARINS**  
Da Sucursal

Uma decisão favorável à divisão do Pará no plebiscito que será realizado neste domingo não garante automaticamente o desmembramento do Estado. Em uma eventual vitória das frentes pró-divisão, o processo para a criação dos novos estados do Carajás e do Tapajós deverá se arrastar ainda por muito tempo, podendo, inclusive, nem acontecer. Diferentemente do referendo, quando uma norma já aprovada é submetida à população - como ocorreu na consulta sobre a venda de armas em 2005 -, o plebiscito apenas dá o aval para que o Congresso discuta

o tema. Portanto, se a maioria da população paraense se manifestar a favor da partição, o Congresso faz um projeto de lei que ainda tem de ser aprovado na Câmara e no Senado.

"O resultado do plebiscito é o fim de uma fase, fundamental, mas não suficiente para a divisão. Caberá às comissões do Congresso Nacional a aprovação da criação desses novos Estados, o que deverá ser muito difícil de acontecer", explica o jurista Dalmo de Abreu Dallari, referência de Direito Constitucional. Ele completa, ainda, que o resultado das urnas só será definitivo se a resposta da população for não para a divisão do Pará, o que encerraria o processo. "Aí vai começar uma nova fase de discussão, para que a gente defina regras mais claras e objetivas para a criação de novos estados."

Se a população aprovar o desmembramento, o passo seguinte será ouvir a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). Os deputados estaduais terão de elaborar e votar um parecer sobre o assunto, que será encaminhado ao Congresso Nacional. De acordo com a Constituição, a criação de novos estados só pode ser feita por meio de lei complementar, aprovada pela maioria absoluta dos parlamentares tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Ou seja, ao menos 41 senadores e 257 deputados. A bancada federal do Pará tem 20 parlamentares, e só seis deputados se dizem favoráveis à divisão.

Caso a população decida pela criação do Tapajós e do Carajás, o Congresso terá que apreciar dois projetos de lei, sendo um para cada nova unidade da federação. O teor dos projetos define a formação das assembleias, que vão determinar as constituições dos novos territórios e trazer regras básicas de funcionamento de serviços públicos e outras orientações sobre a organização dos estados, como a extensão e duração dos poderes do governador, que inicialmente seria nomeado pelo presidente.

Todo esse conjunto de regras será discutido e votado pelo Congresso, onde passará por comissões temáticas e pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois de discutido e aprovado o parecer, o projeto será enviado ao plenário da Câmara dos Deputados para um turno de discussão e outro de votação.

A mesma tramitação será seguida no Senado. Se houver alterações de conteúdo, o projeto terá de voltar para ser revisto pelos deputados.

Somente, após toda essa tramitação, que eles devem seguir para a sanção da presidente Dilma Rousseff. Muito provavelmente, o árduo caminho para a aprovação dos novos estados não se encerra com a sanção

**Se projeto de lei passar por todas as esferas, a palavra final será de Dilma**

e publicação. O processo deverá também ser contestado na Justiça. "Eu mesmo vou levar o caso para o Supremo Tribunal Federal, porque questiono a interpretação de que a 'população diretamente interessada' com a divisão, seja, exclusivamente, a população do Pará. Farei questão de distribuir o meu parecer para todos os parlamentares", afirma Dalmo Dallari.



Fonte: O Liberal digital

A criação dos Estados de Carajás e de Tapajós não seria automática, caso o resultado nas urnas fosse diferente. A interpretação/re-interpretação dos fatos a partir do contexto de ocupação da fronteira amazônica indica que a divisão do Pará não fazia parte das estratégias governamentais no âmbito federal, naquele momento. Caso o fosse, não só a imagem da presidente Dilma Rousseff seria mais explorada, como o processo seria imposto de qualquer forma para a população. Conforme a revisão bibliográfica aponta, quando atende aos interesses da Nação, as políticas governamentais são implantadas de cima para baixo. A própria criação dos municípios, no período colonial, apontada por Faoro (2012), mostra que as propostas partem de um centro político-econômico distante da realidade que será impactada. Pinto (1994) é mais explícito: a União não é, nem nunca foi parceira do Estado do Pará.

A imagem da presidente Dilma Rousseff soa até como ameaça aos divisionistas: mesmo que o resultado das urnas apontasse para a criação de Carajás e de Tapajós, caberia à esfera federal a palavra final. O jornalista Thiago Vilarins, que assina a notícia, indica que a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós “deverá se arrastar ainda por muito tempo, podendo, inclusive, nem acontecer”. O que não impede, de acordo com a extensa leitura de Becker (1997), que processos como o plebiscito no Pará ocorram – em que as elites regionais se unem para fazer frente ao poder do Estado. De fato, a amostra constatou que a briga dos divisionistas era com o governador Simão Jatene (PSDB).

Outro ponto importante na cobertura de O Liberal refere-se à foto-legenda utilizada para compor a notícia “Futuro nas mãos dos paraenses”, publicada no caderno Atualidades, conforme imagem 33.

Imagem 31 Foto-legenda sobre o plebiscito no Pará



Fonte: O Liberal digital

A imagem sugere que os indígenas e o caboclo amazônico<sup>25</sup> são os tomadores de decisão no dia do plebiscito do Pará, uma vez que o texto jornalístico informa os procedimentos a serem adotados pelos eleitores no momento de votar pela criação dos estados de Carajás e de Tapajós. O problema é que a imagem, além de não dar conta da multiplicidade de atores sociais existente sobre o(s) território(s) paraense(s), aponta para uma questão praticamente invisível ao longo de 2011: as terras indígenas. O plebiscito restringiu-se à população citadina; mais especificamente os habitantes das áreas próximas a Belém, a Marabá e a Santarém. Os que vivem nas zonas rurais e os povos indígenas não foram as principais fontes entrevistadas pelos jornalistas de ambos os jornais, assim como nenhuma informação publicada repercutiu a situação dessas populações com relação à divisão do Estado do Pará.

Ao ilustrar com esses dois personagens um texto que, em si, não traz informações relativas aos mesmos há a possibilidade de uma dupla interpretação/re-interpretação: ou os dados são novos para os indígenas e para o caboclo amazônico e eles devem prestar atenção para que não cometam erros ao votar; ou o jornal reduz a população paraense a esses dois

<sup>25</sup> Harris (2006, p. 82) afirma que caboclo é uma criação da colonização da Amazônia pelos invasores portugueses. Trata-se de uma categoria de indivíduos que partilha padrões culturais semelhantes, como a maneira de explorar os recursos ambientais e suas crenças no ambiente encantado. O caboclo vive, ou vivia, predominantemente em comunidades ribeirinhas de parentesco. Essa cultura e sociedade emergiram algum tempo antes da Cabanagem, revolta ocorrida em meados da década de 1830.

atores sociais, os quais, ao longo da história, sempre foram disciplinados. O jornal estaria ensinando as pessoas (os leitores e os eleitores) a votar – de preferência, na mesma opção que O Liberal, que é contrária à divisão do Estado.

O Diário do Pará, por sua vez, apresenta cinco fotografias no conjunto de notícias: uma de homens da Força Nacional, que atuavam em Santarém e em mais 15 municípios paraenses a fim de garantir a segurança do pleito; duas da população carregando faixas a favor da criação de Carajás e de Tapajós; uma de camisetas com a bandeira do Pará vendidas no mercado Ver-o-Peso, às margens da baía do Guajará, em Belém; uma com a bandeira do Pará sendo puxada por mãos – muito parecida com a utilizada na capa. A diferença consiste que, na foto da capa, foi utilizada a técnica da contra-luz, de forma a escurecer a estrela do Pará.

**Imagem 32** Mobilização em Santarém na véspera do plebiscito



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 33** Mobilização em Marabá na véspera do plebiscito



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

A legenda ajuda a identificar de quais locais se tratam as imagens, pois a composição é parecida. No entanto, conforme já mencionado, Carajás e Tapajós, juntas, tornaram-se “Sim” e são verdes e amarelas. Os dois territórios unem-se, não a partir das semelhanças ou diferenças, mas a partir da negação ao Pará – o “Não”, que tem a cor vermelha. No entanto os eleitores deveriam responder a duas perguntas: pela criação ou não dos Estados de Carajás e de Tapajós, de forma separada. A união dos dois Estados prejudicou Tapajós, que foi invisibilizado por Carajás.

### 3.2.1 O dia depois do plebiscito no Pará

O plebiscito foi melhor explorado pelos periódicos nos dias seguintes. Na segunda-feira, 12 de dezembro de 2011, O Liberal e Diário do Pará abordaram, principalmente, os números divulgados pelo TSE; a movimentação nas principais zonas eleitorais de Belém, de Castanhal, de Marabá e de Santarém; a articulação das frentes favoráveis à criação dos Estados de Carajás e de Tapajós para que a discussão não cessasse; bem como o posicionamento do governador Simão Jatene a partir do resultado de plebiscito no Pará. Destaco a diferença entre os conceitos de emancipação e separatismo, utilizados nos dois jornais, conforme imagens a seguir.

**Imagem 34** Manchete da notícia principal do Diário do Pará



Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 35** Manchete de notícia sobre a articulação das frentes Pró-Tapajós

**Luta por emancipação  
não acaba no plebiscito**

Fonte: Diário do Pará, edição eletrônica

**Imagem 36** Sutiã da notícia sobre o posicionamento do governador Simão Jatene

**DIVISAO**  
Separatismo surge  
da insatisfação da  
população, admite  
o governador

Fonte: O Liberal digital

A confusão entre os termos, muitas vezes utilizados como sinônimos, ao longo da cobertura sobre o plebiscito no Pará, chama a atenção. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o processo ocorrido em 2011 caracterizou-se pela possibilidade de divisão territorial. Souza, C. et. al. (2009, p. 218) explica que o Brasil se sustenta sobre o federalismo, que consiste num modelo político de soberania partilhadas, construído em função das diversidades culturais, das grandes distâncias de um país continental, bem como da dispersão populacional. Para que exista uma federação, é necessário que os entes federativos, como os Estados e os municípios, estejam em sintonia – a qual pressupõe uma divisão de poderes entre esses entes federativos, uma autonomia delimitada para cada um deles, além de um relacionamento harmonioso com o poder central. Tudo para que a divisão dos recursos seja adequada e as conexões, entre as diversas esferas do governo, seja fortalecida.

Ainda de acordo com o autor, o pacto federativo prevê que os entes harmonizem as demandas particulares com os interesses gerais. Assim

o processo de construção da federação deve estabelecer uma estrutura dualista, que permita, ao mesmo tempo, fortalecer o poder da União, criando mecanismos de centralização do poder político, mas, também a conferência de maior autonomia e maior liberdade aos estados na resolução dos seus problemas específicos (SOUZA, C., 2009, p. 219).

A ideia do federalismo é criar unidade na diversidade, possibilitando a cooperação, liberdade e igualdade entre os entes federados. Contudo há constante tensão nesse modelo político, uma vez que os diferentes interesses envolvidos resultam na impossibilidade de conciliar os grupos – às vezes, antagônicos. Daí a existência de arranjos institucionais para amenizar os conflitos e a importância do Congresso Nacional para expressar a diversidade social e o respeito aos Estados que compõem a federação.

Os diferentes interesses dos entes federativos pressionam a União para que ocorra a divisão territorial em várias localidades do Brasil, desde o desenvolvimento da chamada

República Velha (1989-1930). A partir de 1930, o processo ganhou força e segue até os dias atuais, consoante revisão feita por Bueno (2002). A criação dos Estados do Mato Grosso do Sul e de Tocantins são os exemplos mais recorrentes, quando se trata do assunto.

O uso do termo emancipação data do século XIX para se referir à abolição de restrições jurídicas aos judeus europeus, aos servos russos e aos escravos americanos (OUTHWAITE, 1996, p. 237). As palavras emancipação e libertação mantêm-se ligadas à imagística da escravidão. Em outras áreas do pensamento radical, emancipação costuma ser utilizada como alternativa ou como complemento de um vocabulário da revolução social. A obra *Ensaio sobre a libertação* (1969), de Herbert Marcuse, ampliou as tradicionais concepções socialistas de libertação para poder incorporar ideias dos movimentos estudantil e *hippie*, bem como dos movimentos de libertação feminina e homossexual.

Ainda de acordo com Outhwaite (1996), o conceito mais austero de emancipação vem de Jürgen Habermas, que se interessou para a emancipação orientada para o conhecimento, caracterizando ciências “críticas”, como a psicanálise e a crítica marxista da ideologia.

No modelo de Habermas, as ciências emancipatórias combinam o estudo dos processos causais a serem encontrados na ciência empírica com a transformação da nossa compreensão de nós próprios a ser obtida a partir da hermenêutica; eles envolvem a identificação e a remoção de obstáculos causais para a compreensão, como blocos psicológicos e ideologias sociais dominantes. Os vínculos existentes entre a ciência e dominação e a possível contribuição da ciência (incluindo a ciência social) para a emancipação humana têm sido importante tema nas teorias críticas da ciência da liberdade (OUTHWAITE, 1996, p. 237).

Apesar das diferentes abordagens do conceito de emancipação, penso que está implícita a ideia de libertação. No caso do plebiscito no Pará, consistiu em estratégia belicosa utilizar a expressão, uma vez que implicou no entendimento que Belém e o Pará remanescente dominam e oprimem os territórios de Carajás e de Tapajós – os quais precisavam ser salvos, libertos. As desigualdades no(s) território(s) paraense(s) existem e a pesquisa não objetiva tratar delas. O que discuto é que o processo de divisão territorial implicaria no rearranjo das unidades federativas, e não na libertação – até porque Carajás e Tapajós não são escravos do Pará remanescente. As assimetrias socioeconômicas são explicadas, em grande parte, pela má gestão dos recursos públicos, além da má atuação, na Assembleia Legislativa, dos representantes políticos; e não por uma impossibilidade no exercício dos direitos civis.

O separatismo, por sua vez, caracteriza-se pelo processo de independência com vistas à constituição de um Estado independente. Andrade, M. (1996) afirma que, no Brasil, as

raízes do ideal separatista estão ligadas à Revolução Farroupilha, ocorrida de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, e à Sabinada, ocorrida entre 1837 e 1838, na Bahia. Independência é situação que não se aplica ao plebiscito no Pará, posto que, ainda que os Estados de Carajás e de Tapajós fossem criados, estariam interligados às demais unidades federativas e subordinadas à União. Os dois Estados não estariam dissociados do resto do Brasil, o que reforça que se tratou de um processo de divisão territorial, e não de um separatismo.

### 3.3 E EU, O QUE FAÇO COM ESSES NÚMEROS?

Os dados coletados na amostra são os mais diversos possíveis. A pesquisa não seguiu a seara do discurso, nem da argumentação, mas partiu em busca das formas simbólicas, identificadas a partir das notícias sobre o plebiscito no Pará dos jornais O Liberal e Diário do Pará. Assim como o jornal enquanto instituição transcende as instâncias da produção e da recepção, as formas simbólicas sobre o plebiscito no Pará ultrapassam os limites do tangível e tocam cada sujeito de forma particular. A partir do repertório próprio, interpretei aquilo que já foi alvo de interpretação pelos dois jornais. Interpretação que caminha para a compreensão do meu lugar no Estado do Pará e na Amazônia.

Apesar da sutil diferença na quantidade de publicações entre O Liberal e Diário do Pará, com ligeira predominância do segundo, o teor das notícias foi semelhante: informações sobre a ocorrência do plebiscito no Pará, as ações das frentes favoráveis e contrárias à divisão do Pará, entrevistas com os principais políticos envolvidos na campanha “Sim” e “Não” e informações dos institutos de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a UFPA.

O Liberal acompanhou o posicionamento da situação, representada pelo governador Simão Jatene (PSDB), e pouco mostrou o que entendia por Carajás e por Tapajós. Já o Diário do Pará, pelo maior número de publicações e por apresentar diferentes posicionamentos dos políticos envolvidos, passou a impressão inicial de ampliar o debate social. No entanto constato que, tal como o jornal concorrente, não contrariou os interesses do proprietário Jader Barbalho (PMDB), que se favoreceria com a divisão. A notícia “Plebiscitos: ‘sim’ favoreceria a base aliada”, publicada no próprio jornal da RBA, explica como seria o cenário da divisão.

Se o eleitor paraense votar no plebiscito sobre a criação dos Estados de Tapajós e Carajás, dividindo o Pará, o cenário político desses novos eleitorados beneficiará

principalmente partidos da base aliada do governo federal, como PT, PMDB e PDT. Nas cidades cotadas para serem capitais dos eventuais novos Estados, lideranças regionais desses partidos, com boas votações para a Câmara dos Deputados e para prefeituras, tendem a concentrar o maior número de votos. (...) O veterano Jader Barbalho (PMDB) seria privilegiado (...) com potencial para ser eleito e puxar votos nos três novos Estados (Diário do Pará, A9, 6/6/2011).

O problema é que a força de Jader Barbalho e do PMDB se concentra no interior, mas o Diário do Pará é produzido em Belém e fala, prioritariamente, para a população da capital. Portanto utilizou-se de estratégias para não explicitar o próprio posicionamento, a exemplo da ausência de editorial sobre o assunto.

Carajás e Tapajós ainda são desconhecidos pelos habitantes das áreas próximas a Belém. Os meios de comunicação de massa, capazes de conectar, minimamente, os públicos distantes, possuem desempenho aquém do esperado – em função da política e da economia que, como Gomes (2004) já demonstrou, formam um triângulo de interesses, nos quais o público é o que menos importa. De acordo com o autor, nem tudo o que é de interesse da política, da economia e dos meios de comunicação de massa devem ser revelados ao público, sob pena de serem mal vistos ou de terem os negócios frustrados. Os interesses político-econômicos reduziram o plebiscito no Pará, que era consulta popular, a uma prévia das eleições para as prefeituras e para a câmara dos vereadores, em 2012. Aliás os meios de comunicação de massa estudados reduziram dois processos diferentes a um só.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### O avesso do avesso do avesso...

---

O mergulho na compreensão do plebiscito no Pará começou antes mesmo de eu ingressar no PPGCOM/UFPA. Desde o início, a pergunta era: quem sou eu? De alguma forma, não me achava conectada com o leitorado da metrópole, o eu, nem me encaixava no que se falava de Carajás e de Tapajós, os outros. O referencial teórico adotado na pesquisa conseguiu tanto aplacar alguns dos meus anseios iniciais quanto suscitar novos questionamentos.

O processo comunicativo completa-se no outro, que me afeta e a quem eu afeto por meio de gestos significantes. Os meios de comunicação de massa mudam essa relação dialógica para uma interação mediada discursivamente. Produtores e receptores das informações tornam-se cúmplices num processo de observação do mundo a partir do ponto de vista, já interpretado, de uma terceira pessoa. Mais do que sujeitos que falam, são sujeitos que observam. O outro é alguém de quem o eu fala sobre. O outro pode assumir duplas formas ao ser mostrado: o exótico ou o estrangeiro, o inimigo.

Carajás e Tapajós assumiram a segunda opção: paraense que é paraense disse não à divisão. Essa máxima resume os sentimentos partilhados pelos jornais O Liberal e Diário do Pará, que são da metrópole e falam, majoritariamente, para a metrópole. Os dois territórios não são “iguais” ao centro do Pará. Em vez de administrar essas diferenças, a abordagem dos meios de comunicação de massa semeou a briga e o ódio entre os três territórios, entendendo que o outro, o estrangeiro, veio de fora e transgrediu as regras locais. O mesmo estrangeiro só seria bem-vindo se advogasse contra a divisão do Pará – ou sequer questionasse o *status quo*.

Na cobertura sobre o plebiscito no Pará, Carajás e Tapajós não têm fala, uma vez que, em função das rotinas jornalísticas, não se consegue chegar até o outro e dar voz a ele próprio. O formato dos comentários do leitor, que representa um sistema de resposta social em potencial, não abrange toda a potencialidade que possui em função das próprias relações político-econômicas em que os jornais estão imersos.

O Estado do Pará, além da grandeza territorial, representa um dos destaques da região Norte. Pela localização geográfica privilegiada, permite o acesso do restante do país para a toda a Amazônia; possui riquezas pesqueiras, minerais e energéticas; potencial para

navegação fluvial e para a expansão agrícola; bem como instituições de ensino e pesquisa tradicionais. Essas características não fazem do Pará amigo dos outros Estados nortistas, pelo contrário: todos brigam entre si, como se fossem inimigos com vocação natural para o antagonismo.

Dentro do próprio Pará, os territórios disputam autonomia, como é o caso de Carajás e de Tapajós. Lúcio Flávio Pinto afirma que as razões para essa guerra são a forma como o governo federal trata a Amazônia: a política de ocupação da fronteira visou à instalação de empreendimentos que, na verdade, não buscam o desenvolvimento regional, e sim proporcionar dividendos para o centro-sul do Brasil. Em vez de buscar a solidariedade, procurando unir-se trabalhando as diferenças, o Norte vê-se numa briga interna em que todos saem perdendo. As políticas públicas que poderiam possibilitar a integração (ou, pelo menos, o contato entre os habitantes) sempre foram implantadas para beneficiar os que não vivem no(s) território(s) paraense(s). Se as pessoas não se conhecem, não se respeitam, não se sentem pertencentes ao Estado do Pará, como afetar e serem afetadas umas pelas outras?

O minério de Carajás soa como grande mola mestra do território. Foi o que incentivou a própria ocupação, com o “Carajazão”, e um dos principais motivos alegados para a divisão do Pará. No entanto não é a mineração em si que garantirá o desenvolvimento do território, mas a verticalização e a integração da produção. É a transformação dos lucros em infraestrutura e qualidade de vida para população. O problema é que as somas financeiras não ficam em Carajás, muito menos no centro do Estado. A briga pelo poder no território não permite que os atores vejam que quem ganha com a mineração está fora do Estado. É mais fácil “culpar” o governo executivo do Estado pela miséria dos habitantes do sul e sudeste paraense.

Apesar dos processos de divisão territorial datarem mais ou menos da mesma época, vinte anos atrás, a proposta de criação de Tapajós parece mais estruturada, pois, desde a definição dos limites do Pará e do Amazonas, o território viu-se no meio termo entre os dois. Acabou por forjar a identidade de “oeste paraense”, entretanto o pesquisador Fábio Fonseca de Castro mostrou que, sob essa expressão, reúnem realidades as mais diversas. Quando se uniu a Carajás na luta contra Belém, descaracterizou, ainda mais, a própria luta.

O plebiscito, na verdade, eram plebiscitos: duas consultas populares, dois processos diferentes. A resposta favorável à criação de Carajás e de Tapajós não garantiria a divisão territorial imediata, mas os meios de comunicação de massa estudados mostraram que era

tudo ou nada; era “sim” ou “não”; era viver ou morrer. Não havia resposta errada no plebiscito, já que não se disputavam cargos executivos ou legislativos. Contudo os jornais O Liberal e Diário do Pará, pelas ligações político-econômicas que possuem, mostraram que Belém (e não o Pará, como um todo) ganhava ou morria. A possibilidade de rasgar a bandeira, construída a partir da imagem veiculada no Diário do Pará do dia 11 de dezembro de 2011, é uma das mais fortes expressões de como se falou do outro – do habitante do interior do Estado: os divisionistas queriam acabar com o Estado; rasgá-lo, destruí-lo.

Como a maioria das respostas do plebiscito apontou para a manutenção do Pará como um todo, as diferenças silenciaram-se. O selo utilizado pelo Diário do Pará falou em “Pará 100%”, apontou para a ocultação das divergências fossem silenciados. Dominique Wolton afirma que comunicação é a capacidade de conciliar pontos de vistas os mais divergentes. Constatamos que, mesmo que a divisão não tenha se implantado, de fato, ela já existe. Existe porque a população do(s) território(s) paraense(s) não se comunica, não se conhece e não se respeita. A teoria democrática confere aos meios de comunicação de massa o poder de fiscalizar os outros três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas como os interlocutores podem se apropriar da capacidade dos meios de comunicação de massa e exercer esse poderio, se os meios de comunicação de massa têm as mãos atadas à política e à economia? Esse é um dos questionamentos que não pude responder, nem era o objetivo da pesquisa.

As principais formas simbólicas relacionadas ao plebiscito, além do caráter de divisão e não de consulta popular, foram vê-lo como prejuízo financeiro. O destaque ao custo total do processo induziu a vê-lo como gasto desnecessário. A redução de Carajás e de Tapajós aos políticos das frentes contrárias e favoráveis à divisão do Pará também foi recorrente. Os políticos intitularam-se representantes dos territórios, mas advogavam em interesse próprio. A ausência de figuras femininas foi outro destaque: o plebiscito foi um processo organizado e decidido por homens. As instituições de pesquisa, como Idesp e UFPA, capazes de produzir análises consistentes sobre a viabilidade dos três Estados, não foram as principais fontes entrevistadas.

O Liberal acompanhou a posição do governador Simão Jatene (PSDB), contrária à criação de Carajás e de Tapajós. Veiculou menos informações que o jornal concorrente e, quando o fez, preferiu não dar destaque aos políticos das frentes contrárias e favoráveis à divisão do Pará – afinal os representantes eram, a maioria, da base aliada PT e PMDB, rivais

do PSDB. No Diário do Pará percebi que os representantes políticos tinham mais espaço. No entanto os dois jornais advogaram, principalmente, em favor do (e)leitorado de Belém, cuja maioria foi contra a criação de Carajás e de Tapajós.

Considero necessária a continuação da pesquisa para entender outros aspectos que não puderam ser explorados. Se O Liberal e Diário do Pará falam da capital e para a capital sobre o interior, como o interior fala da capital? Como o plebiscito no Pará foi construído pelos jornais impressos de Carajás e de Tapajós? Como a população do(s) território(s) paraense(s) vê a si e aos outros? Como os jornalistas que trabalharam na cobertura do plebiscito enxergam o acontecimento? Essas e outras perguntas clamam por respostas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. In: **Contracampo**: revista do mestrado em comunicação, imagem e informação. N. 04. 2000. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

ANDRADE, Lúcia Cristina (coordenadora). **Estado do Pará**: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – discursos divisionistas. Belém: IDESP, 2011, 37 p.

\_\_\_\_\_. **Retrato de divisão do Estado**. Belém: IDESP, 2011, 58 p.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **As raízes do separatismo no Brasil**. Edusc-Unesp, 1996.

AQUINO, Evelyn Cristina Ferreira de. **A encenação político-partidária do plebiscito no Pará**: reflexões sobre as estratégias comunicativas no debate eleitoral. 2013. 54 p. Monografia (Especialização em Jornalismo, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1992.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus: 2006.

BRASIL. Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm)>. Acesso em 19 fev. 2014.

BRASIL. Título III. Da Organização do Estado. Capítulo I. Da organização político-administrativa. In: **Constituição**. Brasília: Senado Federal: 1988.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTRO, Avelina Oliveira de. “**Crias do abuso na Amazônia**”: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescente. 2014. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Os temas da identidade e da cultura no debate sobre a divisão do Pará**. 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnoxodXBvbW5lbWF0YXxneDo3MWM3NmQyOTcwMzc1MTVm&pli=1>>. Acesso em 21 fev. 2014.

CHAZEL, François. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHEIN, Isidor. Uma introdução à amostragem. In: SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

DUTRA, Manuel. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Pará dividido**: discurso e construção do Estado de Tapajós. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. O objeto da comunicação/A comunicação do objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências.. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Paradigmas da comunicação: conhecer o que? In: MOTTA, Luiz Gonzaga; WEBER, Maria Helena; FRANÇA, Vera; PAIVA, Raquel (orgs.). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 2014.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus: 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedade caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 81 a 108.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, pp. 123 a 142.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009; Fapesp; Belém: Banco da Amazônia.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

KÖCHE, José Carlos. Ciência e método: uma visão histórica. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 41-88.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dois doenças infantis da comunicação**: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luís Braga. Matrizes. Ano 5 – Nº 1. Ago./Dez. 2011, Disponível em: < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/download/205/pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Para entender a comunicação**: contatos antecipados com a Nova Teoria. São Paulo: Paulus: 2008.

MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da questão. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2009, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR): Universidade Positivo, 2009.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MASSARANI, Luisa; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; CARVALHO, Vanessa Brasil de. **La ciencia en O Liberal**: estudio de uno de los principales diarios de la Amazonía brasileña.

Chasqui. Nº 122. Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.com/index.php/chasqui/article/view/8/4>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996.

MEDITSCH, Eduardo; SCHWAAB, Reges. Jornalismo. In: CITELLI, Adilson. et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CAL, Danila. **Quem pode falar no Facebook? O “autocontrole” em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Pará**. In: Revista Debates. Porto Alegre, v.6, n.3, p.109-128, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/30928/23346>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

MORAIS, Osvando J. de. Comunicação e esportes. In: MARQUES, José Carlos; MORAIS, Osvando J. de. **Esportes na idade média: diversão, informação e educação**. São Paulo: INTERCOM, 2012.

OROZCO, Guillermo; GONZÁLEZ, Rodrigo. **Una coartada metodológica: adordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias**. México: Tintable, 2011.

OUTHWAITE, William. Emancipação. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 237.

PALMER, Richard E. **Hermeneutica**. Lisboa: Edições 70, 2011.

PENA, Felipe. A teoria do jornalismo no Brasil – após 1950. In: SOUSA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo – história, teoria e metodologia de pesquisa: perspectivas luso brasileiras**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, pp. 226 a 294.

PINTO, Lúcio Flávio. A mesma origem dos jornais rivais. In: **Observatório da Imprensa**. Edição 448, de 28 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-mesma-origem-dos-jornais-rivais/>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **O Pará dos paraenses** (proposta de um programa político sério). Edição do autor. 1994.

PIZARRO, ANA. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. A invenção do Outro na mídia semanal. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, pp. 251 a 278.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Algumas interpretações sobre a formação histórica das instituições políticas no Brasil. In: **Veredas do direito: direito ambiental e desenvolvimento sustentável**. v. 1, n. 2. 2004, p. 113 a 119. Disponível em: <[http://domhelder.edu.br/veredas\\_direito/pdf/19\\_71.pdf](http://domhelder.edu.br/veredas_direito/pdf/19_71.pdf)>. Acesso em 14 set. 2014.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Panorama da imprensa em Belém: os jornais de 1822 a 1860. In: MALCHER, Maria Ataíde; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; LIMA, Regina Lúcia Alves de; AMARAL FILHO, Otacílio. **Comunicação Mdiatizada na e da Amazônia**. v. 2. Belém: Fadesp, 2011, pp. 225 a 248.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva; LOPES, Maria Lúcia Bahia; BENTES, Elizabeth dos Santos. **A secessão nortista: aspectos socioeconômicos da divisão territorial no Estado do Pará**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 5, n. 9, jul./dez. 2009. Disponível em: <[http://siteantigo.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao\\_09/C&D\\_N\\_9\\_Sec\\_essao\\_Nortista.pdf](http://siteantigo.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_09/C&D_N_9_Sec_essao_Nortista.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Os discursos divisionistas e a criação de novos Estados na Amazônia: impacto no arranjo federativo** In: XXXV ENANPAD 2011 APB – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2011, Rio de Janeiro. p. 15.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al. (Orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

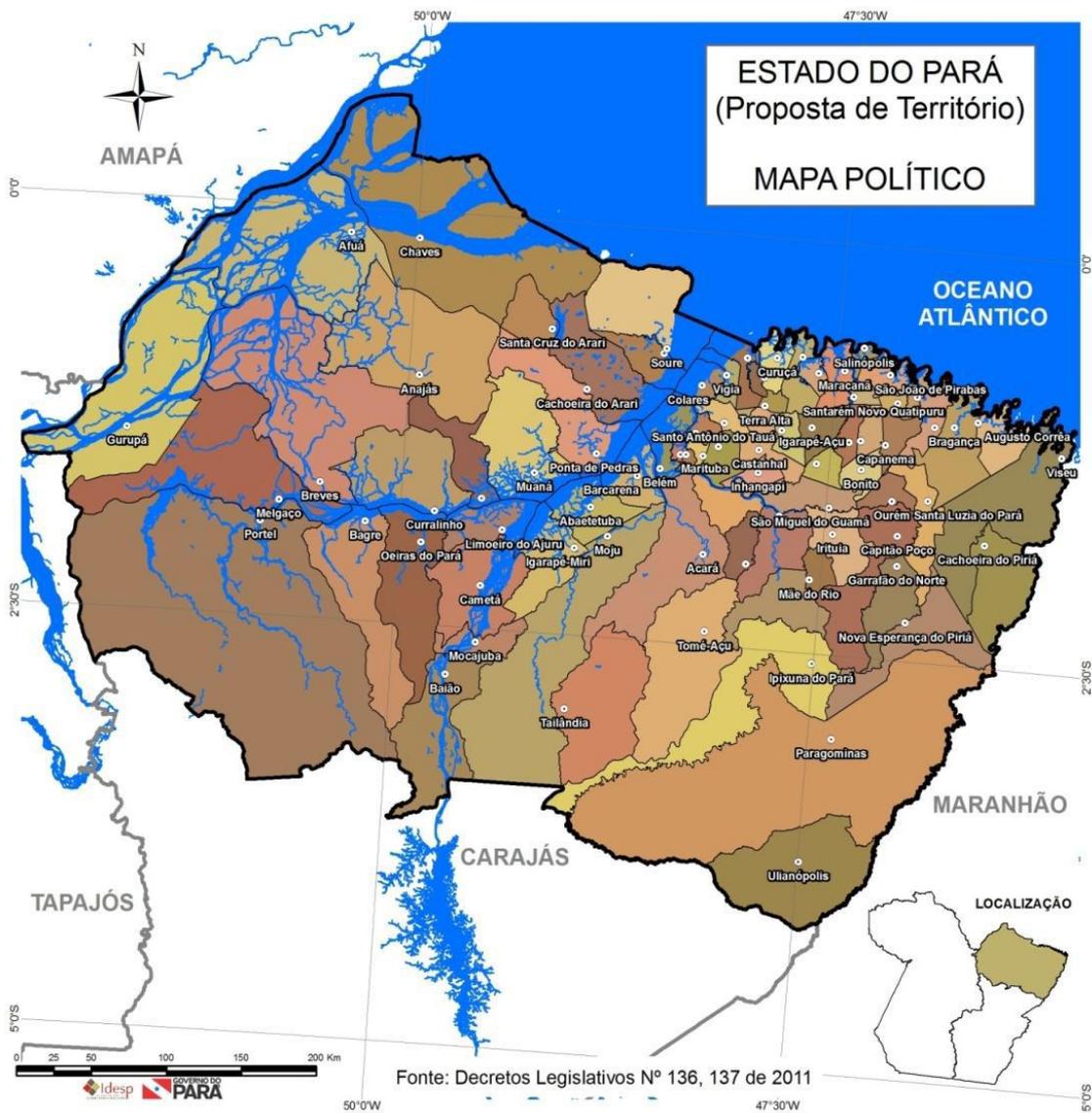
\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

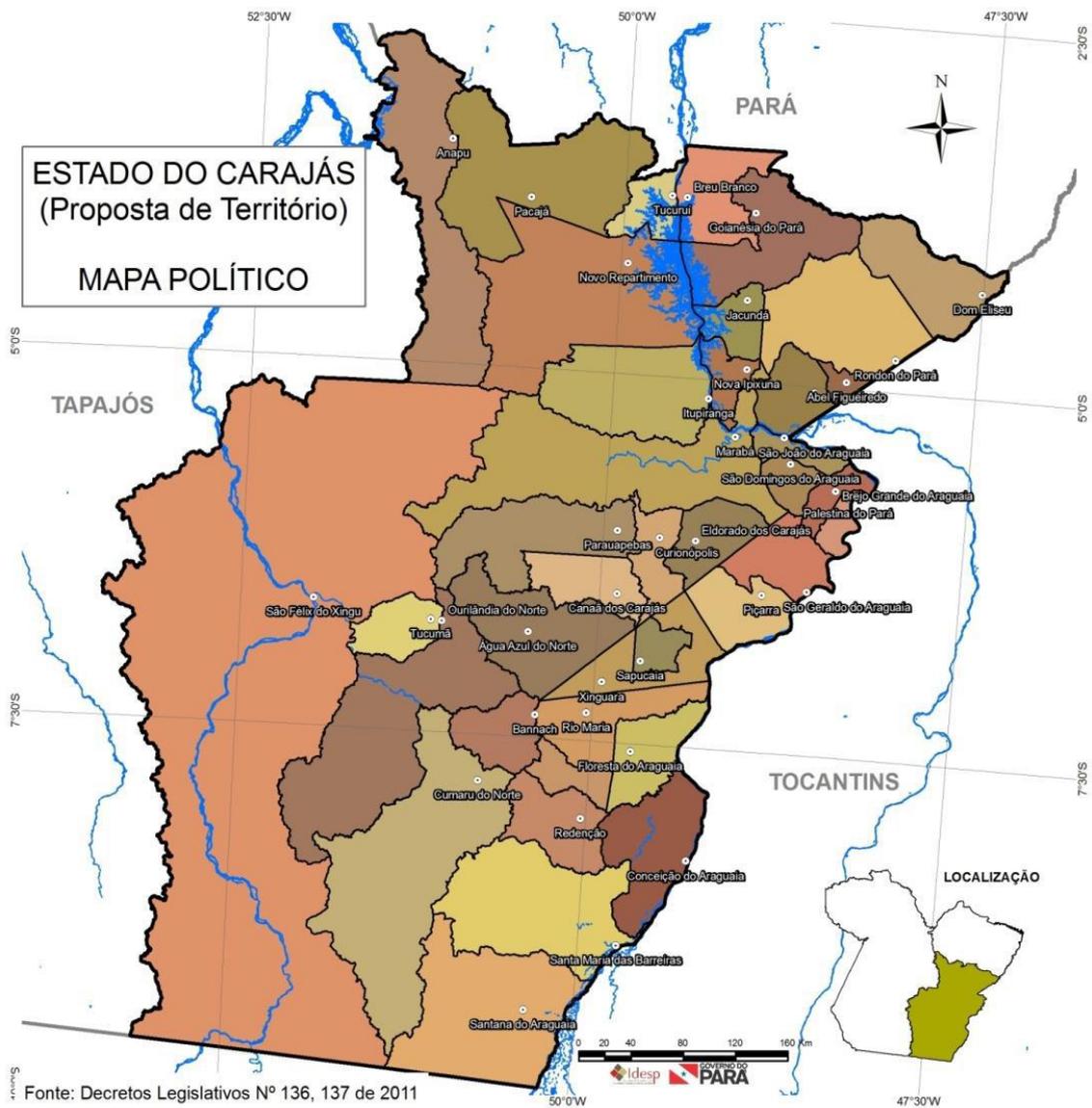
# ANEXO A

## Mapa político do Pará remanescente



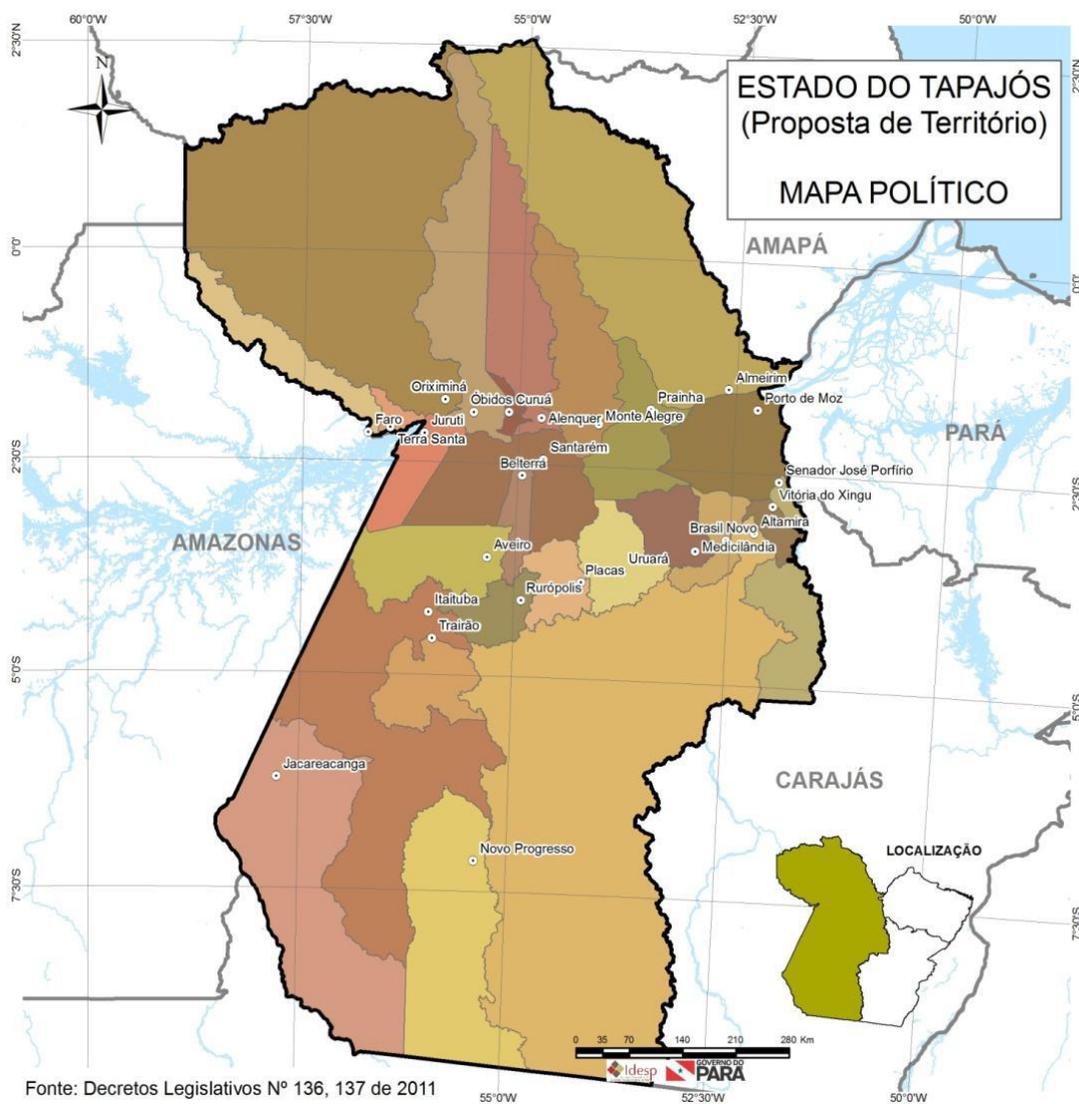
## ANEXO B

### Proposta de mapa político do Estado de Carajás



## ANEXO C

### Proposta de mapa político do Estado de Tapajós



## ANEXO D

### Resultado do plebiscito sobre a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós



Justiça Eleitoral/ PA  
Gerenciamento  
PLEBISCITO 2011  
OFICIAL

Página 1 de 1  
12/12/2011  
11:33:14

#### Resultado de votação por UF

UF	Eleitores aptos	Seções	Seções agregadas	Seções com urna
PA - PARÁ	4.848.495	15.881	1.632	14.249

Pergunta: Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Carajás?

Resposta	Votos	Situação	% válidos	% comparec.
*55 - NÃO	2.363.561	Eleito	66,60	65,62
77 - SIM	1.185.546	Não eleito	33,40	32,91

Total de votos apurados:	3.601.849
Votos válidos:	3.549.107 ( 98,54%)
Votos em branco:	14.895 ( 0,41%)
Votos nulos:	37.847 ( 1,05%)
Votos anulados e apurados em separado:	0 ( 0,00%)
Seções totalizadas:	14.249 ( 100,00%)
Comparecimento:	3.601.849 ( 74,29%)
Abstenção:	1.246.646 ( 25,71%)

Resultado em 12/12/2011 00:41:03, sujeito a modificações.

No cálculo do comparecimento e abstenção das seções totalizadas não está incluída a quantidade de eleitores das urnas não instaladas e não apuradas.

\* Resposta vencedora.



Justiça Eleitoral/ PA  
Gerenciamento  
PLEBISCITO 2011  
OFICIAL

Página 1 de 1  
12/12/2011  
11:39:18

#### Resultado de votação por UF

UF	Eleitores aptos	Seções	Seções agregadas	Seções com urna
PA - PARÁ	4.848.495	15.881	1.632	14.249

Pergunta: Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?

Resposta	Votos	Situação	% válidos	% comparec.
*55 - NÃO	2.344.654	Eleito	66,08	65,10
77 - SIM	1.203.574	Não eleito	33,92	33,42

Total de votos apurados:	3.601.849
Votos válidos:	3.548.228 ( 98,51%)
Votos em branco:	17.729 ( 0,49%)
Votos nulos:	35.892 ( 1,00%)
Votos anulados e apurados em separado:	0 ( 0,00%)
Seções totalizadas:	14.249 ( 100,00%)
Comparecimento:	3.601.849 ( 74,29%)
Abstenção:	1.246.646 ( 25,71%)

Resultado em 12/12/2011 00:41:03, sujeito a modificações.

No cálculo do comparecimento e abstenção das seções totalizadas não está incluída a quantidade de eleitores das urnas não instaladas e não apuradas.

\* Resposta vencedora.